

**UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PPGPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

HEIDY TAIANE ROCHA SANTOS

**“SOU HOJE A PROFESSORA DE LITERATURA DO ATHENEU PEDRO II”:
Maria Rita Soares de Andrade e a mulher na literatura**

**ARACAJU
2022**

HEIDY TAIANE ROCHA SANTOS

**“SOU HOJE A PROFESSORA DE LITERATURA DO ATHENEU PEDRO II”:
Maria Rita Soares de Andrade e a mulher na literatura**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – Mestrado, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

ORIENTADOR: Cristiano Ferronato

**ARACAJU
2022**

S237s Santos, Heidy Taiane Rocha.
"SOU HOJE A PROFESSORA DE LITERATURA DO ATHENEU PEDRO II":
Maria Rita Soares de Andrade e a mulher na literatura/ Heidy Taiane Rocha Santos;
orientação [de] Prof.º Dr.º Cristiano de Jesus Ferronato - Aracaju: UNIT, 2023.

127 f. il ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, 2023

1. História da educação. 2 História das mulheres. 3. Educação feminina. 4. Imprensa.
I. Santos, Heidy Taiane Rocha. II. Ferronato, Cristiano de Jesus (orient.). III.
Universidade Tiradentes. IV. Título.

CDU: 37.043.1-055.2: 396 (091)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cristiano Ferronato - Orientador
Universidade Tiradentes – (PPED/UNIT)



Profª. Drª Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas - Avaliador Externo
Universidade Federal de Sergipe – UFS



Prof. Dr. Anderson Santos – (SEMED/SE) - Avaliador Externo



Profª. Drª. Andrea Karla Ferreira Nunes - Avaliador Interno
Universidade Tiradentes – (UNIT)

AGRADECIMENTOS

Nesses anos de mestrado, dedicação, esforço e empenho, gostaria de agradecer a Deus por todas as oportunidades, por ter me guiado para o encontro de pessoas e lugares incríveis.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), mostrou que o feminismo ainda é considerada uma palavra antissocial por muitos, mulheres estão escolhendo não serem identificadas como feministas e as que são, ainda são vistas por muitos da sociedade como agressivas, radicais, anti-homem e até mesmo julgadas pouco atraentes quando na verdade lutamos pela igualdade de direitos e oportunidade entre os gêneros, Direito Humano que infelizmente, não foi alcançado em sua integralidade por nenhum país.

É por me considerar uma das sortudas, por poder questionar, aprender e contar com diversas pessoas nesse processo que envolve a participação de vários agentes que aqui gostaria de agradecer através das minhas mais sinceras palavras um pouco da importância que elas tiveram e ainda têm nessa jornada.

Aos meus pais Neide e Edmilson, amores e exemplos da minha vida, que não me amam menos porque nasci mulher; à minha irmã TathIELly, meu noivo Sydmar e Tia Vilma pela compreensão, carinho e apoio nos momentos mais difíceis da vida. À vocês, minha família, sou eternamente grata por tudo que sou, por tudo que consegui conquistar e pela felicidade que tenho.

À minha escola, Colégio Nossa Senhora de Fátima, que embora religioso e no interior de Sergipe não me limitou porque eu era uma menina.

Ao meu orientador e grande mentor da vida acadêmica Professor Doutor Cristiano Ferronato que desde o curso de História na Universidade Tiradentes, nunca descreditou em mim e no meu trabalho porque eu poderia ter um filho algum dia, por sempre enxergar a importância da minha voz para a comunidade acadêmica e contribuir para que isso pudesse ser concretizado.

Meus sinceros agradecimentos à Banca Avaliadora: às professoras doutoras Anamaria Freitas, Andrea Karla Ferreira Nunes e ao professor doutor Anderson Santos, além da honra que me concederam, de tê-lo/as como avaliador/as, suas considerações e críticas contribuíram para que eu pudesse redimensionar meu olhar sobre meu objeto e aprofundasse a análise.

A Professora, Doutora Anamaria Bueno que não poupou esforços para partilhar fontes, ideias e sugestões sobre a trajetória de Maria Rita, em um momento tão delicado das nossas vidas que foi a pandemia do COVID sem sua ajuda teria sido impossível concretizar esta pesquisa. Por isso, sou imensamente grata a você.

Um agradecimento especial aos colaboradores do PPED e ao grupo de pesquisa, GPHEN, minha segunda casa, na pessoa do Professor Doutor Elias que me apresentou Maria Rita e Professora Doutora Ane Luise Mecnas pelas sugestões e ponderações iniciais da escrita durante as reuniões do grupo; às amigas Bianca, Patrícia, Cândida, Araci e Alexandra inspirações, exemplos de força e representantes das vozes femininas em nosso grupo.

Aos meus amigos e amigas da advocacia em especial Patrícia França, Claudjany Brito e Luciana Moraes inspirações com suas histórias de vida, parceiras no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Sergipe que sempre se fizeram presentes diariamente na luta pelos Direitos das Mulheres.

A participação de todos esses agentes me mostrou que relevante mesmo é a ideologia que a palavra “feminismo” nos traz, todos esses feministas involuntários enumerados são referências que me fizeram ser quem sou hoje e podem até não saber, mas estão mudando o mundo diariamente e com essa motivação, buscando o significado de gratidão encontrei várias referências ao tratado da gratidão de São Tomás de Aquino que aponta três níveis de gratidão, um nível superficial que está vinculado ao cognitivo, o intermediário diz respeito ao agradecimento, o último é mais profundo e diz respeito ao vínculo, é aqui que me enquadro! me sinto vinculada e comprometida com todos vocês!

OBRIGADA!

**Para nossas antecessoras, por cada sonho, por abrirem caminhos e por nunca
desistirem da luta por igualdade de direitos.
Para os homens que compreendem, se solidarizam e se desconstroem
diariamente.**

SANTOS, Heidy Taiane Rocha. “**SOU HOJE A PROFESSORA DE LITERATURA DO ATHENEU PEDRO II**”: **Maria Rita Soares de Andrade e a mulher na literatura**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes. Orientador: Prof. Dr. Cristiano Ferronato. Aracaju, 2022.

RESUMO

A presente pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Tiradentes, realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e vinculada à linha de pesquisa Educação e Formação Docente, possui caráter qualitativo, tomando-se por base fontes bibliográficas e documentais, objetivou evidenciar a contribuição de Maria Rita Soares de Andrade para a História das Mulheres de Sergipe na década de 1930 e para tanto buscou investigar a partir de jornais de circulação local e da revista Renovação, como a sociedade sergipana compreendia o “ser mulher” e seu papel social, bem como analisar na obra de Maria Rita denominada “A Mulher na Literatura das línguas novilatinas” o olhar da autora sobre os modos e condições de inserção e participação social feminina. O texto está organizado em 3 seções, mais as considerações finais e em que pese as condições impostas pela pandemia de COVID-19, a partir da análise dos documentos investigados, foi possível ter uma visão aproximada sobre uma época em que as mulheres eram vistas sob a ótica e imaginário masculinos e, em Sergipe, a atuação uma advogada e professora sufragista, inicialmente visando efetivar um direito individual se destacou como intelectual, mostrando em sua obra e em sua atuação profissional que a educação é um instrumento libertador do confinamento do lar doméstico e que tem capacidade de levar as mulheres para posições de poder, ocupadas tradicionalmente por homens, como a política.

Palavras-Chave: História da Educação. História das Mulheres. Educação Feminina. Imprensa.

SANTOS, Heidy Taiane Rocha. **“I AM TODAY THE LITERATURE TEACHER OF ATHENEU PEDRO II”**: Maria Rita Soares de Andrade and the woman in literature. 119 f. Graduation thesis (Master degree in education) – Tiradentes University. Advisor teacher: Cristiano Ferronato. Aracaju, 2022.

ABSTRACT

The present research developed in the Graduate Program of the Tiradentes University, carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel – Brazil (CAPES) and linked to the line of research Education and Teacher Training, has a qualitative character, taking itself as Based on bibliographical and documentary sources, it aimed to highlight the contribution of Maria Rita Soares de Andrade to the History of Women in Sergipe in the 1930s and for that purpose sought to investigate from local newspapers and the magazine *Renovação*, how Sergipe society understood the “being a woman” and her social role, as well as analyzing in Maria Rita’s work called “A Mulher na Literatura das Línguas Novi-Latins” the author’s perspective on the ways and conditions of insertion and female social participation. The text is organized into 3 sections, plus final considerations and despite the conditions imposed by the COVID-19 pandemic, based on the analysis of the investigated documents, it was possible to have an approximate view of a time when women were seen under the masculine perspective and imagination and, in Sergipe, the performance of a suffragette lawyer and teacher, initially aiming to implement an individual right, she stood out as an intellectual, showing in her work and in her professional performance that education is a liberating instrument from the confinement of the domestic home and that has the capacity to take women to positions of power, traditionally occupied by men, such as politics.

Keywords: Women's Education. Women's History. Press. History of education.

LISTA DE SIGLAS

CF- Constituição Federal

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

GPHEN - Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PPGED/UFS - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe

PPED - Programa de Pós-graduação em Educação

UNIT- Universidade Tiradentes

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFBA – Universidade Federal da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Inquietude: poema de Passos Cabral	42
Figura 2 - Anúncio do curso de Português, Frances e Aritmética do professor Alfred Felizola	43
Figura 3 - Aviso de abertura do curso Primário é médio da Professora Zaida de Oliveira	43
Figura 4 - Anúncio do Curso de piano e teoria de Helena Abud.....	48
Figura 5 - Anúncio do Curso de piano da Professora Lucia Sampaio Gomes.....	49
Figura 6 - Enlace Helena Andrade	51
Figura 7 - Vida Social - Como geralmente eram demonstrados.....	51
Figura 8 - Anúncio do casamento de Florentino Vieira de Souza e Noeme Mendonça Santos	52
Figura 9 - Anúncio da Manteiga Garça.....	55
Figura 10 - Anúncio da Manteiga Garça.....	56
Figura 11 - Anuncio de casamento.....	57
Figura 12 - Anúncio do Filme A Divorciada.	58
Figura 13 - Cartaz do filme A Divorciada	59
Figura 14 - Crítica do Filme A Divorcia na Coluna Palcos a telas.	61
Figura 15 - Anúncio do medicamento Cafiaspirina	65
Figura 16 - Anúncio do medicamento Helmitol.....	66
Figura 17 - Anúncio do medicamento Feminol	66
Figura 18 - Dor de cabeça.....	67

SUMÁRIO

1. INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA.....	13
1.1 Desvelando os caminhos da pesquisa	15
1.2 Delimitação do objeto de pesquisa e os objetivos	20
1.3 Caminhos percorridos na investigação.....	23
1.4 Fontes e a estrutura do trabalho.....	29
2. ELES DIZEM TUDO SOBRE NÓS: A VISIBILIDADE DAS MULHERES NA IMPRENSA SERGIPANA NA DÉCADA DE 1930.....	33
2.1 A escrita feminina sobre educação nos periódicos sergipanos	37
2.2 Sobre o casamento	50
2.3 Sobre padrões de consumo e beleza	63
3. A MULHER NA LITERATURA: CAMINHO DE LIBERDADE E DIREITOS ..	68
3.1 A literatura e o papel da mulher.....	85
3.2 A mulher na literatura internacional	88
3.2.1 Mulher na literatura Francesa	88
3.2.2 Mulher na Literatura Italiana	93
3.2.3 Mulher na Literatura Portuguesa.....	95
3.2.4 Mulher na Literatura Hispano-Americana.....	97
3.3 A mulher na literatura Brasileira e Sergipana	99
3.3.1 A Mulher na Literatura Brasileira.....	99
3.3.2 A Mulher na Literatura Sergipana	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS:	121

1. INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA

Mestres:

Eis o meu trabalho. Não representa ele uma pretensão de firmar nome na literatura, não; é, apenas, o resultado de um excessivo esforço de quem, tendo quase o dom da ubiquidade para atender aos encargos profissionais, resolveu sobrecarregar a sua tarefa com esta outra, tão mais difícil quão nobre de ingressar no magistério. [...] (ANDRADE, 1929, p. 1)

Com o trecho acima, Maria Rita Soares de Andrade, dá início à sua These¹, apresentada ao Atheneu Pedro II para concorrer à livre-docência da cadeira de Literatura, intitulada A Mulher na Literatura (Das línguas novi-latinas). Essa tese, foi publicada no ano de 1929, pela Oficinas Graphicas da Casa Ávila, de Aracaju e vem a ser nosso objeto de pesquisa nessa dissertação, cujo o título trata-se de um trecho de uma carta datada de 18 de maio de 1931, de Maria Rita destinada à Bertha Lutz², Carmem Portinho³, e Maria Luiza Bittencourt⁴, na oportunidade a remetente informa sobre a sua nomeação e todo o processo que enfrentou para conseguir o feito.

Cheguei a Maria Rita, por meio das pesquisas realizadas pela Professora Doutora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, pesquisadora do campo da Educação, e como também advogada e professora, fiquei curiosa em conhecer o que Maria Rita que enfrentou e contribuiu para a inserção das mulheres nos vários âmbitos da sociedade.

Natural de Aracaju, filha de José Soares de Andrade e Filomena Soares de Andrade. Maria Rita fez o curso primário no Grupo Escolar “General Siqueira de Meneses”, onde foi colega de Leyda Regis, outra figura marcante da cultura sergipana por sua contribuição intelectual e por ter sua produção intelectual⁵ reconhecida pela sociedade sergipana. Fez o Curso Secundário no Atheneu Pedro II (atual Centro de Excelência Atheneu Sergipense), onde, diante das pesquisas realizadas sobre ela

1 Informamos ao leitor que algumas palavras desse texto estão escritas de acordo com a ortografia da época, visando trazer não apenas reflexões sobre o conteúdo do texto, mas também ambientar no que diz respeito à escrita propriamente dita.

2 Na época, Presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

3 Na época, presidente da União Universitária Feminina e engenheira civil.

4 Na época, advogada baiana que se encontrava no Rio de Janeiro.

5 Leyda Régis, intelectual que fez parte da Associação Sergipana de Imprensa (filhou-se em 16 de dezembro de 1952), contribuiu com sua escrita em revistas como a “Alvorada”, “Síntese” e alguns jornais de circulação sergipana como “Gazeta de Sergipe”, “A Cruzada”, “Jornal da Cidade”. E, dentre outras, também contribuiu com a escrita de novelas, poesias, quadrinhas, peças de teatro e partituras.

elencadas adiante, pudemos verificar que ela foi uma excelente aluna. Filha de operários sergipanos, Maria Rita formou-se em Direito na Universidade Federal da Bahia, no ano de 1926. Foi a terceira mulher, na história do Estado da Bahia, a conquistar o feito. A sua turma na faculdade era composta exclusivamente de homens.

Concluído o curso, voltou para Sergipe onde exerceu a Procuradoria-Geral do Estado. Foi professora da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, por concurso, e Juíza Federal no antigo Estado da Guanabara, entre 1968 e 1972, quando se aposentou e foi dirigir um conceituado escritório de advocacia localizado na Rua da Quitanda, no Rio de Janeiro.

Como advogada – e também como jornalista, profissão que exerceu até 1967 – Maria Rita se destacou por sua luta em defesa dos direitos das mulheres, ao lado da líder feminista Bertha Lutz. Nesta luta, ganhou nome nacional, chegando a ocupar a vice-presidência do 2º Congresso Feminista do Brasil, realizado em 1930.

Na Comissão Parlamentar de Inquérito da mulher, ela falou de improviso citando pessoas, datas e narrando acontecimentos relacionados com a história da liberação da mulher brasileira com uma precisão que impressionou a todos (três senadores e três deputados, alguns jornalistas e curiosos) que assistiram ao seu depoimento.

Ao final da palestra, quando o senador Heitor Dias (Arena-BA) afirmou que não havia mais discriminação contra a mulher, tanto que o homem geralmente a coloca “num altar”, Maria Rita interrompeu-o com um sonoro “discordo”. Na hora dos cumprimentos, ela teria oportunidade de esclarecer ao senador baiano que “é justamente esta história de colocar a mulher num altar, que vem nos desgraçando”.

No livro “A Mulher na História”, de Maria Lígia Madureira Pina (1994) a autora nos apresenta um pouco de Maria Rita, que naquele momento vivia no bairro Santa Teresa, no Rio de Janeiro e segundo ela passaram um dia conversando sobre a sua vida profissional, sua luta para estudar e a Campanha Feminista da qual participou ativamente ao lado das doutoras Bertha Lutz, Carmem Portinho, no Rio e Cezartina Regis, em Sergipe. Pina apresenta no livro as várias Maria Ritas, que foram desenvolvidas ao longo de sua história de luta pelas mulheres. Dentre essas a autora destaca: Maria Rita, A Estudante de Direito; Maria Rita, A Advogada; Maria Rita, A Juíza Federal; Maria Rita, A Líder Feminista; Maria Rita, A Redatora. Nessa dissertação vamos tratar da Maria Rita, professora, autora da referida tese para o Atheneu Pedro II,

intentando responder o seguinte questionamento: **qual a contribuição de Maria Rita Soares de Andrade para a História das Mulheres de Sergipe?**

1.1 Desvelando os caminhos da pesquisa

Instigados desde muito cedo por narrativas que em sua maioria iniciam com “era uma vez” e findam com “foram felizes para sempre”, entendemos que a literatura infantil transmite para seu público, valores base de uma dada sociedade, almejando uma boa convivência nas relações sociais. E assim surgiram os enredos envolvendo fadas, bruxas, belas indefesas, seres encantados e heróis maravilhosos que envolvem o leitor e permitem que ele se identifique com a narrativa e acredite nos seus sonhos, dado o final feliz.

Em meio ao modelo de perfeição feminina transmitida pela figura das fadas e mocinhas indefesas dos clássicos da literatura infantil e do modelo do “não dever ser feminino” representados por bruxas feias e maléficas, a mitologia da antiga Suméria aponta Lilith, como a primeira mulher de Adão, criada da mesma matéria, mas vista como um ser maligno uma vez que se colocou em pé de igualdade com o homem. Já Eva, pela tradição religiosa, ao comer fruto da árvore proibida, teria influenciado Adão a agir da mesma forma, o que desencadeou na expulsão do casal, acompanhada pelo castigo da dor e vergonha.

Os exemplos narrados acima representam um pequeno recorte sobre as faces em que o feminino é culturalmente retratado de forma desproporcional, com relação ao masculino, embora a própria Constituição Federal vigente, em seu art. 5.º, caput, I destacar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, cabendo ao próprio constituinte a incumbência das diferenciações. Buscando a mudança de paradigma, Galvão e Lopes (2010) apontam a educação como ferramenta importante na conquista de igualdade de gênero, cabendo à História da Educação mostrar ao mundo que ele é habitado por ambos que merecem o mesmo tratamento, Pedro Lenza (2018) ao explicar sobre o ponto de vista legal, faz alusão à Oração aos Moços, de Rui Barbosa, inspirada na lição secular de Aristóteles, para explicar a ideia de igualdade devendo ser mencionando que se deve tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades.

Levando em consideração que a identidade do pesquisador está presente em sua investigação e a importância de compartilhar nossas próprias histórias para se

compreender e construir a empatia com o tema tratado, peço licença para discorrer neste tópico na primeira pessoa do singular sobre os caminhos e motivação que me levaram à esta pesquisa.

O nome Maria Rita Soares de Andrade surgiu em um dos debates do Grupo de Pesquisa de História e Educação do Nordeste – GPHEN quando, à época, doutorando Elias dos Santos mencionou a proximidade da referida sergipana com a conterrânea Helena Lorenzo Fernandez nas atividades desenvolvidas na “Casa da Criança”, tema desenvolvido em sua tese de doutoramento intitulada **No compasso, ligeiro, da pianista Helena Lorenzo Fernandez: entre práticas pedagógicas, concertos e diplomacia musical brasileira (1931-1985)** e defendida no ano de 2020, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. (SANTOS, 2020). As leituras e debates da tese nas reuniões desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa me inquietaram mais ainda por ser Maria Rita uma mulher com formação jurídica ligada ao ensino básico sergipano, fato esse que me levou a uma rápida identificação com essa mulher, visto também ter formação da área do Direito e licenciatura em História, senti a necessidade de enquanto mulher, pensar essa temática já que ainda falamos em primeiras mulheres conquistando seu espaço em áreas do Direito e a história ainda deleta a participação feminina ao longo do tempo.

Na medida em que minha curiosidade por Maria Rita aumentava buscava mais informações sobre sua vida, obra e atuação. Um dos primeiros locais de busca foi a *World Wide Web*, ou simplesmente Rede Mundial de Computadores. Fiz várias buscas utilizando o buscador Google na intenção de saber quem era essa mulher. Após a leitura de algumas pesquisas e matérias encontradas na internet, pude verificar que se tratava de uma mulher com ideais feministas condizentes com a chamada primeira onda do feminismo, movimento voltado para questões jurídicas, visando o direito ao voto.

Importante ressaltar que o feminismo de um modo geral trata-se de um “movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão [...] essa definição deixa implícito que todos os pensamentos e todas as ações sexistas são problemas, independentemente de quem os perpetua ser mulher ou homem, criança ou adulto” (HOOKS, 2020, p.17), iniciado no final do século XIX, e que se caracteriza popularmente por serem movimentações protagonizadas por mulheres em torno da busca por igualdade política e jurídica entre os sexos, o que abrangia as

reivindicações por direitos iguais de cidadania (direito à educação, propriedades e posses de bens, divórcio, etc.):

[...] os anos 1930, quando as relações entre homens e mulheres se alteraram profundamente, assustando os homens ligados ao passado rural e escravocrata. A sociedade se feminizava. O patriarcalismo, sociedade do poder masculino, do império dos pais, assentada em relações paternalistas, de filhotismo e apadrinhamento, sociedade de parentelas, ia sendo modificado por um processo visto como de desvirilização, período de confusão entre as fronteiras de gênero, em que as mulheres começam a assumir lugares antes reservados aos homens (DEL PRIORE, 2020, p.151).

As primeiras informações coletadas sobre Maria Rita foram que era professora, com formação básica realizada no estado Sergipe, formada em Direito na Faculdade de Direito da Bahia, no ano de 1926, atuou como advogada sendo posteriormente nomeada a primeira juíza federal do país encarregada de sindicar possível corrupção do Governo do presidente Juscelino Kubitschek, afirmando em seu relatório nada haver encontrado que o denunciasse como corrupto, fundamentando sua decisão na ética.

Como pesquisas que tratam sobre a História das Mulheres fazem parte daquelas trabalhadas por pesquisadores que constituem o Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste – GPHEM, o professor doutor Cristiano Ferronato fez a indicação de leitura da obra **Território Plural: a pesquisa em História da Educação**, publicada no ano de 2010 e de autoria de Ana Maria de Oliveira Galvão e Eliane Marta Teixeira Lopes. A leitura deste trabalho evidenciou para mim a importância de pensar em uma educação feminina que vá além dos muros e das práticas escolares.

Mas nem só de professoras e professores ensinando em escolas vivem a educação e a sociedade. Ao longo dos tempos, as diferentes culturas vêm educando – e domando – as mulheres. Na maior parte dos casos, a sexualidade foi o objeto preferido dessa domaçoão: as instituições religiosas, médicas, jurídicas e educativas produziram discursos e exerceram práticas que tinham como principal finalidade domesticar a sexualidade feminina. (GALVÃO E LOPES, 2010, p.62)

Ainda durante o processo de leituras iniciais para me adentrar ao tema cheguei até à tese de doutoramento da Professora Doutora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, intitulada **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**, defendida no ano de 2003 na Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. A partir da leitura desta pesquisa pude perceber ou ter contato com o que

foi para mim foi uma nova perspectiva da educação feminina, voltada para a emancipação feminina.

A pesquisa em questão analisa o processo de educação feminina no estado de Sergipe se concentrando temporalmente nas primeiras décadas do século XX. A partir deste objetivo a autora traça a trajetória de escolarização de três mulheres sergipanas entre estas Maria Rita Soares de Andrade. Na pesquisa percebe-se a evidência de Maria Rita frequentando os espaços públicos, principalmente na justiça, na imprensa e no seu envolvimento nas lutas feministas.

Foi também a partir desta pesquisa que pude ter um primeiro conhecimento biográfico sobre o objeto de pesquisa aqui em questão. Foi momento em que fui apresentado a esta mulher que já me encantava e que aqui, apresentada por outra mulher, pesquisadora e sergipana me traziam mais vontade de conhecer mais sobre sua história, trajetória. Assim é apresentada inicialmente a mim Maria Rita:

Nasceu em Aracaju, em 3 de abril de 1904.
Faleceu no Rio de Janeiro, em 5 de abril de 1998.
Instrução primária no Grupo Escolar “General Siqueira de Menezes” em Aracaju.
Instrução secundária no Colégio Atheneu, em Aracaju.
Instrução Superior na Faculdade de Direito da Bahia, em Salvador.
Professora, advogada, editora da Revista Renovação.
Colaboradora assídua de jornais sergipanos e cariocas.
Primeira Juíza Federal. (BUENO, 2003, p. 35)

A pequena biografia apresentada nas páginas iniciais da pesquisa, me apresentavam dados e informações importantes principalmente sobre a formação de Maria Rita e cada vez me envolviam mais na sua história e principalmente sua ligação com a área de Direito, minha área de formação. Ainda segundo Freitas,

O início da República aponta para a necessidade da educação da mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família e à formação dos futuros cidadãos. Novas exigências são colocadas para as mulheres, que desde jovens dever ser preparadas para assumir o papel de educadora no lar. Os discursos liberais insistiam na escolarização primária da mulher e valorizavam como campo de atuação feminina, o espaço doméstico. (FREITAS, 2003, 55).

Na continuação a pesquisadora afirma, ancorada em Bourdieu, que o acesso à escolarização considerando uma conquista principalmente para as mulheres, pode ser compreendido também como distinção. (FREITAS, 2003, p. 55). Nesse sentido,

entende-se ou percebe-se Maria Rita vinculada a esse movimento, mas no sentido de sua inserção não apenas no espaço doméstico, mas sim, para sua atuação no espaço público.

Outra passagem que justifica a relevância desta pesquisa para o campo da História da Educação no Brasil e das mulheres no trabalho de Freitas (2003) é sobre quando Maria Rita, com todo o conhecimento jurídico adquirido na Faculdade de Direito da Bahia, volta para Sergipe e trava uma luta judicial para efetivar não somente seu direito à nomeação no concurso público do Colégio Atheneu Pedro II no qual ela havia sido aprovada em 1929, mas aproveitou a referida oportunidade para denunciar casos de abusos de autoridade cometidos pelo diretor da instituição.

Para poder participar do certame acima referido, foi elaborada por ela uma obra denominada “**A Mulher na Literatura, das línguas novi-latinas**”, no ano de 1929, publicada pela editora Casa Ávila, que conta em suas páginas com a contribuição de Rita para o campo da História das Mulheres na literatura da França, Portugal, Itália, América Latina, especialmente no Brasil e Sergipe, que vem a ser a fonte principal desta dissertação.

Como não conseguimos acesso a algum exemplar nos espaços de leitura e pesquisa em Aracaju, como bibliotecas e arquivos, nos valem da internet para conseguir um exemplar pelo site <https://www.estantevirtual.com.br/>; Com o exemplar em mãos passava pela cabeça que Maria Rita, de certa forma se materializa aqui, eu tinha contato com direto com sua escrita. E uma rápida leitura bastou para identificar alguns fatos de ordem pessoal narrados por ela na epígrafe da obra, que deixa claro o esforço de uma mulher, que no seu tempo histórico, lutou para conquistar o seu lugar no mercado de trabalho na seara jurídica e no magistério, em uma estrutura social que, como diz Simone de Beauvoir (2019), não foi profundamente modificada pela evolução da condição feminina, foi impressa por homens e a eles ainda pertence, sendo o trabalho, o instrumento de liberdade responsável por reduzir a distância que a separava do homem.

Há que se destacar que nas páginas iniciais do referido exemplar esta grafado em tinta preta a seguinte inscrição “*Ao brilhante poeta Sr. Luis dos Nascimento, por ordem da auctora*”(15/11/929). Não chegamos à conclusão de que a referida autora que assina seja Maria Rita, uma vez que não conseguimos ainda fazer a leitura da assinatura. Seria Maria Rita?

A demanda pela qualificação feminina foi um fato que me chamou atenção enquanto bolsista do Projeto de Iniciação Científica, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, no ano de 2019, intitulada, **Os jornais e as revistas sergipanas e a escrita da História da Educação (1876 a 1950)**, orientada pelo Professor Doutor Cristiano Ferronato, foi realizada a análise de alguns jornais sergipanos da década de 1930. Durante a pesquisa tive acesso aos anúncios de serviços educacionais de professoras e professores e verifiquei que as primeiras detalhavam a sua formação acadêmica, os serviços educacionais que ofertavam e o endereço destinado à recepcionar seus alunos enquanto os últimos apenas informavam os serviços e o endereço.

A luta pela inserção e reconhecimento da mulher no mercado de trabalho não é algo novo, pois atualmente ainda é comum ouvir falar nas primeiras mulheres ocupando lugares tradicionalmente masculinos. É nesse cenário que me enquadro quando em 2019, passei a compor a primeira diretoria totalmente feminina a tratar sobre métodos adequados de resolução de conflitos, na Ordem dos Advogados Seccional Sergipe.

As reflexões trazidas nas reuniões do grupo de pesquisa sobre a História das Mulheres e sua relação com o campo de pesquisa da História da Educação, bem como os levantamentos realizados sobre a vida de Maria Rita e minhas vivências de cunho pessoal me levaram a ver que a mulher precisa galgar o máximo de qualificações enquanto profissional para poder conquistar o seu espaço de evidência e reconhecimento no mercado de trabalho e social e a educação é uma das ferramentas que devem ser utilizadas para tal. É devido a essa relação que voltamos a discorrer no plural sobre a pesquisa.

1.2 Delimitação do objeto de pesquisa e os objetivos

Mundialmente, a década de 1930 foi marcada pela tomada do poder na Alemanha pelo nazismo e o objetivo de Hitler de ter uma segunda chance para confrontar os países que venceram a Alemanha na primeira guerra mundial. Os projetos do ditador refletiram mundialmente, podemos citar como exemplos a Guerra Civil Espanhola em 1933 e a elaboração do Tratado de Munique.

As guerras desencadeadas entre diversos países durante a segunda década do século XX afetaram as pautas e mobilizações feministas nos países envolvidos. No entanto, na América Latina, em países como o Brasil, Chile, Argentina, México,

Peru e Costa Rica, distantes das atividades de guerra e nos quais também havia sido iniciada uma luta pelo sufrágio, muitos grupos seguiram focados nessa causa, dentre outras pautas locais.

No Brasil, Getúlio Vargas foi autor de um golpe de Estado na oligarquia cafeeicultora paulista finalizando a chamada República Velha e iniciando a Era Vargas que durou de 1930-1945. Em 1932 os Paulistas tentam reverter a situação, sem sucesso, com a revolução constitucionalista e em 1934 Vargas começa a elaborar uma nova constituição brasileira que possibilitou o voto feminino.

O período de 1930 a 1937 foi regado de incertezas e instabilidades para a população brasileira com a ascensão do governo populista do então presidente Getúlio Vargas, o operariado brasileiro recebeu uma série de benefícios sociais, o país que buscava avançar do período rural para a industrialização passou a receber o capital estrangeiro.

Fugindo um pouco do recorte temporal acima mencionado, em Aracaju, especificamente em 3 de abril de 1904, nascia Maria Rita, que, segundo a Professora Doutora Marcia Terezinha J. O. Cruz, em seu artigo “Alice Ferreira Cardoso: vestígios da trajetória de vida da primeira bacharel em direito de Sergipe (Brasil – séculos XIX e XX)”, não foi a primeira mulher bacharel em Direito em Sergipe, mas sim Alice Ferreira Cardoso que graduou-se em Direito no Rio de Janeiro em 1919 após cerca de 10 anos de estudo e pouco é lembrada pela historiografia como pioneira da formação jurídica sergipana pois se divorciou do seu primeiro marido e posteriormente conviveu com um segundo homem, o que nos mostra o quanto o casamento influencia a visão social sobre a mulher, e devido a relevância do tema optamos por debate-lo em um tópico específico.

Nos procedimentos metodológicos de uma pesquisa preocupada com os aspectos históricos, um primeiro e significativo elemento que merece a atenção do pesquisador, no seu recorte delimitativo, diz respeito à questão temporal. A escolha de um objeto num marco temporal define também nosso foco de olhar do presente para o passado, e o retorno desse olhar. (COLLAÇO, 2009).

Nesse sentido, o marco temporal estabelecido nesta pesquisa, foi o período que Maria Rita retornou para Sergipe após a finalização do curso superior e no referido estado exerceu suas atividades como advogada entre os anos de 1926 a 1938 e concorreu à vaga da cadeira de literatura no Colégio Atheneu Sergipense em 1929

quando foi aprovada, mas conseguiu tomar posse após judicialização da demanda e clara exposição dos fatos em jornais de circulação local.

Em que pese a graduação em Direito, Maria Rita, confessou em sua obra que apenas estaria completa ao ingressar também no magistério “meu grande sonho [...] nesta casa tradicional que foi o berço do meu espírito.” (ANDRADE, 1929, p.02) evidenciando suas dificuldades para conciliar as suas atribuições laborais diárias e seu objetivo na sua “*These*” de concurso apresentada ao Atheneu Pedro II em setembro de 1929

Em 1938, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro onde continuou lecionando no Colégio Pedro II e na Faculdade Técnica de Comércio, da Universidade do Brasil, sem abrir mão da sua atuação na advocacia, “um dos registros indicou que ela teria ido para o Rio para acompanhar seu noivo, o poeta Passos Cabral. Uma outra possibilidade é que ela tenha se encaminhado para o Rio em busca de ampliar seus horizontes profissionais” (FREITAS, 2003, p.178) foi nomeada em 1965 como a primeira juíza federal, no governo de Castelo Branco.

Contribuir com a escrita dos combates e conquistas da mulher nos espaços públicos e privados ao longo do tempo é um convite para a escrita responsável da história de todos nós e Michelle Perrot (1995), ressalta a importância masculina nesse processo histórico, reconhecendo a relevância do trabalho de Philippe Ariès e Georges Duby já que com eles a vida privada apareceu como um campo a ser explorado e problematizado, incorporando a família, a história da casa, do indivíduo e da sexualidade.

Roger Chartier (1990) nos alerta sobre a importância de não restringir o estudo a um fragmento, devendo nos voltar aos processos de civilização ou as transformações sociais, recorrendo aos tempos longos, mesmo que descontínuos para compreender o todo. Poderíamos buscar estudar um recorte da obra de Maria Rita, respaldado por fontes teóricas que abordasse feitos femininos na década de 1930, foi buscando compreender o todo que preferimos também utilizar jornais, e demais documentos históricos como fontes.

Assim após as idas e vindas do processo de construção de uma pesquisa dissertativa visando alcançar os componentes metodológicos que são inerentes a uma pesquisa científica, planejamos, como objetivo geral: **Evidenciar a contribuição de Maria Rita Soares de Andrade para a História das Mulheres de Sergipe.oo**

O restrito número de mulheres no repertório que representa o contexto histórico político geral mundial e local na década de 1930, é nítida! necessidade de eleição de heróis homens? Talvez! O que nos instiga a problematizar: Qual foi a contribuição de Maria Rita na construção da História das Mulheres em Sergipe na década de 1930?

As trajetórias das mulheres em seus diversos campos têm se constituído, ao longo dos séculos em atos de resistência, ora de forma visível, ora de forma invisível. Quando nos propomos a investigar a histórias das mulheres, nos deparamos com questões diversas, que evidenciam várias táticas que elas utilizaram para burlar a ordem instituída e a visão preconceituosa de uma sociedade majoritariamente machista.

Buscando alcançar o objetivo geral acima delimitado, denominamos como objetivos específicos:

- a) Investigar a partir de jornais de circulação local e da revista Renovação, como a sociedade sergipana compreendia o “ser mulher” e seu papel social;
- b) Analisar na obra de Maria Rita denominada “A Mulher na Literatura” seu olhar sobre os modos e condições de inserção e participação social feminina.

Delimitados o tema, pergunta, o objeto de pesquisa e os objetivos partimos agora para explicitar os caminhos percorridos desta pesquisa.

1.3 Caminhos percorridos na investigação

A História da Educação dialoga não apenas com o pensamento e ensino pedagógico, mas também com outras ciências humanas o que a torna um campo do conhecimento importante na conquista de igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Ter uma história escrita por mulheres significa visualizar uma história sob uma ótica de quem é ao mesmo tempo sujeito e objeto de análise, é ir além de uma história que antes era contada por homens “elas nos dizem mais sobre os sonhos ou medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (PERROT, 1995, p.17). Escrever uma História das Mulheres, por mulheres é “ser testemunha e atriz”

(PERROT, 1995, p.13) significa mostrar que elas possuem um papel que vai além da reprodução, que são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas.

Neste momento, oportuno descrever os caminhos trilhados para a construção da presente pesquisa histórica, concentra-se na área das ciências humanas, no campo da História da Educação, amparada numa perspectiva histórica sobre a História das Mulheres, tem caráter qualitativo, tomando-se por base fontes bibliográficas e documentais.

Como método procedimental a pesquisa bibliográfica, consistente na leitura seletiva e interpretativa de livros, artigos científicos, dissertações e teses e documental, através do exame de jornais, documentos de Maria Rita enquanto advogada, filme, Leis Federais da época, portarias e pareceres e sítios eletrônicos, com o fito de melhor pensar sobre as práticas nas disputas políticas em que ela se envolveu, os discursos que proferiu e principalmente a sua contribuição na construção da História das Mulheres no Estado de Sergipe.

Cientes do seu lugar social, as mulheres tiveram que criar regras próprias para se inserirem nos jogos de poder (ORLANDO E MESQUITA, 2022, p. 51) o estudo dessa presença feminina na História e suas contribuições enquanto intelectuais deve-se aos “os historiadores dos Annales que buscavam uma compreensão mais abrangente, densa, profunda e totalizante do Homem, o que os levou a incorporar ao seu trabalho novas fontes históricas e, também, novos objetos, métodos e abordagens, que diversificaram as maneiras de utilizá-las (NAVARRETE, 2008, p 21).

Como referencial teórico, para esta pesquisa utilizamos para subsidiar a pesquisa no campo da História das Mulheres os estudos de Michelle Perrot (2019) e Mary del Priore (2014) e como ainda utilizaremos como fontes, escritos de Maria Rita sobre outras mulheres na literatura, uma forma impressa de influência social, nos desafiamos a utilizar também as acepções do conceito de intelectual para Jean-François Sirinelli (1996)

[...] em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os "mediadores" culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o Jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou "mediadores" em potencial, e ainda outras categorias de "receptores" da cultura. (SIRINELLI, 1996, p. 242)

Como exposto anteriormente, Maria Rita escreveu para mulheres e sobre mulheres na Revista Renovação e se preocupou em escrever uma tese composta por contribuições femininas na literatura, utilizou esses espaços para orientar e aconselhar mulheres sob a luz de uma educação emancipadora, interferindo na vida política enquanto difundia seus pensamentos feministas, nos levando a considerá-la, a partir da definição de Sirinelli, uma produtora e mediadora cultural.

Nessa ampla gama de intelectuais que Sirinelli conseguiu abarcar no âmbito dos criadores e mediadores culturais, ele os identifica não pelo ato criador ou mediador, pois essas posições são fluidas no campo, mas a partir de sua notoriedade em campo: há aqueles que estão em foco no grupo – os de maior notoriedade –, mas também há os de menor projeção, ou mesmo os desconhecidos, não reconhecidos na memória coletiva. A estes relegados da história, seu necessário reconhecimento, sobretudo na instigação de posturas, como “despertadores” de valores e ideologias, marcando especialmente sujeitos em formação, como o caso dos professores. (ORLANDO e MESQUITA, 2022, p.34)

A pandemia do covid-19 e a necessidade de um ensino remoto emergencial refletiu de igual modo no campo da pesquisa, ensejando nesta a realização de buscas de fontes em Repositórios digitais.

Utilizando palavras chave “História das Mulheres” no catálogo de teses capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>), biblioteca de teses e dissertações da UFS (<https://ri.ufs.br/handle/riufs/2145>) e teses e dissertações defendidas no PPED/UNIT (<https://ppg.unit.br/>) obtivemos diversos resultados dentre dissertações e teses, como, a dissertação da autora Josineide Siqueira de Santana, defendida em 2011 na Universidade Federal de Sergipe, intitulada de “Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no orfanato de São Cristóvão e na escola da Imaculada Conceição (1922-1969)”, que discutiu a educação feminina e investigou as práticas educativas desenvolvidas nas instituições católicas Orfanato de São Cristóvão e Escola da Imaculada Conceição. O trabalho contribuiu com o início deste trabalho ao possibilitar uma visão de uma educação para o lar quando na realidade as alunas desejavam autonomia.

Carla Bispo Azevedo, foi autora da dissertação intitulada “Maria Eugenia Celso: Entre o impresso feminino, a casa e o espaço público (1920-1941)”, defendida em 2015 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a autora justifica a escolha dos escritos de Maria Eugenia por visualizar neles um encaminhamento para uma educação feminina. A pesquisa retratou a mulher no espaço doméstico e público,

abordou para tanto a trajetória de Eugenia. Trata-se de mais um texto acadêmico que aborda mais uma intelectual, chama atenção o objetivo da autora de retratar a trajetória de vida de Maria Eugenia para poder, assim, dar mais visibilidade aos seus escritos, reconhecendo a relevância social destes.

O Discurso sobre o papel das mulheres no âmbito do Programa Mulheres Mil foi o título da investigação, de autoria de Cristiane Araújo da Silva Costa, defendido em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, diferente dos nossos objetivos, a autora utiliza um referencial teórico-metodológico voltado para Análise do Discurso, teve como objetivo analisar o discurso sobre o papel das mulheres no âmbito do Programa Mulheres Mil, visando uma discussão acerca das políticas públicas voltadas para a garantia da participação social feminina. Trata-se de um trabalho que já aborda a mulher que busca as mesmas oportunidades que há um tempo atrás pertenciam apenas ao público masculino, o texto evidencia a desvalorização do trabalho feminino na atualidade que apesar do tempo, continua sendo considerado ligado ao que é materno.

Elizabeth Maria da Silva, escreveu “Mulheres emancipai-vos!: um estudo sobre o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta”, dissertação defendida em 2014 na Universidade Federal de Pernambuco. Na referida investigação, a autora objetiva analisar as principais questões do pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta que ainda estão em pauta nos dias de hoje, utiliza como fontes as principais obras da autora, que segundo Elizabeth, defendia que todas as mulheres tivessem direito a uma educação que fugisse dos padrões domésticos, o que não era sustentado por Maria Rita, fruto da primeira onda do feminismo, que defendia uma educação emancipadora que também abrangia as funções domésticas da mulher, como veremos adiante

A tese de doutoramento intitulada “No compasso, ligeiro, da pianista Helena Lorenzo Fernandez: entre práticas pedagógicas, concertos e diplomacia musical brasileira (1931-1985)” e defendida por seu autor Elias Souza dos Santos no ano de 2020, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes buscou analisar a trajetória da educadora, pianista-concertista Helena Lorenzo Fernandez, destacando o seu papel e as suas contribuições para o campo da História da Educação. Para o autor, a pesquisa tem relevância para o coletivo social das instituições educativas, da infância, da música, em Sergipe, Rio de Janeiro e exterior, das práticas pedagógicas, dos métodos de ensino, dos concertos locais,

nacionais e internacionais (diplomacia musical brasileira) e para nós foi de grande valia para a compreensão da educação feminina da época.

Um balanço sobre o campo de pesquisa referente à História das Mulheres permitiu a formação de uma base inicial sobre a história de mulheres, contadas por mulheres em sua maioria, restando um questionamento inicial: seria esse campo de pesquisa um lugar de fala apenas feminino? Por se tratar do início de uma jornada, buscamos o conceito de lugar de fala segundo Djamila Ribeiro

[...] é preciso dizer que não há uma epistemologia determinada sobre o termo lugar de fala especificamente, ou melhor, a origem do termo é imprecisa [...] quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades. (RIBEIRO, 2017, p 33 e 35)

Entendemos que, contribuir com a escrita dos combates e conquistas da mulher nos espaços públicos e privados ao longo do tempo é um convite para a escrita responsável da história de todos nós, esse pensamento encontra respaldo na obra de Michelle Perrot (1995) que evidencia a importância masculina nesse processo de construção.

Para o andamento da pesquisa já em meio ao distanciamento social provocado pela pandemia do COVID-19, partimos para um levantamento nos repositórios digitais, utilizando palavras chaves “Maria Ritta Soares de Andrade” “Maria Ritta”, “Dra Maria Ritta Soares de Andrade” e “Dra Maria Ritta” não obtivemos nenhum resultado, situação que foi revertida quando utilizamos “Maria Rita Soares de Andrade” e “Maria Ritta Soares de Andrade” quando obtivemos as teses da professora Doutora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas intitulada “Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX”, defendida em 2003 na Universidade Estadual de Campinas, e “A construção de uma discursividade feminista: a revista renovação na década de 1930”, da professora doutora Maria Leônia Garcia Costa Carvalho, defendida no ano de 2008, na Universidade Federal de Alagoas.

As pesquisas levantadas nos ajudaram a listar possíveis fontes possíveis de encontrar no âmbito residencial com a ajuda da internet, utilizar as teses para o esclarecimento de questões que viessem surgir conhecer mais aspectos da trajetória de vida de Maria Rita como dito anteriormente, tornou-se conhecida por ser uma

mulher que ocupou seu espaço na sociedade como feminista (sufragista), professora, jornalista, advogada e posteriormente juíza federal do Brasil.

Como também retratado anteriormente, Maria Rita graduou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia em 1926, exerceu suas atividades como advogada sergipana entre os anos de 1926 a 1938, concorreu à vaga da cadeira de literatura no Colégio Atheneu Sergipense em 1929.

Apesar de formada em Direito, Maria Rita reconheceu em sua *“These”* de concurso apresentada ao Atheneu Pedro II em setembro de 1929 as dificuldades dos encargos profissionais enquanto advogada, mas mesmo assim expressa que apenas estaria completa ao ingressar também no magistério:

Mestres:

Eis o meu trabalho. Não representa ele uma pretensão de firmar nome na literatura, não; é, apenas, o resultado de um excessivo esforço de quem, tendo quase o dom da ubiquidade para atender aos encargos profissionais, resolveu sobrecarregar a sua tarefa com esta outra, tão mais difícil quão nobre de ingressar no magistério. [...] será esta these, escripta a prestações, nos poucos momentos que me foi possível furtar á minha intensa e continua atividade na advocacia, o primeiro passo para a realização do meu grande sonho. Bem sei que a nobreza do encargo é demasiada ante a humildade da concorrente. Mas, a minha força de vontade, a ânsia de vencer, a tentadora ilusão do QUERER É PODER, fazem que apresente meu trabalho, cheia de esperança e de fé, certa de que, nesta casa tradicional que foi berço do meu espírito, os mestres saberão medir o verdadeiro mérito do meu esforço (ANDRADE, 1929, p.1-2).

O recorte acima, evidencia o esforço da autora em conciliar as suas tarefas laborais com a escrita do texto, além disso, evidencia o objetivo de não se firmar na literatura, ponto que será abordado na terceira seção desta dissertação.

A seguir, abordaremos as fontes utilizadas nesta pesquisa uma vez que a história de Maria Rita demandou o entendimento histórico social, partindo da compreensão do papel da mulher para a sociedade sergipana da década de 1930, para tanto, utilizamos também como fonte a obra de Maria Rita, alguns jornais de circulação local existentes no banco de fontes do Grupo de Pesquisa História e Educação no Nordeste, publicações que versam sobre a Revista Renovação onde Maria Rita ocupava o cargo de editora e o filme norte americano *“A divorciada”*, apontado nas propagandas de um impresso e objeto de comentários no mesmo jornal.

1.4 Fontes e a estrutura do trabalho

Fonte, segundo o Grande Dicionário da Língua Portuguesa de Morais Silva (1949-1959, p. 271, v. 5), vem do latim fonte e significa nascente de água que irrompe perenemente o solo. Mas, como toda palavra polissêmica, tem outros significados: chafariz, bica por onde corre a água ou tudo que se lhe assemelha; causa, princípio de onde provêm efeitos tanto físicos como morais; o texto original de uma obra; ponto de onde alguma coisa dimana (NUNES, 2017)

O historiador Michel de Certeau (1982, p. 81), no seu livro “A Escrita da História”, ao tratar do estabelecimento das fontes ou da redistribuição do espaço, assevera que em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografa-los, mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto, desconstruindo-os e logo após reconstruindo-os.

Quando nos referimos a fonte, a imagem que nos surge é a de ponto de origem, nascente, base e ponto de apoio. Elas podem ser materiais como também virtuais e independente do seu tipo, são pontos de partida da construção da pesquisa Histórica e devem ser preservadas pois não há de se falar em hierarquia entre elas, uma vez que são testemunhos dos atos históricos.

Na história, as mulheres são pouco vistas e como justificativa há quem diga (senso comum, principalmente) que seja devido a sua intelectualidade ou educação. Rebecca Solnit (2017) denomina esse movimento como “*Mansplaining*”, ou seja, quando homens se posicionam inflexivelmente sobre coisas que não deveriam explicar e da mesma forma não se esforçam para ouvir coisas que deveriam. O que pouco se difunde é que na Inglaterra e na França até o século XX, via de regra, elas precisavam de aprovação masculina para escrever ou até mesmo pintar e expor o seu trabalho o que justifica uma quantidade menor de produção artística feminina se comparada com a masculina.

Com a entrada da mulher na universidade passamos a contar com as vozes femininas na literatura, arte e, dentre outros campos, na psicanálise, mas ainda assim, se comparadas ao público masculino, mulheres ainda são pouco vistas e frequentemente apagadas. Perrot (2019) enumera como causas a gramática (que

opta pela utilização do masculino, a assexualidade das estatísticas (sendo a sexuação algo relativamente recente) e o casamento já que nesse momento as mulheres perdiam seu sobrenome, tornando difícil a reconstituição das linhagens femininas.

Não queremos dizer aqui que hoje, as fontes históricas são mínimas ou insuficientes, mas sim que devemos sempre questionar aquelas existentes utilizando a vivência individual de cada pesquisador para influenciar nos enfoques e abordagens na pesquisa, pois sua visão de mundo irá direcionar a escolha da fonte e do método a ser utilizado para questioná-las.

Considerando as amplas possibilidades de objetos de pesquisa, é importante que o pesquisador utilize e dialogue com as mais diversas fontes, tais como: objetos utilizados na época, arquitetura, fotos, diários, brincadeiras, festas e diferentes relatos. Questionando cada um de acordo com a sua particularidade, para que o conhecimento científico seja produzido de forma eficaz, de modo que se possa contribuir para o entendimento e alcance de resultados para determinada demanda dentro do campo da educação.

Como foi mencionado no tópico anterior, a pesquisa da Prof^a Dr^a Anamaria Bueno nos apresentou ao fato de que Maria Rita foi a única a se candidatar ao concurso de Livre Docência de Literatura e Línguas Neo-Latinas do Atheneu, sua “these” foi intitulada de “A Mulher na Literatura (das línguas novi-latinas), é composta por 164 páginas, dividida em oito capítulos e foi publicada em 1929 pela gráfica “Casa Ávila”, com sede situada na Rua Japaratuba, na cidade de Aracaju/SE. Adquirimos a referida obra de autoria de Maria Rita através do site Estante Virtual.

Apesar de ter sido aprovada com média 8,6 no Concurso Público para Livre-Docência no Colégio Atheneu, em 1929, e da tese apresentada na ocasião, intitulada “A mulher na Literatura” ser uma referência para os estudos da presença feminina no mundo das letras, ela só conseguiu tomar posse, em 1931, com a interferência do Interventor do Estado, Augusto Maynard, depois de entrar com um processo contra a direção da referida instituição e ter sido processada pelo Diretor Leandro Diniz de Faro Dantas. Nas páginas da Revista Renovação, e na imprensa local principalmente no Jornal “A Ordem” houve ampla divulgação dos acontecimentos. (FREITAS, 2003, p. 154)

A “these” está dividida em capítulos denominados pela autora como: Literatura; A Mulher na Literatura; A Mulher na Literatura Francêsa; A Mulher na Literatura Italiana; A Mulher na Literatura Portuguesa; A Mulher na Literatura Hispano-Americana e A Mulher na Literatura Brasileira. Para a escrita, a autora fez a escolha

de algumas mulheres da literatura que lhes chamaram atenção, utilizou como critério de escolha: *“pelo talento, pelo espírito e pela cultura, mais nos atraíram a conhecê-las, estudá-las e senti-las, na França, em Portugal, na Itália, na Espanha e na América Latina, especialmente no Brasil.”* (ANDRADE, 1929, p. 27).

Chamamos atenção para os títulos e epígrafes de cada seção também conversam com a tese, sendo escolhidos de acordo com o tema a ser abordado em cada um.

Há poucas autobiografias de mulheres, por quê? O olhar voltado para si, numa fase de mudança ou ao final de uma vida, mais frequente em pessoas públicas que querem fazer o balanço de sua existência e marcar sua trajetória, é uma atitude pouco feminina. “Minha vida não é nada” diz a maioria das mulheres. Para que falar dela? A não ser para evocar os homens, mais ou menos importantes, que conheceram, acompanharam ou com quem conviveram. (PERROT, 2019, p. 28)

Queremos aqui não abordar a biografia de Maria Rita por compreendermos que essa tarefa já foi cumprida pelas pesquisas já existentes, nossa intenção aqui é analisar o que ela, enquanto intelectual, defendia nos seus escritos e como seus posicionamentos e orientações puderam intervir na cultura e na política da sociedade Sergipana.

Utilizamos também na construção desta narrativa documentos oficiais como os registros de Maria Rita enquanto advogada, disponibilizados pela Ordem dos Advogados Seccional Sergipe, também sua obra como narrado anteriormente, recortes dos jornais o Diário da Tarde, como o Jornal de Notícias e A Tribuna de circulação sergipana na década de 1930 que tinham exemplares mais completos no período em estudo e estavam disponíveis no banco de fontes do Grupo de Pesquisa História e Educação no Nordeste o que foi de grande auxílio em tempos de pandemia.

Diante da inviabilidade das visitas aos arquivos, para falar sobre a revista Renovação os escritos intitulados de “Propostas de educação feminina veiculadas pela revista Renovação, em Sergipe, no início da década de 30” e a tese de doutoramento intitulada de “Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX.”, ambos de autoria da Professora Doutora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, bem como a tese de doutoramento da Professora Doutora Maria Leônia

Garcia Costa Carvalho, intitulada de “A construção de uma discursividade feminista: a revista renovação na década de 1930”.

Aqui também analisamos o filme “A Divorciada”, dirigido por Robert Z. Leonard. 1930. Disponível em: <https://assistironline.net/a-divorciada/>. Acesso em: 11 dez. 2021. como fonte cinematográfica da década de 1930 para analisar como a imprensa via temas como casamento, família, liberdade feminina na época e assim influenciava na pauta dos círculos sociais da época.

Para responder os propósitos desta pesquisa, o texto está organizado em 3 seções, mais as considerações finais, a saber: Introdução, que tem o propósito de situar o objeto de investigação, o problema, as fontes, os objetivos, e os referenciais; seção 2, onde analisamos a visão feminina impressa em alguns jornais sergipanos de circulação local sobre temas comuns em livros como a educação feminina, o casamento e os padrões de consumo e beleza, subtópico utilizado para verificar qual a imagem feminina que Maria Rita concebia e qual era a visão da imprensa sobre o tema.

A terceira seção foi destinada para analisar a obra de Maria Rita denominada “A Mulher na Literatura” seu olhar sobre os modos e condições de inserção e participação social feminina a partir da participação feminina no cenário literário internacional, nacional e sergipano.

2. ELES DIZEM TUDO SOBRE NÓS: A VISIBILIDADE DAS MULHERES NA IMPRENSA SERGIPANA NA DÉCADA DE 1930.

Deixemos a anarquia social de se pretender tornar o homem e a mulher antagonistas até na leitura, como se ambos não formassem o todo harmônico que deve ser a humanidade. (ANDRADE, 1929, p. 26)

Nesta seção temos como objetivo investigar a partir de jornais de circulação local e da revista *Renovação*, editada por Maria Rita, como a sociedade sergipana compreendia o “ser mulher” e seu papel social. Justifica-se essa investigação uma vez que era pela imprensa que Maria Rita dava voz aos anseios das mulheres na luta por sua inserção.

Partindo da obra intitulada *Emílio*, obra do filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) que, buscando mostrar como se deve educar um cidadão ideal, considera que homens e mulheres são constituídos de forma bem parecida em termos de temperamento e caráter, mas com forças diferentes. Sendo assim, não devem ser educados da mesma maneira.

Wollstonecraft (2016), mergulhada no contexto histórico europeu do século XVIII, afirma que Rousseau em sua obra aborda indiretamente uma educação do corpo quando se refere ao feminino, pautada na astúcia e lascívia, considerando os homens como dependentes das mulheres somente devido aos seus desejos e estas são dependentes tanto em virtude dos desejos como também de suas necessidades.

A História Cultural considera em sua análise o popular e o informal no resgate do papel de grupos sociais invisíveis. A escolha do que é dito nos veículos de informação de uma época específica consegue identificar como determinada realidade social foi construída, uma vez que a matéria escrita se torna assunto de conversa entre as pessoas, gerando uma agenda individual e/ou coletiva.

No Brasil colonial, a desinformação da população era de interesse da Metrópole, o acesso aos livros era restrito e as publicações em impressos começou a mudar com a chegada da família imperial portuguesa ao Brasil em 1808. Vieira relata a criação dos primeiros impressos do Brasil:

Esse processo de divulgação do jornal impresso acontece somente no século XIX. E com isso torna-se necessário a criação da imprensa Régia, tipografia oficial do império. Além disso, vai ocorrer a circulação

do jornal *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, que tinha sua impressão na Inglaterra como maneira de evitar possíveis censuras e, por isso, chegava ao Brasil com atraso. Além da criação da imprensa Régia por parte do governo e a criação do jornal de Hipólito da Costa, surge no Brasil a chamada opinião pública. (VIEIRA, 2013, p.2)

Em um contexto geral, os jornais ou os impressos tinham a política como repertório, a primeira imprensa feminina especializada iniciada no século XVIII “em sua maioria são homens que escrevem, mas as mulheres se introduzem pouco a pouco” (PERROT, 2019, p. 33). O ingresso da mulher enquanto produtoras desses impressos veio a se desenvolver no século XIX, com o aumento da busca feminina por conselhos de moda, a seleção de temas abordados “vão da moda às receitas de cozinha, das narrativas de viagens, ilustradas com gravuras imaginativas, às biografias de mulheres ‘ilustres’” (PERROT, 2019, p.33).

Até os dias atuais, a imprensa exerce um papel social que ultrapassa a tarefa de informar. Ela seleciona notícias (entre o leque disponível diariamente), oferece ao público os temas do cotidiano que são eleitos como destaque e conseqüentemente serão objetos dos mais diversos diálogos. Para as primeiras escritoras, “o riscar da caneta não perturbava a paz do lar [...] claro que foi por causa do preço baixo do papel que as mulheres deram certo como escritoras, antes de dar certo nas outras profissões” (WOOLF, 2020, p. 10).

A influência da imprensa no século XVIII na formação do pensamento social, passou a se estender para o incentivo à educação feminina tornando mais evidente “uma vontade de emancipação das mulheres pela educação e mesmo pelo saber e pelo trabalho” (PERROT, 2019, p.33). Estudar, trabalhar faz parte do caminho de libertação feminina, é por ele que a mulher encurtou a distância que a separava do homem. Simone de Beauvoir compreende como independente “aquela mulher excepcional que luta pela sua autonomia econômica, social, psicológica e intelectual” (BEAUVOIR, 2019, p. 539).

É papel do historiador analisar as fontes históricas, comparando e interpretando os vestígios, no caso dos jornais, devem ter conhecimento do foco editorial da fonte analisada e refletir sobre a influência no seu objeto de pesquisa, “podemos perceber a ação da imprensa, principalmente na vida política e no contexto social. Não podemos esquecer que, apesar de apresentar notícias públicas, o jornal é uma empresa, a qual precisa vender jornal e publicidade”. (VIEIRA, 2013, p.10)

Muitos dos apontamentos observados nesta pesquisa nos levam a considerar que, apesar do conteúdo diário político mais destinado ao público masculino, os jornais impressos no período aqui estudados tinham homens na posição de editores, consideravam a mulher como leitora, mas não como escritora, então, o que esperar da mulher no campo da criação, em Sergipe, na década de 1930, na imprensa sergipana? Como ouvir suas vozes e acompanhar um período do seu processo de libertação?

Com a pandemia do Covid 19 e o consequente isolamento social, fomos desafiados a pensar nos questionamentos e no que era preciso fazer para obter respostas de uma forma segura para a saúde, como resposta, nos valem dos seguintes jornais disponíveis no banco de fontes do grupo de pesquisa do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste - GPHEN: o Diário da Tarde (1933-1937), o Jornal de Notícias e A Tribuna, no período em que abrange esta pesquisa. Estes jornais começaram a circular em Sergipe no ano de 1931 e temos acesso a registros que vão até o ano de 1933.

O Diário da Tarde, se auto denominava como órgão político, foi fundado em Aracaju/SE, no ano de 1933, a redação era situada na Avenida Ivo do Prado, nº 93, na capital sergipana, telefone 7-7, Deodato Maia era o diretor responsável e em outras vezes anunciante. Cada edição era formada por quatro páginas, os temas abordados no impresso versavam sobre política e economia, ofertava a terceira e quarta página para propagandas e anúncios sociais.

O Jornal de Notícias foi fundado em 1930 por Francisco de Araújo Macedo, era dirigido por Virgínio de Santana, Alberto Rollemberg era gerente e Teonas Pereira o secretário, a redação, administração e oficinas estavam situadas na Rua João Pessoa, nº 18 na cidade de Aracaju. O jornal era impresso em quatro páginas, a primeira era formada por notícias locais e do mundo, bem como telegramas, disponibilizava a segunda, terceira e quarta páginas para propagandas que se organizavam entre as notícias.

A Tribuna foi criado em 1931, era dirigido por Humberto Dantas, a redação estava instalada na Avenida Ivo do Prado, nº 83. O jornal era impresso em quatro páginas, sendo a primeira organizada com notícias de ordem política e econômica local e de outros lugares do Brasil, especialmente da capital Rio de Janeiro, a direção sempre se posicionava nesse espaço. As propagandas estavam em maior evidência

na segunda e terceira páginas enquanto as demais notícias da sociedade, dos mais variados temas, estavam dispostas na última página.

Com o isolamento domiciliar e o distanciamento social, visando diminuir a velocidade da propagação do vírus Covid-19, a visitação de arquivos públicos para a coleta de fontes restou prejudicada mas devido a relevância da revista Renovação para nossa investigação, operaremos as análises da Professora Doutora Anamaria Gonçalves Bueno Freitas, em seu trabalho intitulado de "Propostas de educação feminina veiculadas pela revista renovação, em Sergipe, no início da década de 30", parte integrante dos anais eletrônicos do "Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - História, Sociedade e Educação no Brasil. 15 Anos - Transformação do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação", promovido pela Universidade de Campinas - UNICAMP/SP no ano de 2001, bem como a tese de doutoramento intitulada de "Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX", também de autoria da Professora Doutora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, defendida no ano de 2003 na Universidade de Campinas UNICAMP/SP.

Utilizaremos também a tese de doutoramento da Professora Doutora Maria Leônia Garcia Costa Carvalho, intitulada de "A construção de uma discursividade feminista: a revista renovação na década de 1930" defendida na Universidade Federal de Alagoas. No ano de 2008.

Assim, ao analisarmos a presença feminina neste período percebemos que a escrita não foi uma prática fácil para as mulheres, seus textos ficavam restritos ao domínio privado inicialmente, o feminismo foi um grande incentivo no domínio da imprensa pois, em que pese a primeira imprensa feminina, que se inicia no século XVIII, fosse especializada em moda, receitas de cozinha e narrativas de viagens, o desejo pela emancipação pela educação e pelo trabalho era verificado e incentivado em Sergipe pela revista Renovação.

No final do século XIX e início do XX, a mulher, que geralmente estava adequada aos padrões masculinos, se liberta e levanta sua voz, reivindicando o acesso a uma posição que sempre lhe foi negada pela tradição social, nessa seção veremos os discursos que de alguma forma envolve a mulher (seja como autora, objeto do texto ou até mesmo retratada em imagens) dispostos nos jornais analisados verificando como se deu o processo de mudança social feminino e como elas contribuíram para isso.

Nesse sentido, a abordagem aqui se concentrou nas manifestações que envolviam o público feminino, na imprensa sergipana no período e nos jornais analisados. O fato de que Maria Rita ter sido a editora da revista sergipana *Renovação*, criada em 1931 inspirou a escolha dos três impressos que com abordagens diferentes destinavam alguns espaços em seu interior direcionado para o público feminino com textos, poesias, anúncios de produtos e serviços e até mesmo conselhos. Assim definimos três temas que consideramos importantes para pensar a mulher na imprensa e na sociedade sergipana no período que abrange esta pesquisa, e pensar o objetivo desta pesquisa que é: as contribuições de Maria Rita Soares de Andrade na construção da História das Mulheres de Sergipe na década de 1930.

2.1 A escrita feminina sobre educação nos periódicos sergipanos

A Primeira República Brasileira (1889 a 1930) foi um período de grandes transformações na vida da sociedade sergipana “na capital, onde o número de seus moradores duplicou numerosas vezes. O Estado que era predominantemente rural, urbanizou-se, estruturou-se e construiu sua base industrial” (DANTAS, 2004, p.11).

Os primeiros anos republicanos ficaram conhecidos como República da Espada (1889 a 1894), período visto no cenário nacional como sendo de tensão e crise tanto econômica quanto política, contou com dois militares na presidência do Brasil: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Mudanças associadas à alteração de regime político começaram a acontecer no Brasil,

Em Sergipe, o primeiro mês de República foi governado por juntas provisórias efêmeras, quando seus membros passaram a encontrar dificuldades na montagem de uma estrutura de poder diferenciada da ordem provincial [...] os republicanos estranharam o jogo de pressões e contrapressões naturais no exercício do poder e foram se revezando até quando chegou o médico Felisberto Freire, o primeiro indicado para governar o Estado [...] (DANTAS, 2002, p. 24)

O processo de mudança mencionado anteriormente teve início com a promulgação de uma nova Constituição, em uma época em que a sociedade brasileira também iniciava a romper com os resquícios religiosos do Império Brasileiro, dentre outras questões.

Não obstante a influência dos positivistas na propaganda republicana, os parlamentares formularam uma Carta de conteúdo liberal, ampliando a tendência que provinha do Império. A abolição da escravidão permitiu que a declaração de direitos fosse ampliada, e a separação da Igreja Católica do Estado delimitou melhor a especificidade da esfera pública de natureza laica. Adotou-se o presidencialismo e a livre escolha dos ministros pelo presidente. (DANTAS, 2002, p.24)

Assim, podemos listar as seguintes inovações legais:

- Tripartição de poderes em: Executivo, Legislativo e Judiciário. Na oportunidade, o Moderador, desempenhado pelo Imperador desapareceu;
- Os Estados, passaram a ter mais autonomia, ficando a cargo do governo central garantir a ordem constitucional;
- Implantou-se o voto universal para os maiores de 21 anos, excluindo-se mendigos, analfabetos, praças de pré e religiosos sujeitos a voto de obediência.

Ainda nos primeiros anos, Jacobinos formavam um pequeno grupo que objetivava uma democracia direta, os positivistas formavam um grupo bem influente, principalmente por militares “em Sergipe, a pregação dos republicanos também falava em muitas vantagens, entre as quais maior compatibilidade da república com a democracia. Mas a materialização desses avanços tenderia a encontrar fortes resistências diante da realidade subjacente” (DANTAS, 2004, p. 15) afinal, a sociedade sergipana tinha a cana de açúcar como produto principal do comércio e em segundo plano o açúcar, enfrentava uma crise econômica pós abolição da escravatura e estava “dividida entre senhores proprietários, habituados a amplo mando e trabalhadores despossuídos” (DANTAS, 2004, p.16).

Importante esclarecer que o ideal republicano de tornar comum a coisa pública não foi aceito por unanimidade pelos neo-republicanos sergipanos visto que, nos grupos acima citados figuravam no primeiro os proprietários de engenhos e fazendas que na época enfrentavam dificuldade de encontrar mão-de-obra ainda que com baixa qualificação e aqueles de pouca posse que tinham no seu escravo a sua fonte de sobrevivência e no período pós abolição se encontrava em crise financeira. O segundo grupo era formado por trabalhadores que enfrentavam penosas condições de trabalho, dentre eles estavam os ex-escravos desassistidos que buscavam conquistar seu espaço na sociedade, superando diariamente os preconceitos.

No quesito salubridade, as condições no interior de Sergipe eram melhores, a população dos municípios costeiros utilizavam barcos para deslocamento e os residentes das cidades situadas distantes do litoral ou rios optavam pelo uso de burros, cavalos carro de bois.

No campo da educação, no início da Primeira República as cidades possuíam poucos cursos destinados ao ensino secundário que não eram tão frequentados “embora houvesse uma elite letrada, formada sobretudo pelos bacharéis diplomados fora do Estado” (DANTAS, 2004, p.22), foi no governo de Felisbello Freire⁶ que houve a tentativa de implantação de uma educação com conteúdo mais popular, o que não agradou sobretudo a elite letrada anteriormente citada.

Sergipe vivera sob a vigência de três constituições. Depois da primeira, considerada provisória, os 24 deputados da Assembleia elaboraram outra Carta que foi atropelada pelas divergências grupais. Somente o terceiro documento, promulgado em maio de 1892, teria vida mais duradoura, mesmo assim passou por numerosas emendas ao longo do tempo.

A situação parecia normalizar-se com a posse do capitão do corpo de engenheiros José Calazans, bacharel em matemática, ciências físicas e naturais, que governaria de 1892 a 1894. (DANTAS, 2004, p. 26)

Pautado em uma orientação moralizadora e organizadora, José Calazans inaugurou novas escolas em sua administração. Ibarê Dantas ressalta que foi:

[...] depois da primeira década tumultuada, monsenhor Olympio de Souza Campos administrou o Estado de 1899 a 1902 com energia e algum empenho para a melhoria das condições de vida na capital e no interior. Promoveu aterros em praças e começou o calçamento de ruas. Restaurou alguns prédios públicos, inclusive a Escola Normal, que voltou a funcionar, e empenhou-se em criar o Banco de Sergipe sem consumir seu intento. Reformou o ensino e instituiu a vacinação nas escolas. Cuidou de reforçar o montepio dos funcionários e organizou a administração dos hospitais de caridade. No interior tratou da abertura de canais no rio Japarutuba e investiu em açudes em Aquidabã e Itabaiana. (DANTAS, 2004, p. 30)

O processo eleitoral foi marcado pelo voto aberto, somente os homens maiores de 21 anos e alfabetizados tinham esse direito, as mulheres somente conquistam o direito ao voto na década de 1930 como veremos adiante.

⁶ Como dito anteriormente, foi o primeiro indicado para governar Sergipe entre os anos de 1889 até 1890 quando foi demitido ao não incluir na chapa para senador o coronel Rosa Júnior, político apadrinhado por Deodoro da Fonseca.

Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas chega ao poder como Chefe do Governo Provisório (1930-1934). Na oportunidade criou o Ministério da Educação e Saúde, bem como o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, centralizou a tomada de decisões em si o que enfraqueceu os coronéis. Militares foram nomeados como interventores em alguns estados.

São Paulo, junto com as oligarquias estavam insatisfeitos com as mudanças promovidas por Vargas no cenário político nacional uma vez que perdiam progressivamente o poder político.

No que se refere aos impressos no estado de Sergipe temos que em janeiro de 1931 foi criada, a Revista Renovação e nela “é possível perceber como as questões sociais e culturais são marcadas pelas tentativas de ruptura e continuidade engendradas no início da década de 30” (FREITAS, 2001). A revista, bem como outras manifestações da imprensa, nos possibilita perceber como a sociedade reagia às novas condições políticas. Aqui destacamos alguns escritos de “Maria Rita Soares de Andrade que ressaltava em vários editoriais, as esperanças de que o ‘novo regime’ se preocupe com a educação do povo” (FREITAS, 2001, p. 2). Ressaltamos esses editoriais por terem Maria Rita como editora e diretora da referida revista e anunciamos que buscaremos perceber a condição feminina na década de 1930, nesses escritos em contraponto com aquela disposta pelo Diário da Tarde, Jornal de Notícias e A Tribuna, que chamamos de uma “imprensa masculina”.

Em sua pesquisa, tomando como base o critério da periodicidade, Freitas (2001) categoriza e divide o período de publicação da revista Renovação em três fases:

- A primeira na qual a revista era quinzenal: de janeiro de 1931 a abril de 1932. Totalizando 27 números;
- A segunda quando a revista era editada mensalmente: de maio a outubro de 1932. Totalizando 6 números;
- A terceira quando ocorre o “ressurgimento” da revista, em 1934, com periodicidade mensal: fevereiro a agosto de 1934. Totalizando 6 números até então localizados pela autora.

Sobre esta publicação entendemos que é válido ressaltar, em concordância com a pesquisadora que as propostas da revista Renovação não,

[...] se destinavam a mulheres de classe média e média alta, que moravam nas cidades, em especial em Aracaju; que ainda estavam, de certa maneira restritas ao ambiente doméstico, se arriscavam em “colaborações” literárias, exerciam atividades de benemerência, entre outras. (FREITAS, 2001, p.13)

Tanto Freitas (2001) como Carvalho (2009) visualizam na revista propostas de uma educação feminina emancipatória, corroborando com as palavras de Perrot (2019) anunciadas na introdução desta seção. Ocorre que as ações de emancipação demonstradas “não se encontram dissociadas dos papéis tradicionalmente reservados à mulher”, como destacamos a seguir (FREITAS, 2001, p.3).

A preparação para o exercício dos papéis tradicionais no lar, vinculada à educação doméstica, ao cuidado com os filhos, à culinária, se constitui em uma seção específica no terceiro ano da Revista Renovação, em uma seção denominada a “Arte de ser mulher”. A valorização do papel da mulher no espaço restrito do lar, como filha, mãe ou esposa, é constante neste período, rompendo com uma perspectiva mais combativa e crítica anteriormente presente nos editoriais e matérias que tratavam de temas feministas. Nos textos literários – contos, crônicas, poesias – a mulher é vista sob o ponto de vista romântico na maioria das vezes[...] Em geral as personagens são vítimas de sua ingenuidade e ignorância, e da maldade dos homens, em raros casos elas conseguem se proteger dos sofrimentos e das decepções do amor. (FREITAS, 2001, p.6)

Também é consenso entre Freitas (2001) e Carvalho (2009) o compromisso da publicação com a “Educação do povo” de um modo geral, sem diferença de gênero, talvez uma influência de Maria Rita e de seus ideais. Motivo que poderá ter ensejado a liberdade de participação feminina e masculina no time de colaboradores da revista.

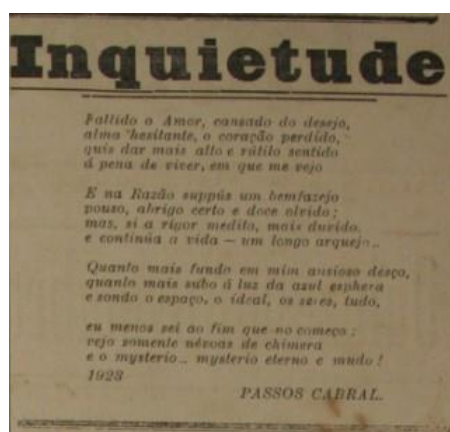
Na tese intitulada “A Mulher na Literatura das Línguas novi-latinas”, escrita por Maria Rita, ano de 1929 e apresentada no Colégio Atheneu Pedro II, para que ela pudesse concorrer à livre docência da cadeira de literatura ela enfatiza a parceria de João Passos Cabral para a escrita feminina:

E quando amanhã se escrever a história da literatura feminina de Sergipe [...], não se poderá esquecer o nome grandemente expressivo do Dr. João Passos Cabral que, franqueando as colunas da Gazeta de Sergipe à colaboração feminina, analisando, corrigindo e ensinando o bom estilo e boa linguagem com verdadeiro carinho fraternal a todas as que têm procurado[...] merece a maior gratidão da mulher sergipana. (ANDRADE, 1929, p.155)

Ainda na busca de presença femininas nos impressos sergipanos fomos em busca das edições do Jornal Gazeta de Sergipe dos anos de 1929 e 1930 disponibilizados de forma digital pela Universidade Federal de Sergipe através do

endereço eletrônico <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>, verificamos Figura 1. Inquietude: poema de Passos Cabral que o impresso foi criado em 1926, Mecenas Peixoto era o diretor, Acrísio Cruz secretário e Pedro Menezes gerente. A redação e oficinas estavam situadas na Rua São Cristóvão, nº 16, na capital sergipana, o impresso era organizado em oito páginas e geralmente aos sábados, na página número quatro eram disponibilizadas poesias de autoria de Passos Cabral.

Figura 1 - Inquietude: poema de Passos Cabral



Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe, 15 de Novembro de 1929

A presença de João Passos foi verificada com recorrência no Jornal “Diário da Tarde” quando ofertava seus serviços enquanto professor e advogado o anúncio estava sempre ao lado dos de Alfredo Felizola e Orlando C. Andrade. Como pode ser visto a seguir, não constam nos textos detalhes sobre a qualificação dos professores, diferente dos anúncios femininos expostos a seguir.

Figura 2 - Anúncio do curso de Português, Frances e Aritmética do professor Alfred Felizola

Alfred Felizola
 ensina Português, Francês
 e Aritmética.
 Rua de Itabaianinha, 126

João Passos Cabral
 professor e advogado.
 Rua João Pessoa, 39.

Aritmética Algebra Geometria

Para todos os cursos destas
 materias Orlando C. Andrade,
 prepara alunos á rua Maroim
 61 ou em domicilio

Fonte: Diário da Tarde, 30 de Setembro de 1933

No anúncio, a professora Zailda de Oliveira informa o local de funcionamento da aula, provavelmente sua residência, sua formação na Escola Normal e que ainda aceitava ministrar aulas em casas particulares.

Figura 3 - Aviso de abertura do curso Primário e médio da Professora Zaida de Oliveira

Aviso

Zaida de Oliveira diplomada pela
 Escola Normal avisa ao publico, e
 em geral, que abriu um curso pri-
 mario e medio em sua residencia á
 rua de Buquim n. 41, e aceita tam-
 bem chamados em casas particula-
 res. Preços modicos.

Fonte: Diário da Tarde, 01 de Junho de 1933.

Os anúncios nos mostram o quanto as mulheres deveriam se mostrar qualificadas para o trabalho enquanto os homens não se preocupavam com isso. A luta pela emancipação feminina para Maria Rita (1929), se assemelhava à luta pela abolição da escravatura onde o povo figurava como agente opressor, ele “defende a igualdade entre homens e mulheres nas questões públicas. Segundo a autora, o estereótipo da incapacidade mental da mulher é um erro tão comum de educação

quanto a infidelidade natural do homem.” (FREITAS, 2001, p.11). Para Maria Rita (1929), a forma com que as mulheres são tratadas na sociedade é reflexo da evolução da mentalidade de um povo.

A igualdade de gênero também foi defendida por Maria Rita (2019) em sua “these” e na oportunidade ela acreditava que duvidar da intelectualidade feminina era uma prática ultrapassada. O referido pensamento envolvendo a igualdade de gêneros pode ser visto na prática em sua vida particular pela sua inegável relação de parceria com João Passos Cabral, baseada em

[...] reciprocidade e partilha, de conquistas e ideais. Ele foi o principal colaborador da Revista Renovação e durante os processos que foram movidos contra ela, em Aracaju, publicou artigos na imprensa sergipana em sua defesa. Esteve presente no seu concurso no Atheneu e incentivou-a na participação dos congressos feministas. Ela foi responsável pela organização e publicação de seus livros de poemas “Espelho Interior”, “Ilha Selvagem” e “Poesias Completas. (FREITAS, 2003, p. 180)

Consta na página número dois da pasta de documentos administrativos de Maria Rita enquanto advogada, cedidos de forma digitalizada pela Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Sergipe – OAB/SE que em 28 de outubro de 1935 Passos Cabral, enquanto secretário da Ordem, se dirigiu ao presidente da mesma para encaminhar o pedido de inscrição feito por Maria Rita. No documento a qualificou civilmente como:

Nascida na Capital do Estado de Sergipe, no dia 3 de Abril de 1904, tendo colado grau de bacharela em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia, no dia 8 de Dezembro de 1926, residente e domiciliada em Aracaju, no Bairro Santo Antônio, pretendendo advogar em todo Estado de Sergipe, tendo a sede de advocacia na Comarca da Capital do Estado e pretendendo exercer o direito do voto na Ordem dos Advogados do Brasil (Secção do Estado de Sergipe) nesta cidade de Aracaju[...]

Diferente dos demais jornais analisados, mas seguindo a linha de oportunidades para escrita feminina da Revista Renovação e do Jornal Gazeta de Sergipe, o jornal Diário da Tarde sempre deixava franqueado o espaço na primeira página para aquelas mulheres que quisessem ali escrever, sobre variados temas desde que sua escrita não fugisse do que era considerado pelo impresso como “bom senso e da tradição moral herdada pelo cristianismo”.

Assim temos que as mulheres tinham neste impresso um espaço para escrever sobre determinados temas, desde que fossem tuteladas pela direção do mesmo.

Freitas (2001) aponta que na revista *Renovação* as mulheres colaboravam escrevendo poemas, cartas e pequenas crônicas, eram retratadas nos espetáculos e os concursos literários promovidos pela própria Revista ou pela Escola Normal, também permitiam a visibilidade dos talentos femininos. “As colaborações em sua maioria são assinadas, em alguns casos foram identificados pseudônimos usados pelos autores e autoras, e também há casos de utilização das letras iniciais do nome e sobrenome.” (FREITAS, 2001, p.4). Em nossa pesquisa encontramos alguns escritos que envolviam mulheres e destacamos principalmente a participação feminina nas atividades da Escola Normal Rui Barbosa, importante instituição de ensino sergipana, segundo o IBGE foi fundada no dia 2 de fevereiro de 1874, inicialmente ofertava vagas exclusivamente para o público masculino e em 1877 passou a aceitar o público feminino. Em 1923, a instituição passou a ser chamada como Escola Normal Ruy Barbosa, abordando o período da matéria encontrada, em 1947, passou a ser denominada Instituto de Educação Ruy Barbosa.

Fazendo uma breve retrospectiva sobre a Escola Normal em Sergipe que antecedeu ao período citado acima, Santos nos mostra o quanto a criação de uma instituição de ensino já era moroso na época.

Tendo em vista o surgimento do primeiro curso Normal no Estado em 1870, com a criação do Ateneu Sergipense, específico para homens, a Escola Normal para as moças só foi instalada em 1877, em um espaço totalmente independente do Ateneu Sergipense, no Asilo Nossa Senhora da Pureza. Por decreto de Ildefonso Ribeiro Menezes, as duas Escolas Normais foram extintas em 1879. Só em 1882 através do regulamento de 13 de maio ambas voltaram a existir. Sergipe, assim como as demais províncias imperiais, demonstrava preocupação em fundar as Escolas Normais. O Presidente José Elói Pessoa, através do decreto de nº 15, de 20 de março de 1838, a qual se destinava à criação dessa Escola, uniformizando o ensino e fornecendo ao governo poder de fiscalização sobre os professores (SANTOS, 2019, p.7)

Estudar na Escola Normal simbolizava “a possibilidade de transcender o âmbito doméstico na busca de realização e independência social e econômica” (FREITAS, 1995, p. 31), mas ser professora simbolizava também o dever de ser exemplo para poder orientar e civilizar seus alunos sua condição pessoal era “quase sempre solteira, recebendo menos que os homens, ela é frequentemente nomeada para cargos em lugares distantes, às voltas com a desconfiança, confrontando-se com a suspeita e a solidão.” (PERROT, 2019, p.127).

Sem dúvida, ser um exemplo para a sociedade diz respeito à formação de valores e nesse sentido, Freitas ressalta as palavras de Maria Rita, no editorial denominado de “O exemplo” presente na revista Renovação n.5 no ano de 1931:

Segundo a autora o exemplo é o melhor fator de educação, tanto no tocante à praticar o bem como o mal. Salieta o contágio do exemplo e a educação familiar com responsável na formação dos valores. Registra novamente a importância do Estado na educação do povo. Termina o texto se manifestando contra as vinganças e mesquinhas presentes no serviço público. Alerta aos governantes sobre o exemplo dado ao povo. (FREITAS, 2001, p. 9)

Na edição do dia 10 de Maio de 1933 do impresso Diário da Tarde destacamos um escrito assinado pela normalista Marisete Alves Dias, intitulado de “Felicidade...Esperança” que assim dizia:

Ela passara por mim indiferente, numa tardinha sombria de Maio! Loira, olhos da cor do céu, trajando **um vestido também azul** como os nossos sonhos felizes, pude então compreender que aquela deusa tão deslumbrante era a Felicidade...a quem o universo todo almeja e que parece **já ter-me sorrido num momento risonho... mas, uma felicidade efêmera... apenas uma miragem.**

Dos meus olhos desciam lágrimas sentidas, comovidas por ver o cair da tarde, a agonia do sol, nesta hora de poesia e de saudade, despertando em meu coração a **doce recordação de um passado feliz que talvez não volte mais** aproximei-me da Felicidade com toda a tristeza que me invadia, sem observar no canto os seus gestos vaidosos que tanto enganam, e implorei: - Felicidade, tu que es a deusa por quem todo o universo clama, tu que transformas o pranto em alegria, tu que povoadas os corações de venturas trazes a minha alma teu balsamo amenizador, faze do que idealizo uma realidade florida.. E a Felicidade, sem compreender a profundidade de minha dor, fugiu rapidamente, como fogem os sonhos róseos que sonhamos. Deixando-me envolvida numa agonia imensa...E nunca mais eu vi a Felicidade.

Um dia conservava-me tristonha, abstraída com o cair da noite, quando divisei na longa estrada da vida, trazendo luzes para iluminá-la, uma ninfa sorridente. Loira, porém, de olhos verdes e trajando um **vestido também verde como o mar**. Pelo rumor das árvores que pareciam demonstrar uma alegria infinita àquela que se confundia com o verde sublime de suas folhas, compreendi que se era a Esperança... E sem esperar sequer que eu me dirigisse, aproximou-se de mim e, numa meiguice estranha, falou-me: - **Porque choras na quadra mais bela da tua vida? Por que motivo tua mocidade é tão sombria? Seca o pranto dos teus olhos tristes e deixa transparecer alegria. Expande para bem longe o teu sofrer imenso e faze do teu coração um ninho de esperança.** Deixa, pois, que penetrem na tua alma melancólica, os raios das luzes que possuo. E eu serei a tua companheira nos momentos de tua vida... quando encontrares sofrimento em tudo aquilo que almejas, recebe-o como se recebesse

alegria...ele é a base de tudo que existe de sublime...é o alicerce da Felicidade...a Felicidade sem o sofrimento não poderá ser completa, porque na verdade felizes e bem felizes são os que sofrem...
 Sequei o pranto dos meus olhos tristes, seguindo os seus conselhos...
 E agora, ao cair da noite, quando contemplo abstraída a natureza, já não fico triste, recordando o meu passado...um sonho, uma ilusão porque a Esperança parece segredar-me ao ouvido: - Espera a Felicidade, ainda te sorrirá...
 Eu te bendigo, Esperança benfazeja! Vieste transportar-me às regiões longínquas, embalada pelos teus sonhos verdes de venturas, para que mais tarde eu também sonhe os sonhos róseos da Felicidade! (grifo nosso)

No texto acima, a autora poderá ter retratado seus sentimentos no ambiente da Escola Normal, note que no primeiro momento ela se encontrou com a felicidade e as duas vestiam azul, cor do fardamento das normalistas e esse primeiro contato com a felicidade logo passou, dando espaço a uma dor derivada da saudade de algo/alguém que ela havia deixado para trás para poder estudar e buscar seu futuro profissional.

Quando ela encontra com a Esperança e esta lhe pergunta o motivo do choro, já que ela na mais “bela quadra da vida”, lhe aconselha olhar as dificuldades com confiança pois assim os sonhos, talvez a esperança de um espaço garantido no mercado de trabalho serão alcançados e a felicidade lhe sorrirá novamente. A felicidade representando aqui o reencontro com quem ela havia deixado para poder estudar

Estudar na Escola Normal era uma decisão “não apenas da normalista; é explícito o papel da família – mãe, pai, avó – no encaminhamento ao curso normal. Sendo jovens, era comum que a família participasse de suas decisões” (FREITAS,1995, p.32) isso não apenas pela reputação da instituição, mas pela garantia de um emprego, possibilidade de sobrevivência.

A colação de grau era noticiada como uma celebração de perfeita alegria e cordialidade, como podemos perceber na edição do dia 04 de dezembro de 1933 do jornal Diário da Tarde, que anunciava a colação de graus de “vinte e cinco neo-professoras, que receberam os diplomas do curso da nossa Escola Normal. Compareceram o representante do Sr. Interventor Federal, Nicanor Nunes e o Dr. Nobre de Lacerda, entre outras pessoas.”

Importante esclarecer que nem todas normalistas formadas seguiam a carreira do magistério, Freitas (2003) aponta o campo da enfermagem e do serviço público como opções seguidas. Aquelas que optavam pelo magistério se dividiam entre povoados (1ª entrância), vilas (2ª entrância) e cidades (3ª entrância) mas a falta de

estrutura, baixos salários e o medo de Lampião contribuía para que muitas não se estabelecessem durante muito tempo no interior, o que provavelmente deve ter ensejado a abertura cursos primário e médio, em suas residências, algumas aceitando, inclusive, chamados em casas particulares como o curso primário da professora Zaida de Oliveira, na edição do do Diário da Tarde, 01 de Junho de 1933 disposto acima quando falamos sobre a oferta dos serviços de advogado e professor de Passos Cabral.

No Jornal de Notícias foram encontradas ofertas de emprego apenas para o público masculino a fim de desempenharem função pública, mas não ofereceram mais detalhes do que se tratavam nem justificaram a escolha do gênero para desempenhar a função.

A música também tinha espaço na revista Renovação, “as artistas, principalmente pianistas, declamadoras e poetisas aparecem ressaltadas nas páginas da Renovação” (FREITAS, 2001, p.7) nesse sentido o jornal “A Tribuna” anunciou o Curso de Piano e Teoria oferecido pelas professoras Helena Abud e Lucia Sampaio Gomes.

Figura 4 - Anúncio do Curso de piano e teoria de Helena Abud.

Curso de piano e teoria

Helena Abud i revine aos srs. paes de familia a reabertura das aulas de piano e de teoria, podendo ser procurada a' rua de Itabaiana, 82, ou nas seguintes Pharmacias: Universal, Confiança, Humanitaria, Oriente, Sergipe e Brito. E assim tereis concorrido para a morte total das carecas.

Fonte: Jornal “A Tribuna”, 1 de Abril de 1933

Figura 5 - Anúncio do Curso de piano da Professora Lucia Sampaio Gomes



Fonte: Jornal “A Tribuna”, 25 de Abril de 1933.

Sobre o Curso da professora Helena Abud, Santos (2020), também integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (GPHEN/UNIT/CNPq) em sua tese de doutoramento intitulada **No compasso, ligeiro, da pianista Helena Lorenzo Fernandez: entre práticas pedagógicas, concertos e diplomacia musical brasileira (1931-1985)** defendida no programa de pós Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes - Unit, aponta o início das atividades Curso de Teoria e Piano de Helena Abud em maio de 1932, Helena avisou aos interessados que a procurassem na Rua João Pessoa, nº 111, Centro mas o curso funcionou, de fato, na sua residência pois, dois anos depois de ter inaugurado a escola, sua genitora veio a falecer e a professora, como filha mais velha, deveria cuidar das suas irmãs.

Uma publicação da Escola Laranjeirense em 15 de fevereiro de 1932, no jornal A Tribuna noticiou a entrega do Prêmio de Honra pelo Professor Acrísio Cruz a uma aluna da instituição chamada Glorita Meneses, a medalha da turma complementar foi entregue a Luséte Esequiel, a da 2ª turma entregue à Maria Franco e a 3ª turma foram recebidas por Aída Franco e Madir Lobão. A fita com inscrição “Assiduidade” foi entregue a aluna Luséte Esequiel e a fita de “Aproveitamento” foi recebida pela aluna Madir Lobão.

A cerimônia de premiação mostra que as mulheres não eram mais educadas apenas para ocupar seus papéis futuros de dona de casa, mãe e esposa, Perrot (2019) nos diz que o mercado demandava mulheres instruídas para a educação básica das crianças e o setor terciário de serviços: correios, datilógrafas, secretárias e isso fez com que o público feminino buscasse frequentar maciçamente o ensino superior. Em Sergipe,

Em que pese a demonstração de que a educação liberta, pensamento endossado por Maria Rita junto com a igualdade de gêneros, a história contada é baseada na improdutividade feminina, justificando a sua ausência e invisibilidade. Os escritos analisados da imprensa que falam sobre mulheres são em sua maioria formulados por homens “revelando um imaginário masculino presente, impregnado, refletido na cultura” (TEDESCHI, 2012, p. 91).

Destaque nas premiações acadêmicas, conseguimos observar que o trabalho, fruto desse processo que deveria ser libertador, direciona naturalmente a mulher para o cuidado, laços familiares e ao que é maternal tornando-a

[...] responsável pela vida doméstica, poupando o homem dos problemas presentes no cotidiano familiar. E o homem, com a vida voltada para o mundo público, que deve proteger a mulher dos ‘complicados’ problemas do mundo fora de casa, dos bancos, do empréstimo para a lavoura, da cooperativa, para que ela possa ter melhor desempenho em seu trabalho no lar. (TEDESCHI, 2012, p. 268).

Ainda buscando pensar como a mulher era representada na imprensa sergipana nesse período nos jornais analisados, um tema que muito aparece é o casamento, tema que discutiremos a seguir.

2.2 Sobre o casamento

Historicamente falando, a família é a instituição mais antiga que envolve os seres humanos, interpretando o que diz as normas do Código Civil, da Constituição Federal vigentes e atuais julgados dos tribunais superiores, trata-se de um conjunto de pessoas unidas por relação de parentesco e/ou afinidade, casamento ou em razão de união estável.

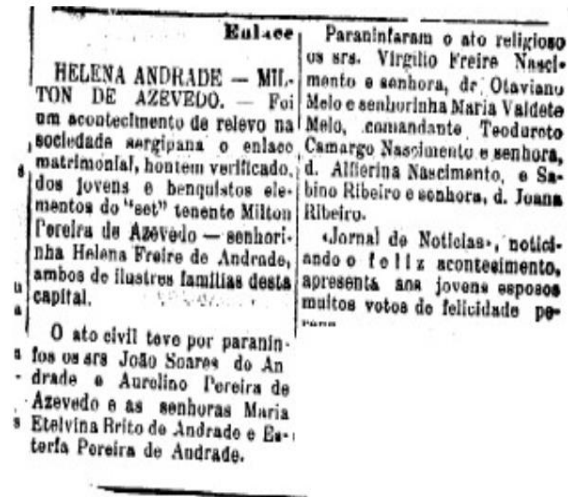
Mary Del Priore (2014) complementa esse conceito afirmando que

Hoje, a família pode ser monoparental ou recomposta, constituída por casais mistos casados, não casados, homossexuais, feita de filhos de vários leitos, adotados e “fabricado”, filhos cuja parentela biológica não corresponde, nem remotamente, à parentela doméstica. (DEL PRIORE, 2004, p. 10)

Os jornais analisados disponibilizavam a última página de cada edição para o tema junto com aniversariantes e falecidos. As notícias sobre os enlaces em sua maioria informavam data e local tanto da celebração religiosa católica como também da comemoração. Destoam desta regra os enlaces que envolviam militares pois estes

geralmente figuravam na primeira página das edições, como nos mostram as imagens abaixo.

Figura 6 - Enlace Helena Andrade .



Fonte: Jornal de Notícias, 07 de fevereiro de 1932. Notícia na primeira página

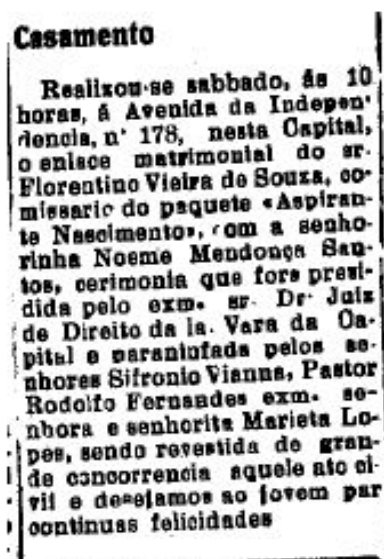
Figura 7 - Vida Social - Como geralmente eram demonstrados.

Vida social

Recebemos e agradecemos a seguinte comunicação:
 Nadyr Galvão Leite e Isaias da Franca Prudente, partilham o seu contracto de casamento.

Fonte: A Tribuna, 04 de fevereiro de 1933.

Figura 8 - Anúncio do casamento de Florentino Vieira de Souza e Noeme Mendonça Santos



Fonte: A Tribuna, 24 de Abril de 1933.

Ao analisar os recortes percebemos as diferenças de abordagens quando pertenciam a grupos distintos da sociedade sergipana. Sobre enlace envolvendo militares, merece destaque o casamento do Major Maynard Gomes e Helena Teles Nobre, realizado em 09 de novembro de 1932 e noticiado com muita alegria pelo jornal na mesma data que descreveu o dia como sendo um dos mais elegantes e social de Sergipe.

A notícia, intitulada de “O ENLACE MAJOR MAYNARD GOMES – HELENA TELES NOBRE” **descreveu o noivo** como Interventor federal no Estado, contava com uma aura vasta, imensa de simpatia na sua terra natal e **descreveu a noiva** como gentil, de uma das mais ilustres famílias sergipanas nos círculos sociais do Estado.

O casamento civil foi celebrado às 18:30 à rua João Pessoa por João Dantas Martins dos Reis, Juiz da 1ª vara da capital sergipana, em seguida seguiram para a Catedral Metropolitana quando, na oportunidade, a celebração foi realizada por D José, Bispo da diocese. O casal recebeu os cumprimentos dos convidados no Palácio do Governo.

Augusto Maynard Gomes, foi governador do Estado de Sergipe de 16 de novembro de 1930 a 28 de março de 1935 e de 27 de março de 1942 a 27 de

outubro de 1945. Por duas vezes ocupou também uma cadeira no Senado Federal nos períodos de 1947 a 1951 e de 1955 a 1957, natural de Rosário do Catete/SE.

Cabia à imprensa retratar o projeto ideológico do Estado, através de “relatos de manifestações de civis, propagandas de cunho nacionalista, pronunciamentos fervorosos do presidente Getúlio Vargas e do seu representante estadual, o interventor” (SILVA, 2016, p.88). O noticiário radiofônico que hoje conhecemos como “A Voz do Brasil” foi criado em 1935 sendo denominado inicialmente como “Programa Nacional”, por seu criador Armando Campos, amigo de infância do chefe do executivo e divulgava em sua transmissão as atividades dos três poderes. Os impressos, por sua vez, são mais tradicionais, eram lidos nos mais diversos espaços de convivência social tais como trens e praças muito embora nem todos tivessem acesso à educação o que não impedia que a população, através das publicações, fosse tomada pelo amor pela pátria.

Um projeto de nacionalismo bem-sucedido ocorre quando as pessoas de um determinado país criam relações de sentidos com os discursos de nacionalidade emanados pelas diversas esferas que compõem a conjuntura política em questão. É imprescindível que se crie um ideal de nação pela qual se identifique a sua comunidade. (SILVA, 2016, p.89)

A educação também era ferramenta que fazia parte das estratégias de propagação e disseminação ideológica “pensar o ideal de nação no Brasil após 1930 com a chamada ‘Era Vargas’ é pensar um novo projeto de nacionalidade” (SILVA, 2016, p.89).

Maria Rita, antes do governo Vargas frequentou o ensino público, fez o curso primário no Grupo Escolar “General Siqueira de Menezes”, secundário no Colégio Atheneu Sergipense finalizando este, no ano de 1921

[...] não estudou línguas estrangeiras, nenhum tipo de instrumento musical e o ensino religioso não figurava como componente curricular. No Grupo Escolar, Maria Rita aprendeu Leitura, Escrita, Caligrafia, Instrução Moral e Cívica, Lições de Cousas, Ensino Prático da Língua Portuguesa, aritmética até a regra de três, Desenho, Noções de Geografia Geral, especialmente do Brasil, História do Brasil, Ginástica, Trabalhos Manuais e Cantos (FREITAS, 2003, p. 113)

A educação, também era vista por Maria Rita como uma conquista da Revolução de 1930 e para ela, a sua efetivação sem distinção de gêneros era demonstração de patriotismo. Nesse sentido, ela se posicionou na página 1 na edição de nº 10 da revista Renovação, ano 1931:

No editorial, “Crime de lesa-pátria” (n.10,1931), Maria Rita, denuncia a situação de descaso no tocante a educação brasileira. Comenta que a Revolução foi realizada com a participação dos analfabetos. Reclama a educação para o povo, homens e mulheres. Ressalta que a promessa dos revolucionários não está sendo cumprida por conta das lutas partidárias. (FREITAS, 2001, p.10)

Emancipar para Maria Rita também simbolizava “o exercício autônomo dos direitos civis e políticos, como o voto, a elegibilidade, e outros temas relacionado ao direito aos bens, a questão do casamento, também são apresentados como condição da emancipação feminina.” (FREITAS, 2001, p.6). Logo, o voto era um dos instrumentos que garantiam o exercício da cidadania feminina, direito garantido no governo de Getúlio Vargas que em 1932, promulgou o novo Código Eleitoral que contou a participação de Bertha Lutz na comissão de redação.

O Código Eleitoral - Decreto nº 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932 reconhecia como eleitor todo cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, desde que alfabetizado, não estivesse em situação de mendicidade e alistado de acordo com os padrões estabelecidos na própria norma.

Apesar de reconhecer a mulher enquanto cidadã⁷, o próprio texto legal, em seu Art. 121 isentava as mulheres de qualquer idade e os homens maiores de sessenta anos de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral, reconhecendo o voto feminino como opção, enquanto para homens maiores de idade até os cinquenta e nove anos era obrigatório para desempenhar ou continuar desempenhando funções ou empregos públicos, outras profissões que exigiam a nacionalidade brasileira e provar identidade em todos os casos exigidos por lei, decretos ou regulamentos.

Embora o direito ao voto feminino no Brasil tenha sido uma conquista feminina, fruto do movimento sufragista, iniciado no século XIX, que reivindicava a participação ativa das mulheres na política, concedendo a elas o direito de votarem e de serem votadas. O Jornal “A Tribuna” noticiou em 11 de abril de 1933 uma nota da feminista Carmen Portinho Luiz⁸, em que ela relata ter encontrado em São Paulo um movimento feminino formado por mulheres eleitoras que faziam questão de exercer seu direito ao voto e na oportunidade ressaltou que devido o avanço do movimento, acreditava que a primeira mulher a participar da Constituinte seria daquele estado.

⁷ De acordo com a interpretação literal dos artigos 70 e 71 do Código Eleitoral em questão, cidadão é aquele indivíduo capaz de votar e ser eleito.

⁸ Terceira mulher a se graduar em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade do Brasil e a primeira a receber o título de urbanista.

Uma nota da Liga Eleitoral Católica de Sergipe, publicada no jornal “A Tribuna” em 07 de abril de 1933 aduz que o voto era uma demanda que estava de acordo com a vida moderna da sociedade tal como a moda, a música e o cinema, conclui incentivando a participação política feminina, pautado na justificativa de que a aproximação feminina da política não distanciará das suas obrigações do lar.

Considerando a menção anterior sobre a mulher e suas atribuições no ambiente do lar, foram encontradas imagens que representam o modelo de família da época em um comercial de manteiga veiculadas no jornal “A Tribuna” do ano de 1933, podemos notar que o mesmo jornal que fala sobre a liberdade de participação política feminina reforça seu papel enquanto mãe e dona de casa, sendo esse o seu destino natural, cabendo aos homens a participação no mercado de trabalho.

Figura 9 - Anúncio da Manteiga Garça



Fonte: Jornal “A Tribuna”, 02 de Maio de 1933.

Figura 10 - Anúncio da Manteiga Garça



Fonte: Jornal "A Tribuna", 06 de Maio de 1933

Assim, por também considerar o casamento como um símbolo emancipatório, Freitas (2001) nos apresenta em sua pesquisa os espaços existentes na revista Renovação reservados para o tema:

O último ciclo da Revista (do número 33-39, publicados em 1934) apresenta maior espaço para seções específicas da imprensa periódica feminina, como por exemplo: uma seção de correspondência, onde as leitoras solicitam e recebem conselhos sobre casamento, organização da casa e temas de caráter sentimental; uma seção denominada: "A arte de ser mulher" onde são tratadas questões de economia doméstica, e são divulgadas receitas culinárias enviadas pelas leitoras. Nesta última seção é lançado também o "Concurso de arte e economia doméstica", onde as concorrentes deveriam preencher um cupom (data, assinatura e pseudônimo) e enviar para a redação da publicação respondendo a questão: Como sonha o seu futuro lar?" (FREITAS, 2001, p.4)

Ainda sobre o tema do casamento uma temática encontrada nas edições pesquisadas foi da violência contra a mulher. A quantidade de mulheres que sofriam com a violência doméstica dos seus maridos era um fato social obviamente existente mas, que pouco foi encontrado nos jornais isso porque era visto como uma prática admitida pelos padrões sociais se realizada com moderação, "O Jornal de Notícias" publicou em 25 de fevereiro de 1932 o caso de um homem, de nome José Bellarmino, que se encontrava no hospital recebendo atendimento médico pois havia espancado sua esposa e esta lhe confrontou atirando-lhe um prato no rosto.

Figura 11 - Anuncio de casamento



Fonte: O Jornal de Notícias, 25 de fevereiro de 1932

A chamada da notícia “Casal Feliz” chama atenção pela reação da mulher já que essa prática estava dentro das regras sociais estabelecidas, mas nem sempre se poderia contar com a reação e coragem feminina.

A quantidade de mulheres que apanhavam dos maridos era imensa. Bater na mulher e nos filhos era considerado um meio normal, para o chefe de família, de ser o senhor de sua casa [...] Tal comportamento era tolerado pela vizinhança, principalmente nos casos em que as esposas tinham reputação de serem donas de casa “relaxadas”. (PERROT, 2019, p.77)

A mesma situação de violência alcançava aquelas que não eram casadas como a notícia intitulada de “Outra tragédia na capital paulista filho, vendo o amante de sua mãe espancal-a, mata-o”, datada de 12 de fevereiro de 1921 informa que um jovem de “maus costumes” denominado Domingos Puglyése, matou a tiros um cidadão de nome José Crocchio, amante de sua mãe, e depois fugiu. O que motivou o crime foi que Domingos viu sua genitora, Filomena Puglyese, dona de uma pensão alegre, sendo covardemente agredida por seu amante.

Apesar de retratar a defesa a honra materna, a notícia nos mostra como a mulher que não era casada era considerada e as consequências sociais que enfrentava. Sobre essa visão, Michelle Perrot (2019) alerta que,

A prostituição é um sistema antigo e quase universal, mas organizado de maneira diferente e diversamente considerado, com status diferentes e diferentes hierarquias internas. A reprovação da

sociedade é bastante diversa. Depende do valor dado à virgindade e da importância atribuída à sexualidade. (PERROT, 2019, p.79)

Essas mulheres tinham como ofício divertir os homens seja pela música, dança ou eventualmente pelo sexo, eram de origem modesta passando muitas vezes o ofício de mãe para filha. Perrot (2019) explica que posteriormente as feministas mobilizaram contra a prostituição visto que se tratava de um ato de exploração feminina.

Em Aracaju, na década de 1930, a “regeneração das decaídas” era objetivo de Maria Rita através da “Assistência Cristã Feminina”,

[...] através desta Associação era a regeneração das prostitutas e educação-preventiva das jovens pobres que necessitavam lutar pela sobrevivência, a primeira realização foi a criação de um curso prático feminino, que contou com a participação de grandes nomes do magistério feminino sergipano e tinha como matérias: Português, Francês, Inglês, Alemão, Aritmética, Geografia, Datilografia, Taquigrafia, Escrituração Mercantil, Educação Moral, Economia Doméstica e Arte Culinária. (FREITAS, 2001, p.14)

A década de 1930, também foi marcada culturalmente pela popularização do cinema para servir como uma fuga para o público dos Estados Unidos da Grande Depressão⁹, filmes norte-americanos seduziam brasileiros e nesse diapasão, foram encontrados alguns anúncios entre os meses de Janeiro e Fevereiro do ano de 1932 no “Jornal de Notícias” do filme estadunidense “A Divorciada”, que seria exibido no cine Rio Branco.

Figura 12 - Anúncio do Filme A Divorciada.



Fonte: Jornal de Notícias, Janeiro de 1932

⁹ Também conhecida como Crise de 1929, foi a maior crise financeira da história dos Estados Unidos, teve início em 1929, finalizando apenas com a Segunda Guerra Mundial. Teve como consequências o aumento das taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todo o indicador de atividade econômica, em diversos países no mundo. No Brasil, refletiu na exportação do café, considerando que os Estados Unidos era o maior comprador do produto.

A Divorciada/The divorcie, filme de 1930, exibido em Aracaju em 1932, foi escrito por Nick Grindé¹⁰, John Meehan e Zelda Sears, baseado no romance Ex-Wife, de Ursula Parrott, dirigido por Robert Z. Leonard, contou com Norma Shearer¹¹ (Jerry) e Chester Morris¹² (Ted) interpretando o casal central da trama.

Figura 13 - Cartaz do filme A Divorciada



Fonte: Filmow¹³

O enredo traz inicialmente o casal principal de jovens apaixonados ainda como namorados, expondo o interesse de casar, ele preocupado por não ter tanto sucesso financeiro quanto sua amada e ela está tranquilizando-o, demonstrando mais interesse pelo sentimento de ambos. Chegando em casa, anunciam aos amigos e familiares a notícia e partilham das comemorações com todos, menos Paul (Conrad Nagel), amigo de ambos, que também é apaixonado por Jerry e acaba saindo do local dirigindo seu carro embriagado, além do sentimento de revolta e acaba causando um acidente que deixa uma moça Dorothy (Judith Wood) com o rosto deformado.

¹⁰ Nick Grinde (12 de janeiro de 1893 - 19 de junho de 1979) foi um diretor de cinema e roteirista estadonidense. Dirigiu 57 filmes entre 1928 e 1945.

¹¹ Edith Norma Shearer (Montreal, 10 de agosto de 1902 — Los Angeles, 12 de junho de 1983), foi uma das atrizes mais populares do mundo a partir de meados da década de 1920 até sua aposentadoria em 1942. Ganhou um Oscar de melhor atriz em 1930 pelo filme aqui *discutido*.

¹² John Chester Brooks Morris (Nova York, 16 de fevereiro de 1901 – New Hope, 11 de setembro de 1970) foi um ator de cinema, televisão, televisão e rádio estadunidense. Ele teve alguns papéis no cinema de prestígio no início de sua carreira e foi indicado ao Oscar.

¹³ Disponível em: <https://filmow.com/a-divorciada-t9624/ficha-tecnica/>, acessado em 20 de novembro de 2022.

Sentindo-se culpado, Paul casa-se com ela no mesmo período que o casamento de Jerry e Ted também é realizado.

Passam-se três anos e enquanto Jerry e Ted comemoram mais uma boda com seus amigos, ela descobre na festa que seu amado lhe traiu com uma mulher que estava presente na comemoração. Ted fica tenso, tenta reverter a situação, explica que foi apenas uma noite, mas infelizmente precisava fazer uma viagem inadiável à trabalho e precisaria ficar uma semana fora, tempo que julgou ser bom para o casal pensar.

Ocorre que, na mesma noite da partida de Ted, Jerry resolve que não irá ficar chorando em casa e sai para se divertir com Don (Robert Montgomery), melhor amigo do seu marido, com quem acaba se relacionando naquela noite.

Após o retorno de Ted, ela confessa a ele que "equilibrou as contas [deles]", ocultando o nome de Don mas Ted fica indignado e eles discutem, o que termina com o casal pedindo o divórcio. Enquanto Jerry começa a festejar para esquecer suas tristezas e a manter outros relacionamentos amorosos, mas sem deixar de trabalhar, Ted se torna um alcoólatra.

Algum tempo depois, Paul e Jerry se reencontram e ele confessa que ainda a ama e está disposto a deixar Dorothy, com quem ele está em um casamento sem amor, para ficar com ela. Os dois passam alguns dias juntos e chegaram a planejaram futuro juntos até que Dorothy resolveu falar com Jerry em sua casa.

A iniciativa, coincidentemente reuniu Paul, Jerry e Dorothy no mesmo ambiente e na oportunidade os argumentos desesperados de Dorothy para não perder seu amado fez com que Jerry avaliasse sua decisão de ficar com outro homem, e partindo o coração de Paul, ela decide ver se Ted a aceitará de volta.

Semanas depois, após muito tentar localizar Ted em Paris, Jerry finalmente o encontra em uma festa de Ano Novo e após Jerry pedir desculpas e contar a Ted seus verdadeiros sentimentos, os dois se beijam à meia-noite para celebrar um novo recomeço em suas vidas e o ano novo.

Norma Shearer ganhou Oscar de melhor atriz por este filme, considerado um dos primeiros da "Era Pré-Code", ou "Pré Código Hays"¹⁴ conhecidos por sua ousadia

¹⁴ Surgido nos Estados Unidos nos anos de 1930, vigente até finais da década de 1960, tratava-se de um conjunto de direcionamentos pautados na moralidade que a produção cinematográfica precisou se adaptar. Sendo assim, estratégias foram desenvolvidas pelos profissionais de Hollywood para mostrar aquilo que não era possível visualizar de outra maneira.

e por uma descrição honesta da vida real, as mulheres na tela geralmente levavam vidas glamorosas, eram vestidas impecavelmente da cabeça aos pés, fugiam dos ideais estereotipados da feminilidade e eram realmente autorizadas a se soltar na tela.

Apesar do divórcio tratado no enredo da obra ter sido inicialmente motivado por uma traição masculina e retratar uma mulher fora do estereótipo vitoriano voltado ao lar e família, podemos ver na imagem abaixo que o tema é considerado pelo jornal como “assunto que já viveram muitas comédias – comédias que vimos na tela”, e ainda chama atenção que no filme, “o que interessa na obra de arte não é propriamente o motivo que a inspira e a alimenta. É a maneira de cuidar do motivo, são as conclusões que se tiram dos motivos, dos seus contrastes, dos seus detalhes, grandes ou pequenos”, (Jornal de Notícias, Janeiro de 1932) mas em contrapartida, vimos também que a figura feminina da divorciada é atrelada diretamente à sua intérprete, Norma Shearer, qual seja uma “mulher soberana e rainha da elegância”.

Figura 14 - Crítica do Filme A Divorciada na Coluna Palcos a telas.



Fonte: Jornal de Notícias, Janeiro de 1932

Fundado em princípios morais e religiosos, o casamento deveria ser, a princípio, para toda a vida, até que a morte pudesse separar o casal, o divórcio nunca foi visto com bons olhos pelo Estado, provavelmente em razão dos evidentes efeitos

desagregadores. A indissolubilidade matrimonial tornou-se preceito constitucional no Brasil em 1934, e em 1937 a Carta Magna reiterou que a família era constituída pelo casamento indissolúvel sem, de fato, se referir à sua forma.

No editorial da edição n.11 publicada no ano de 1931 da revista Renovação, denominado de “Feminismo e coração”, Maria Rita aduz que a ausência da instrução feminina é uma das causas da infelicidade das mulheres no casamento “nas infelicidades domésticas, Maria Rita, ressalta a falta de instrução da mulher e aceita o divórcio como paliativo moral. Cita mulheres feministas, exemplo de profissionais, e esposas dedicadas, mães extremosas” (FREITAS, 2001, p.10). No ano de 1931, Maria Rita já sustenta que uma mulher com acesso à educação e direitos políticos não põe em risco seu papel na família, opinião que em Sergipe foi exposta publicamente pela igreja católica apenas em 1933 como vimos acima com a nota da Liga Eleitoral Católica de Sergipe.

Representando o posicionamento da igreja católica, o Padre Alvaro Negromonte, no jornal A Tribuna, em nota situada na primeira página da edição de 12 de Janeiro de 1933, se posicionou afirmando que “o divórcio só serve para segmentar a imoralidade, e temos tanta que o nosso cuidado deve ser diminuí-la”. Del Priore (2014) analisa as consequências para essa prática, ponderando que a mesma sociedade que respeitava aquela mulher casada, passava a vê-la depois de divorciada como a que se prostituía, não lhes faltando preconceito por parte de todos com o fim do matrimônio.

Seja no campo civil ou religioso, a questão do que hoje conhecemos como divórcio já foi pauta de intensos debates, mas o tempo, no entanto, acabou por demonstrar que a simples proibição dessa prática não era bastante para evitar a crise que se anunciava no seio da família e que inegavelmente estava ligada à transformação da sociedade, quanto aos seus valores morais, religiosos e culturais. O divórcio, nunca foi realmente “um problema”, mas, sim, parte da solução que permitiria à sociedade se adaptar aos novos tempos.

No Brasil, país de tradição católica, a resistência ao divórcio sempre foi enorme, o que pode justificar a não existência de qualquer processo nessa área no Guia de Fontes Temáticas do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, referente ao divórcio ou desquite na década de 1930 que nos leve a verificar a existência do referido procedimento no Estado.

Souza (1992) justifica que nos processos de divórcio envolvendo a elite da época possuía como problemática central a questão da propriedade a ser dividida e a subjacente seria saber sob quais condições¹⁵ o chefe de família poderia perder a metade de seus bens e se a mulher é capaz de geri-los, deixando de ser considerada relativamente incapaz e passando a ser uma pessoa emancipada para gerir seus bens.

Notadamente, radicalizadas as posições, o que se revela é que, discutir divórcio/desquite na época, vai além do posicionamento antivorcista da igreja católica e jurídico do Código Civil de 1916, registra principalmente conflitos entre opiniões diversas da comunidade sobre os papéis adequados ao marido e à mulher em um momento em que elas mais precisavam contar com a solidariedade da sociedade e da sua rede de sociabilidade para a validação dos seus direitos como cidadãos.

2.3 Sobre padrões de consumo e beleza

Aprendemos ainda na escola que assim que os portugueses desembarcaram na então chamada Terra de Santa Cruz notaram a beleza das indígenas cabelos bem pretos e compridos, narizes bem feitos e corpos formosos. Essa representação feminina ainda é passada para as nossas crianças, as mesmas que utilizam em suas brincadeiras bonecas loiras, de corpos esbeltos e olhos claros. Continuamos vivendo em sociedade em que o corpo feminino é cultuado e desejado pela mídia mas, considerando que somos fruto de fatos históricos ocorridos no passado, retomaremos aos anos (1930).

Os anos de 1920 a 1930 são definidos por Perrot (2019) como “Os anos loucos”, isso devido ao feminismo europeu que ganha força, “as sufragistas européias em especial as inglesas eram muito criticadas na imprensa brasileira, mesmo na imprensa periódica feminista, provavelmente tendo em vista os seus métodos e estratégias em defesa do direito ao voto feminino” (FREITAS, 2001, p. 6), o documentário “FEMINISTAS: o que elas estavam pensando?” publicado em 2018 e disponível na plataforma da provedora global de filmes e séries de televisão Netflix

¹⁵ Quando o homem assume publicamente um relacionamento extraconjugal, doa propriedades a concubinas ou até mesmo lesa a herança dos filhos legítimos. Caso o marido prove que continua mantendo a mulher e filhos com o nível e valores por ela estipulados, o divórcio dificilmente é obtido.

retrata através de relatos femininos que as sufragistas eram vistas como mulheres velhas, feias, desalinhadas e que viviam causando problemas. Mesmo assim, se desenvolve e reivindica a libertação do corpo visto no corte dos cabelos, um novo jeito de vestir que passa a significar uma nova mulher, uma nova feminilidade.

Neste período, fumar ainda era um ato que pertencia ao público masculino, mas “na propaganda estampada nos maços de cigarro, a imagem da mulher já era usada como ‘inspiração’ para as vendas, explorando a figura de mulheres ‘coquetes’ e sensuais, com o intuito de atrair os homens.” (BORGES, BARBOSA, 2009, p. 6).

Luciano de Samosata, em sua coluna no jornal “A Tribuna” deixou a sua opinião sobre a nudez feminina ao afirmar em 10 de fevereiro de 1933 que “a praia é uma encantadora exposição de nu. Alta e leve, loira e fina, lembra uma deusa pagã das telas de Fragonard. O maiô de seda faz-lhe ressaltar as formas protuberantes que exortam mórbidos desejos sexuais” e na mesma coluna, em 18 de fevereiro de 1933, afirma “eu só admito o nu na pintura, entre as quatro paredes de um banheiro ou no necrotério. Poderá haver coisa mais desgraciosa, ridícula, repelente, do que [...] mulher, velha ou nova, magérrima ou adiposa, sem as escoras do sutiã, as pernas cheias de varizes, em exposição tal qual como nasceu?”

Explica Del Priore (2014) que a presença feminina nos banhos de mar foi uma conquista significativa que começou encarando a prática como medicinal, as “mulheres de respeito” tomavam banhos de madrugada, quando o dia ainda clareava e fazia uso de roupas compostas que não marcavam o corpo.

Perrot (2019) atribui ao cinema norte-americano o papel de ditar as novas imagens femininas desejadas e reproduzidas, a moda passou a ser ditada por Hollywood, não mais por Paris.

Envelhecer começava a ser associado à perda de prestígio e ao afastamento do convívio social. Identificava-se gordura à velhice; era a emergência da lipofobia. Não se associava mais o redondo das formas – as “cheinhas” – à saúde, ao prazer, à pacífica prosperidade burguesa que lhes permitia comer muito do bom e do melhor. A obesidade tornou-se critério determinante de feiura, representando o universo do vulgar, em oposição ao elegante, fino e raro. (DEL PRIORE, 2014, p. 224)

A segunda edição da revista Renovação, datada de 15 de Janeiro de 1931, estampou em sua capa a professora e miss Sergipe 1930, Maria Nazareth Meneses Galvão. O concurso “miss Sergipe 1930” foi promovido pelo jornal “A Noite” do Rio de

Janeiro e patrocinado no estado de Sergipe pelo “Sergipe Jornal”, sua ata foi publicada em 30 de Junho de 1930, edição 06688 no jornal “A Noite”, de circulação no Rio de Janeiro que também patrocinava o certame internacional de beleza, hoje conhecido como “Miss Universo”.

A comissão julgadora do referido concurso feminino não era formada por nenhuma mulher, se reuniu na redação do “Sergipe Jornal” para deliberações, foi formada em sua totalidade por Jordão de Oliveira (pintor laureado pela Escola Nacional de Bellas Artes do Rio de Janeiro e presidente da comissão), Aluizio Vieira (jornalista representante do jornal “A Noite”), Alvaro Fontes da Silva (representando o jornal “Diário da Manhã”) e Carlos Bittencourt (jornalista representante do “Sergipe Jornal”, Julio Barreto (representando a revista “Mercurio”).

Notamos que muitos anúncios de medicamentos voltados para males enfrentados por mulheres ocupavam lugar de destaque em cada edição vejamos alguns exemplos:

Figura 15 - Anúncio do medicamento Cafiaspirina



Que Martyrio!

Más ha bem poucos casos os senhores eram verdadeiras escravas do dia e do noite estar durante certa época, devido a irregularidades phisicas que parecem, então, inevitáveis. Mas agora, devido ao “remedio de confiança” essas soffrem semelhante martyrio.

A CAFIASPİRINA não só faz desaparecer a dor, por completo, em poucos minutos, como levanta as forças abaladas e restitue a serenidade e o bem estar. Por ser absolutamente inoffensiva pode ser tomada a qualquer momento. É igualmente de rapida efficacia nos dores de cabeça, de dentes, ouvidos, resfriados, enxaquecas, nevralgias, incômodos de senhoras, etc.

Cafiaspirina
o remedio de confiança

Fonte: A Tribuna, 8 de Abril de 1933

Figura 16 - Anúncio do medicamento Helmitol.

Maldita pedras!

Uma impudica pedra pedrinha arrancou-lhe esse exclamativo. Pois, saiba que talvez esteja se formando, nos seus rins e no seu bexiga, pedrinhas como essa que fazem o tormento da idade avançada. Entretanto, é tão fácil evitá-las! Basta trazer aqueles órgãos constantemente limpidos para que nelles não se acumulem impurezas e detritos, que se transformam em areias e pedras.

A desinfeção periodica (duas vezes por anno) pelo HELMITOL é o melhor processo conhecido para essa limpeza interna, garantia de uma velhice sem achaques e sem dores.

Helmitol

Fonte: A Tribuna, 10 de Março de 1933

Figura 17 - Anúncio do medicamento Feminol

FALA A SCIENCIA :
— 0 —
Feminol

é o melhor medicamento contra as doenças das senhoras

O FEMINOL é um Kilitic sagrado. E regulador das e spouses das mulheres, — tonico, — matiez, — antipasmódico do

UTERO
— DOS —
OVARIOS
— DOS —
NERVOZ

FEMINOL — FEMINOL — FEMINOL — FEMINOL — FEMINOL — FEMINOL — FEMINOL — FEMINOL — FEMINOL — FEMINOL

DEPOSITARIOS:
A. Leite & Cia. e Hormindo Menezes

O FEMINOL
E
REGULADOR
REVICRADOR
— A —
MULHER

Fonte: A Tribuna, 01 de Fevereiro de 1933.

Figura 18 - Dor de cabeça



Fonte: A Tribuna, 25 de Abril de 1933

Podemos verificar nos anúncios, mulheres jovens, de cabelos curtos, magras, buscando a efetivação da tríade beleza, juventude e saúde, algo que de certa forma ainda persiste na atualidade, em propagandas de medicamentos.

Merece destaque o anúncio do medicamento "Feminol", que inicialmente personifica a ciência como fruto de debate entre dois homens e logo após promete ser um "elixir agradável e regulador das épocas das mulheres, - tônico, - sedativo" agia como regulador, revigorador e embelezador da mulher hoje é conhecido por ser anticoncepcional, mas até a presente data nada foi encontrado sobre a mudança ou evolução da fórmula do produto.

Vimos até aqui como Maria Rita se inscreveu no campo jornalístico-midiático da época, mas quais serão seus posicionamentos e aspirações no campo literário? A seguir, veremos as pautas e aspirações contidas em sua obra "A mulher na literatura".

3. A MULHER NA LITERATURA: CAMINHO DE LIBERDADE E DIREITOS

Não é de agora que a autoeducação e instrução femininas trazem benefícios à sociedade. Passaram aos nossos dias, na história da civilização, nomes de mulheres celebres como Cleópatra, Joana D'Arc, as rainhas Anna, Elizabeth e Victoria, Maria Stuart, e tantas outras que tiveram parte saliente nos fenômenos mais importantes da vida de seu tempo. E no nosso Brasil grande, rico e jovem, a Civilização noviça em que vivemos nos dá belos exemplos da pujança intelectual da mulher. (ANDRADE, 1929, p. 23)

Esta seção busca analisar mais um olhar de Maria Rita enquanto intelectual, escritora, criadora e mediadora cultural, dessa vez na obra já apresentada anteriormente denominada “A Mulher na Literatura” focaremos aqui nos modos e condições de inserção e participação social feminina apontados pela autora que conforme apontado no trecho acima, indica a instrução e educação femininas como instrumentos viabilizadores de relevantes participações sociais.

Para tanto, convidamos você, caro leitor, para revisitar as palavras de Maria Rita que inauguram a primeira seção desta dissertação, uma vez que as referidas também abrem a obra a ser aqui analisada e descrevem “o excessivo esforço de quem, tendo quase o dom da ubiquidade para atender aos encargos profissionais, resolveu sobrecarregar a sua tarefa com esta outra, não mais difícil quão nobre de ingressar no magistério” (ANDRADE, 1929, p. 1).

Maria Rita se descreveu na referida obra como sendo, “em verdade, mais advogada, advogada da mulher, do que propriamente literata.” (ANDRADE, 1929, p. 164) apresenta aos leitores o quão trabalhoso foi o processo de elaboração da “these”, devido a sua intensa e contínua atividade na advocacia, lhe faltando tempo para realizar o estudo mais elaborado inicialmente pretendido, chama atenção que apesar dos contratempos surgidos no processo de escrita e expostos para o público “a força de vontade, a ânsia de vencer, a tentadora ilusão do QUERER É PODER” (ANDRADE, 1929, p. 2) as levaram a apresentar o trabalho aos seus avaliadores, na esperança de que pudessem medir o mérito do esforço empreendido.

Como já exposto anteriormente ao longo do texto da sessão anterior, o trabalho tradicional feminino sempre foi de ordem doméstica, e mesmo diante da sua importância, não era/é valorizado, remunerado e até mesmo visível. Maria Rita foge à regra da sedentarismo feminino ligada diretamente ao lar e à família “elas se movimentam, saem, viajam, migram. Participam da mobilidade que, com a facilidade dos meios de transporte, passa a caracterizar as populações do Ocidente nos séculos

XIX e XX” (PERROT, 2019, p. 156), ela ocupa um lugar na advocacia e apesar da sua rotina ainda aspira o magistério, escrevendo uma obra com os objetivos de “divulgar a mentalidade feminina, feita com o duplo fim de elevar o sexo e concorrer a livre docência da cadeira de literatura do Atheneu Pedro II.” (ANDRADE, 1929, p. 164).

No período que precede a Segunda Guerra Mundial, na França, as mulheres estavam ligadas à família e ao trabalho rural “para o homem, o trabalho da terra e as transações do mercado. Para a mulher, a casa, a criação de animais, o galinheiro e a horta, cujos produtos, ela vendia na feira.” (PERROT, 2019, p. 156) o poder feminino era exercido através do olhar e da palavra em locais como igreja, feiras e lavanderias. O cenário se modificou com a influência da industrialização, do êxodo rural e principalmente pelas guerras.

As indústrias criaram uma espécie de internato industrial, gerenciado por religiosas que disciplinavam moças empregadas desde os 14 anos de idade “as moças ali permaneciam por muitos meses sem ir para casa, e suas famílias é que recebiam diretamente seu salário. Esse dinheiro a mais era muito apreciado e contribuiu para revalorizar a estima das moças na economia popular” (PERROT, 2019, p. 113) é notória a busca por uma vida melhor e mais livre e que buscava ocupar outros espaços sociais:

Mais instruídas, desejavam outra coisa, ser empregada nos correios ou professora primária, por exemplo, e para isso elas faziam o concurso da escola normal, que foi, para muitas, um formidável impulso. [...] Leitoras de folhetins, sonhavam com um amor que certamente não era impossível, mas que não constituía a finalidade do casamento. (PERROT, 2019, p. 114)

A industrialização ensejou a inserção feminina no ambiente das fábricas, as constantes treze horas de trabalho deveriam ser conciliadas com o trabalho doméstico “além dos salários baixos, do assédio sexual de chefes e das instalações insalubres, as operárias tinham que enfrentar preconceito – e o enfrentavam também em casa, junto a companheiros [...] entre teares e máquinas, perdia-se a virgindade, corneava-se o marido, vendia-se o corpo” (DEL PRIORE, 2020, p.132).

Ainda sobre a participação feminina no cenário da Primeira Revolução Industrial, “as mulheres são raras na metalurgia, na construção mecânica, profissões viris mais qualificadas. Nas gráficas, os operários são contrários à sua admissão, considerada desvalorizante. Os ofícios do livro são nobres, logo, masculinos.”

(PERROT, 2019, p.120) o setor têxtil foi o que mais empregou mulheres em que pese fosse um trabalho que possibilitava poucas pausas, os locais eram mal arejados, superaquecidos e desconfortáveis, era “um trabalho pouco qualificado, monótono, reduzido a gestos simples e repetitivos, mas cujas cadências se aceleram cada vez mais” (PERROT, 2019, p.120), as manufaturas de tabaco possibilitavam que suas empregadas fizessem carreira, em razão do estatuto, os empregos eram muito procurados e poderiam ser passados de mãe para filha.

De forma parecida com a realidade enfrentada pela maioria da população feminina com a pandemia da Covid, existiam também as operárias que exerciam suas atividades laborais em sua residência, elas deveriam cuidar da casa e além disso enfrentavam longas jornadas de trabalho, eram sedentárias e se alimentavam mal “estas compram máquinas Singer a crédito e costuram peças de camisa que a cada semana entregam no ateliê onde se dá a montagem final. Pela manhã, nos trens, são vistas fazendo os últimos arremates” (PERROT, 2019, p. 123).

Com a Primeira Guerra Mundial, as mulheres passaram a substituir os homens que foram para os combates, e as fábricas foram obrigadas a adaptar seu espaço para atender as demandas do público feminino, a participação das mulheres nas indústrias persistiu mesmo depois da Segunda Guerra mundial “entre as duas guerras, nas fábricas de automóveis taylorizadas e nas linhas de montagem. Na fábrica da Citroën, Simone Weil é admitida sem muita dificuldade.” (PERROT, 2019, p. 121).

Além da ascensão dos regimes totalitários, alto número de mortos e a reconfiguração territorial, podemos citar também como consequência da Primeira Guerra Mundial a instabilidade econômica e política que sem dúvida atingiram algumas famílias da pequena e média burguesias que passaram a buscar empregos para suas filhas.

O serviço dos Correios era um deles. No campo as agências eram confiadas a senhoras, viúvas de oficiais ou de funcionários. Essas “atendentes de beira de fogão” carimbavam as cartas enquanto faziam tricô. Na cidade, as “senhoritas dos correios” pontificavam do outro lado do balcão, que as protegia de todo contato com o público. Foram escaladas sistematicamente para passar as ligações telefônicas [...] Outro setor de emprego: os cuidados com o corpo do doente, até então confinados às religiosas dos hospitais e dos asilos. Foi a Guerra da Crimeia, na metade dos anos 1850, que mudou o sistema. A britânica Florence Nightingale organiza um serviço de enfermagem para os exércitos, muito atingidos pelos combates. (PERROT, 2019, p. 125).

Vale frisar que nos correios, o público masculino não via as mulheres como concorrência, o ambiente de trabalho não era insalubre, o que não quer dizer que a

rotina laboral não fosse intensa uma vez que elas cumulavam as atividades domésticas com suas atribuições nos correios. A enfermagem, na França nos anos 1880, não exigia das profissionais muita qualificação, elas eram mal pagas e eram obrigadas a residir em alojamentos dos hospitais.

As atividades da enfermagem na rotina de cuidados com o corpo do doente deram margem para que a mulher buscasse seu lugar na medicina, mas nesse âmbito elas encontraram resistência masculina que começou a ser contornada no leste europeu por estudantes russas e polonesas que ao se formarem escolhiam a ginecologia como área de especialização.

Dentre elas, Blanche Edwards-Pilliet ou a doutora Madeleine Pelletier, a primeira mulher a fazer concurso de internato de psiquiatria: vestia-se como um homem e fumava charuto, mas queria feminizar o título profissional, que em francês vem sempre no masculino. Favorável à contracepção e ao aborto, foi perseguida e internada em 1938 num asilo psiquiátrico, onde morreu em 1939. (PERROT, 2019, p. 125)

No campo da música, vale dizer que a história das mulheres na música também é uma história do tempo presente pois as transformações que permitem a inserção da mulher no mercado de trabalho de uma forma cada vez mais igualitária são transformações que ainda não estão consolidadas e convivem com disputas reais e simbólicas que não podem ser menosprezadas.

Diante da afirmação acima, resolvemos voltar ao século XVIII quando podemos identificar um mercado de trabalho reservado unicamente aos homens a quem era possível viver dela, descartando essa possibilidade ao público feminino que tradicionalmente deveria cuidar da casa e da família, a música era uma espécie de adorno, sendo impossível fazer diferente dessa convenção social.

Pior ainda quando as desaprovações vêm do marido ou do companheiro. Clara Schumann se sacrifica por Robert; Alma Mahler por Gustav. Durante o noivado, Gustav lhe pedira explicitamente renunciar à música. [...] O que lhe propõe é a colaboração e a fissão de seu amor e de suas músicas. (PERROT, 2019, p. 105)

Os estudos do piano eram parte da formação das moças das famílias burguesas do século XIX e aliados às lutas feministas gestadas nesse período, proporcionaram um aumento gradual da participação das mulheres no cenário musical embora o caminho percorrido ainda fosse árduo devido a aceitação social. Assim, podemos contar com a presença feminina em orquestras formadas apenas por mulheres que ainda recebiam menos que os homens.

No cenário nacional, no final do século XIX e início do século XX viveu Francisca Edwiges Neves Gonzaga (1847-1935), conhecida popularmente como Chiquinha Gonzaga, nascida no Rio de Janeiro, filha de um militar chamado José Basileu Neves e da filha de escrava Rosa Maria de Lima, foi autora de mais de 2.000 composições, maestrina e feminista, conseguiu viver da música em um período em que a profissionalização feminina nesse cenário ainda era um fato inédito no país.

A educação de Chiquinha Gonzaga atendeu aos padrões sociais no tocante às prendas femininas, o que inclui o contato com a música desde cedo. Aos 11 anos de idade, compôs sua primeira música intitulada “Canção dos Pastores”, aos 16 anos, por escolha do seu pai, Chiquinha se casou com o promissor empresário Jacinto Ribeiro do Amaral com quem teve cinco filhos.

A paixão de Chiquinha Gonzaga pela música fez com que seu casamento chegasse ao fim já que, para seu marido, era impossível que ela não se dedicasse exclusivamente aos filhos, casa e família. Separada, passou a viver de aluguel e para prover o seu próprio sustento e dos seus filhos, começou a dar aulas particulares de piano, vender suas composições e a frequentar círculos sociais de músicos.

A primeira composição de Chiquinha Gonzaga de grande sucesso foi em 1877, música intitulada “Atraente” e em 1885 ela foi convidada a ser a primeira maestrina do Brasil o que lhe rendeu a admiração da sociedade e possibilitou que ela levasse a música popular brasileira para as grandes salas.

Aos 52 anos de idade, em 1889, Chiquinha Gonzaga compôs “Lua Branca”, outro grande sucesso foi “Ô abre alas!”, marchinha composta em um período em que o Carnaval crescia no país, a composição é símbolo do carnaval nacional até os dias de hoje.

Lucília Villa-Lobos (1886-1966), é outra figura feminina do cenário da música que aqui merece destaque diante da sua frequente ocultação na história. Associada ao seu marido, o compositor Heitor Villa-Lobos, Lucília foi regente, compositora e pioneira no ensino de música nas escolas públicas do Brasil.

Lucília é vista como influenciadora e responsável pela estruturação estética da obra do seu esposo, acreditava que o ensino musical era oportunidade de desenvolvimento cultural e social, motivo que a levou a auxiliar no desenvolvimento do projeto de ensino do canto orfeônico.

Ainda no campo das artes, o papel profissional feminino enquanto atriz dividia opiniões, quem era a favor aceitava que ao emprestar seu corpo e sua voz para o

personagem, a intérprete conseguia perfeitamente expressar emoções, já quem era contra afirmava que “ser atriz é faltar com o pudor, entrar no círculo duvidoso da galanteria, ou mesmo prostituição” (PERROT, 2019, p. 105).

Vale ressaltar que foi somente na França, por meio da Constituição de 1852 que os atores foram reconhecidos como cidadãos comuns, o que evidencia a marginalidade da profissão de modo geral caracterizada principalmente pela falta de confiança seja por parte da igreja, como também dos governantes. Em Paris, em 1914, as condições da mulher no ambiente de trabalho eram difíceis.

Ela deve aprender cinquenta linhas por dia, comparecer ao teatro todos os dias sem exceção, mesmo que não atue, uma meia hora antes de se abrirem as cortinas. Tudo isso por duzentos francos por mês que lhe serão pagos se ela trabalhar em mais de um ato numa mesma representação. Se ficar doente não recebe. E ainda: ela é obrigada a morar em Paris, a uma distância de uns 15 minutos do teatro. Isso mostra sua dependência e a mediocridade de sua condição (PERROT, 2019, p. 129)

Nesse breve e necessário panorama sobre o trabalho feminino, é pertinente tantos outros comentários sobre espaços laborais preenchidos por mulheres ao longo do tempo, mas considerando que Maria Rita foi uma profissional do direito, professora e escritora, iremos nos ater aqui sobre o cenário dessas profissões e a inserção do público feminino nelas.

O acesso feminino nunca foi fácil, na França, “em 1899 foi preciso fazer uma lei para autorizar Jeanne Chauvin a advogar, de tanto que o exercício da palavra pública do advogado parecia inadmissível a uma mulher” (PERROT, 2019, p. 126), entre os anos de 1900 e 1917 a quantidade de advogadas ainda era pequena mas tiveram fundamental importância na busca pela igualdade de direitos, especialmente o sufrágio universal mas apesar dessas conquistas, “foi necessária uma outra lei, em 1946 (lei de 11 de abril), para que a magistratura fosse aberta às mulheres, na França da Libertação” (PERROT, 2019, p. 126).

No Brasil “os primeiros Cursos Jurídicos brasileiros foram criados em 1827, após o advento da Independência e foram sediados, por razões políticas, em São Paulo e em Recife” (CRUZ e CARVALHO, 2022, p. 85), após a Proclamação da República, em 1891, foi criada no Rio de Janeiro a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, responsável pela formação de Myrtes Gomes de Campos (1875 – 1965), primeira mulher no Brasil a exercer a advocacia.

Myrtes Campos nasceu em Macaé e sua educação estava tradicionalmente ligada aos cuidados domésticos, motivo que pode ter ocasionado a desaprovação do seu genitor quando manifestou interesse no curso de Ciências Jurídicas, frequentado por homens. Em 1899 obteve o título de bacharel mas encontrou alguns obstáculos para exercer a advocacia: o primeiro foi a necessidade de reconhecimento do diploma de bacharel pelo Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, seguido do reconhecimento do diploma junto à secretaria da Corte de Apelação do Distrito Federal e por último a inscrição no Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil (IOAB), “apesar do Parecer apresentado pela Comissão de Justiça, Legislação e Jurisprudência do IOAB, no sentido de não haver qualquer óbice constitucional que vedasse o atendimento do pedido, os demais juristas da casa não aceitaram os argumentos proferidos e o processo permaneceu parado por meses” (CRUZ e CARVALHO, 2022, p. 85).

Na primeira seção, trouxemos a gramática como um dos fatos que causam da invisibilidade feminina na história, e nesse sentido podemos identificar esse fenômeno quando Myrtes Campos era reconhecida como “a mulher advogado” simplesmente por ocupar um cargo visto socialmente como típico do sexo masculino.

A atuação de Myrtes Campos foi além da advocacia,

[...] associou-se à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e, ao lado de Bertha Lutz, lutou pelo voto feminino. No IOAB, em congressos jurídicos e na imprensa, defendeu questões relativas à igualdade dos cônjuges, ao divórcio e ao aborto, à educação e ao acesso ao ensino superior e, à participação política feminina. (CRUZ e CARVALHO, 2022, p. 86).

Considerando a atuação sufragista Myrtes Campos que também chegou a atuar na esfera criminal, importante trazer aqui alguns pontos legais que abordavam a mulher, iniciaremos com o código Penal de 1890, que foi elaborado em três meses e muito criticado por isso, seu objetivo era reforçar o Código Criminal de 1830, considerado desatualizado pois outras demandas sociais apareceram com a abolição da escravidão e junto com uma nova classe de pessoas livres surgem e uma série de demandas que precisavam ser regulamentadas.

O novo Código trouxe em seu artigo 43 um rol de penas aplicadas quais sejam: prisão celular, banimento, reclusão, prisão com trabalho obrigatório, prisão disciplinar, interdição, suspensão e perda do emprego público, com ou sem inabilitação para exercer outro e multa.

A possibilidade da prisão celular contaria com o trabalho obrigatório dos condenados; a pena de banimento consiste na privação dos direitos do condenado como cidadão; reclusão era a pena que deveria ser cumprida em fortalezas, praças de guerras, estabelecimento militares ou prisões agrícolas; a suspensão de cargo público era pena aplicada aos funcionários públicos que cometiam crimes no exercício de suas funções, e a pena de multa consistia no pagamento ao Tesouro Público Federal ou dos Estados de uma quantia condizente com seus padrões de vida do auto do crime.

Assim, o referido código punia com prisão celular o voto de cabresto e a compra de votos e de igual forma punia o crime de estupro definido, pelo art. 269, como o ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja ela virgem ou não, ele poderia fazer uso da força física, como também de meios que a privassem de suas faculdades físicas, da possibilidade de resistir e defender-se, tais como a hipnose, uso de clorofórmio, éter e demais anestésicos e narcóticos em geral.

Para a punição do crime de estupro, a lei levava em consideração se as mulheres violadas eram “mulheres honestas”, assim, o crime era punido com prisão celular por um a seis anos e no caso de estupro de “prostitutas” acarretaria em uma prisão celular por seis meses a dois anos. O texto legal não definia nenhum dos grupos e notamos que dependendo do “grupo” social que determinada vítima estivesse, ela sofria três vezes, a primeira ao ser violentada, a segunda com o julgamento social e a terceira vez com a impunidade já que poderia ver seu agressor nas ruas em poucos meses.

O código previa também o crime de rapto quando qualquer “mulher honesta” de maior ou menor idade, solteira, casada ou viúva fosse retirada do seu ambiente doméstico, para fins libidinosos, a pena era de prisão celular por um a quatro anos, caso a raptada fosse maior de 16 e menor de 21 anos, e prestasse o seu consentimento, a pena também seria de prisão celular por um a três anos.

Caso a mulher de menor idade fosse deflorada, sendo levada a isso por meio de sedução ou fraude, a pena era de prisão celular por um a quatro anos, mas se o defloramento fosse consequência do crime de rapto ou estupro a pena seria majorada.

Nos chama atenção que tanto nos casos de defloramento, como nos de estupro de “mulher honesta”, a sentença que condenasse o criminoso, deveria obriga-lo a adotar a ofendida e havendo casamento, a pena não seria imposta. Ora, em caso de estupro e um consequente casamento, visualizamos uma outra possibilidade na qual

a mulher sai do papel de vítima e passa a ser penalizada ao ter que conviver com seu agressor.

O código considerava como adultério quando uma mulher se deitasse¹⁶ com outro homem, mas em relação aos homens, só seria considerado adultério se ele tivesse mantendo financeiramente outra mulher. Notamos que o mesmo crime é atribuído para ambos os sexos mas com uma desproporcionalidade nas condutas e para tanto é fixada a mesma pena de prisão celular por um a três anos.

Mostrando a forte influência da igreja católica, o aborto também era considerado crime pelo código penal de 1890, independentemente da forma que a gravidez foi gerada e da expulsão ou não do feto do corpo da gestante, poderia ser praticado por médico ou parteira habilitada para o exercício da medicina. A vontade da gestante ainda não era levada em consideração, bem como acontece nos dias atuais e caso ela consentisse o aborto, sofreria com a prisão celular por um a cinco anos.

Todos os crimes descritos acima são considerados pelo referido código atentados contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor. Podemos verificar aqui como a honra feminina era vista pela sociedade, como o público feminino era constantemente julgado e a desproporcionalidade legal em alguns casos no tratamento das ações criminosas masculinas.

No mais, as mulheres aparecem em algumas outras poucas situações legais tais como no crime de mendicância (pena de prisão celular por um a três meses) e no caso da mulher condenada em ação de divórcio continuar usando o nome do marido, estaria sujeita a prisão celular por quinze a sessenta dias.

A Constituição de 1891, primeira do período Republicano do Brasil, era outro instrumento legal da época, ela refletiu o liberalismo e a influência norte-americana, o país tornou-se Estados Unidos do Brasil, as províncias tornaram-se Estados e ganharam autonomia (constituição, impostos, eleger governo), chamamos atenção para o voto que passou a ser direto, excluindo analfabetos, mendigos, mulheres, soldados e menores de 21 anos.

Visualizamos nessa breve abordagem uma grande desigualdade entre homens e mulheres que os textos legais vigentes na época traziam, redações elaboradas por homens que geravam um predomínio masculino injusto. A defesa legal do status

¹⁶ O texto legal utiliza exatamente essa denominação

masculino fazia-se muitas vezes apelando para a natureza, o que ainda podemos ver sendo usada nos dias de hoje em “justificativas” sociais, essa situação levou as mulheres sufragistas tais como Maria Rita e Myrtes Campos a acreditarem que a melhoria de sua condição de vida através da conquista de três direitos: direitos civis, direitos políticos e sociais, e ter direito ao voto seria alcançar a igualdade entre os indivíduos, conquistando uma melhora na sociedade.

A Constituição de 1891 também trouxe grandes mudanças no cenário da educação, uma vez que tornou a União responsável pela educação condizente apenas ao território da capital Rio de Janeiro, cabia aos estados e municípios a responsabilidade pelas demais ofertas de ensino.

No cenário internacional já poderíamos contar na França com uma escola para todos quando

[...] a Lei Ferry, ao instaurar a obrigatoriedade da escola para os dois sexos, mas em escolas distintas se possível, ampliou a oferta de empregos para as mulheres: eram necessárias para ensinar as meninas e as crianças menores. Criaram-se escolas normais para professoras primárias e essa profissão tornou-se uma ambição digna para as filhas da pequena burguesia e das classes populares. (PERROT, 2019, p.126)

Durante o período da primeira república algumas reformas influenciaram os rumos da educação brasileira, a de Benjamim Constant, realizada em 1890, oficializou o ensino laico nas escolas, reforçou a gratuidade do primário, reforçando a ideia de uma escola para a maioria. Com a mudança, a demanda por professores aumentou, diretrizes e normas foram estabelecidas, surgindo em 1894 o cargo de diretor escolar, vagas que eram preenchidas majoritariamente por homens, enquanto as de professoras por mulheres.

O perfil feminino era de “quase sempre solteira, recebendo menos que os homens, ela é frequentemente nomeada para cargos em lugares distantes e, às vezes com a desconfiança, confrontando-se com a suspeita e a solidão” (PERROT, 2019, p.127), nessa lista, podemos ainda reforçar o dever de estar em consonância com as regras de igreja católica, obrigações “naturais” da mulher.

No cenário francês, temos professoras primárias mais envolvidas e engajadas nas questões sociais, atuando como criadoras e mediadoras culturais o que fez com que Michelle Perrot as considerasse como primeiras intelectuais.

[...] as professoras primárias são, há muito tempo, mulheres engajadas: pela educação das meninas (Victoire Tinayre), pelo

socialismo, ou mesmo pela Revolução como Louise Michel. Na Terceira República, elas militam sindicalismo (Marie Guillot). Aderem ao feminismo. Algumas tomam partido a favor da contracepção e do aborto e enfrentam os tribunais. As professoras primárias são as primeiras intelectuais. (PERROT, 2019, p. 127)

As professoras do secundário eram em menor número, mais individualistas, solitárias e vistas com desprezo pelos homens visto que elas não casavam e não cumpriam seu destino, “as estudantes fazem cursos separados e de menor prestígio. Exceto filosofia. O liceu é a única possibilidade de emprego” (PERROT, 2019, p. 127), nas universidades as mulheres permaneciam indesejadas. No Brasil, as mulheres só tiveram acesso ao ensino superior em 1879.

Depois da Segunda Guerra Mundial, ensinar passou a ser uma profissão feminina, “o que não é necessariamente um bom sinal. Uma relativa paridade sexual é uma garantia de igualdade” (PERROT, 2019, p. 128)

Foi nesse cenário que, com base no Decreto nº 940 publicado em 2 de julho de 1926, na secretaria do Atheneu Pedro II, em 16 de setembro de 1929 foi aberta a concorrência da cadeira de Literatura Brasileira e das Línguas Latinas do Atheneu Sergipense para livre docência “no ato da inscrição o candidato deveria apresentar certidão de idade provando ser maior de vinte e um anos e menor de quarenta, certidão dos exames de curso de humanidades ou diploma de escola superior, folha corrida, caderneta de reservista ou certidão de alistamento militar e cinquenta exemplares de uma tese de sua livre escolha” (SOUZA, 2016, p.196), as inscrições seguiram os preceitos legais e o trâmite contou apenas com a inscrição de Maria Rita que apresentou os documentos solicitados, junto com a tese aqui já apresentada.

A aprovação da inscrição de Maria Rita veio no mês seguinte, em 03 de outubro, a banca de avaliação foi composta por professores homens em sua totalidade quais sejam: Leandro Diniz do Faro Dantas¹⁷, Clodomir de Souza e Silva¹⁸, Abdias

¹⁷ Professor da disciplina de Francês, Desenho, Aritmética, Geografia, Corografia do Brasil e Moral e Instrução Cívica do Atheneu Sergipense, além de ter sido seu diretor entre 1927 a 1931. (GUIMARAES, 2012, p. 27).

¹⁸ Nascido em Aracaju a 20 de fevereiro de 1892, era filho de Eugênio José da Silva e de D. Argemira de São Pedro e Silva. Como estudante, fez os primeiros estudos na cidade de Aracaju e cursou preparatórios no Ateneu Sergipense. Enquanto profissional atuou ainda muito jovem como tipógrafo, em um dos jornais de circulação sergipana, ingressou em abril de 1919 na tradicional Faculdade de Direito do Recife e no ano de 1923 matriculou-se no curso de Bacharelado. Ao se tornar bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1926, retornou à terra natal para dedicar-se ao estudo da história do lugar e dos costumes do povo, dos ditos populares, da linguagem dos homens iletrados.

Bezerra¹⁹, Manoel José dos Santos Mello, Florentino Telles de Menezes²⁰, José Andrade de Carvalho, Leonardo Gomes de Carvalho Leite, Aristides da Silveira Fontes, Manoel Franco Freire e Juncundino de Souza Andrade.

Importante observar aqui que embora o decreto nº 940/26 trouxesse a previsão de que a livre docência seria obtida uma vez ao ano, na segunda quinzena de outubro, encerrando as inscrições na segunda quinzena de setembro, alguns membros da banca tais como Clodomir de Souza e Silva contestaram as regras do concurso, alegando que a falta de publicidade do edital poderia ocasionar nulidade do certame, o presidente Leandro Diniz do Faro Dantas justificou que já que a lei já previa o certame e que ela era de conhecimento de todos, ele dispensou a elaboração do edital.

A arguição de Maria Rita sobre a tese foi realizada em 21 de outubro de 1929 e no dia seguinte a banca se reuniu para organizar

[...] a lista de trinta pontos, que depois de aprovada, a candidata Maria Ritta sorteava um deles, 24 horas antes de prestar a sua prova didática. Os assuntos elencados faziam parte daqueles elencados faziam parte daqueles descritos no programa de ensino do Colégio Pedro II, que por meio do Decreto nº. 18.564, de 15 de janeiro de 1929 e baseado nos Arts. 22 e 195, letra g, do Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, alterou a seriação do curso secundário para seis anos. (SOUZA, 2016, p.201)

No dia 23 de outubro de 1929 Maria Rita prestou sua prova didática, cujo tema sorteado com vinte e quatro horas de antecedência foi “a oratória nacional”, a duração da avaliação durou cinquenta minutos e finalizada essa fase, “Leandro Diniz do Faro Dantas, anunciou o seguinte resultado: média da arguição de tese de 9,07 e média da prova didática ou oral 8,14, tendo como média total 8,6. Desse modo, Maria Rita Soares de Andrade foi aprovada e habilitada [...] sendo nomeada a docente livre no dia 17 de dezembro do mesmo ano” (SOUZA, 2016, p.203).

¹⁹ Na produção de Felte Bezerra foi possível saber que ele nasceu na Vila de Siriri, no dia 7 de setembro de 1880. Filho do professor primário João Amando Bezerra e D. Hermínia Rosa Bezerra. Em 1906, antes de pleitear e ser aprovado para a cadeira de Francês do Atheneu Sergipense ministrou aulas particulares nas disciplinas de Português, Geografia, Francês e Aritmética. (BEZERRA, 1947).

²⁰ Nascido em Campos a 7 de Junho de 1839 e faleceu em Recife a 26 de Junho de 1889, passou a infância junto à família, de quem recebeu conselhos e as primeiras lições de educação doméstica, foi eleito membro correspondente do Club dos Cosmophilos de Leipzig, foi também Poeta, filósofo, jurista, crítico, polemista, orador, jornalista e musicista, conhecia perfeitamente o latim, francês, inglês, italiano, alemão e russo. Ilustrados.

A nomeação de Maria Rita foi realizada no dia 12 de dezembro de 1929 mas ela se recusou a assinar o termo de compromisso no dia 19 do mesmo mês, registrando, inclusive uma reclamação sobre o documento redigido pela instituição, alegando que estava fora dos padrões legais ao conter uma cláusula de compromisso em que ela deveria atuar nos casos em que sua profissão permitisse “já que os docentes livres não possuíam direitos patrimoniais como os catedráticos. Em outras palavras, não gozam de vitaliciedade, nem percebiam adicionais e só exerciam suas funções nos casos exclusivos onde houvesse número excessivos de alunos e substituições” (SOUZA, 2016, p.204), a reclamação foi analisada em 11 de janeiro 1930 e o resultado foi o seguinte:

Os dados desse escrutínio não foram submetidos a uma apuração final, mas ao analisa-lo fica claro que os referidos resultados apontavam concordâncias e discordâncias entre deliberações dos professores, a saber: muitos estavam a favor da investidura do cargo de docente livre à Maria Ritta Soares Andrade, outros votavam na incompetência da congregação e/ou acolheram as duas opções [...] A recorrente tentou reverter esta situação e tomar posse legalmente no concurso de Literatura Brasileira e das Línguas Latinas, sem alcançar sucesso. Como estratégia de defesa publicou no dia 19 de novembro de 1930, o artigo “Autopsia na direção do Atheneu Pedro II” para denunciar as irregularidades providas pelo dirigente da instituição, nas páginas do jornal “A Ordem”. (SOUZA, 2016, p.207)

No texto da referida matéria, Maria Rita adjetiva Leandro Diniz como sendo político conservador, relapso em seu cargo, faltoso, politiqueiro oportunista, perseguidor de professores, desleal, arbitrário e etc, se propõe publicamente a provar todas as alegações que fazia naquela oportunidade e obteve como resposta um texto anônimo também publicado no jornal “A Ordem”, datado de 20 de novembro de 1930, intitulado de “Lamentavel Attitude” que já inicialmente questiona a idoneidade da reclamante para falar dos homens, afirmou, dentre outras questões, que assistiu a fase de defesa da tese de Maria Rita e achou que faltou método, clareza e boa dicção, o que acreditava ser típico do sexo feminino.

O autor desconhecido teceu argumentos sobre a sua formação, falta de experiência docente e péssimo desempenho nas etapas do concurso a docência livre de Literatura Brasileira e das Línguas Latinas do Atheneu Sergipense, mesmo alcançado média 8,16. O autor a considerava uma jovem bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, mal educada e interesseira, tais características podem ser justificadas por ela não receber aos mesmos vencimentos de um catedrático e o diretor não deu importância as suas reclamações. (SOUZA, 2016, p.209)

As acusações do autor anônimo atingiam diretamente a capacidade intelectual feminina e feria a busca por igualdade de gênero objetivada, inclusive, por Maria Rita em sua obra, nos fazendo questionar se o autor não estava expressando também uma discordância com a ideologia do texto da tese apresentada.

Em 21 de novembro de 1930 Maria Rita escreveu um outro artigo denominado “Ainda a Autopsia na Direcção do Atheneu Pedro II – Covardia” dando publicidade às suas notas no certame como resposta ao que o autor anônimo falou sobre sua tese, desafiou o anônimo a se identificar ao afirmar que os que assistiram a avaliação foram Passos Cabral, Manoelito Campos e Pires Wynne e nenhum deles seria capaz de proferir aquelas palavras e julgamentos sobre ela.

Novos personagens surgiram no jornal em 22 de novembro de 1930 quando Maria Rita publicou outro artigo denominado “Ainda a Autopsia na direcção do Atheneu Pedro II – A solidariedade dos professores” esclarecendo que as acusações eram direcionadas ao diretor, considerava a banca examinadora do seu concurso honesta e se solidarizava aos professores que assinaram um manifesto em defesa de Leandro Diniz. Em resposta, no mesmo jornal e data, no artigo “O professor Franco Freire escreve à nossa direcção” “[...] o professor Franco Feire solicitava aos responsáveis pelo jornal “A Ordem” retificações quanto às acusações publicadas nos textos de Maria Ritta. Na ocasião também registrou que, jamais influenciou os professores para assinar nenhum documento em prol da administração do diretor do Atheneu Sergipense” (SOUZA, 2016, p.209).

Maria Rita respondeu Franco Freire em 24 de novembro, asseverando todas as alegações feitas nos textos anteriores e lembrando que ele fez parte da banca que a avaliou na seleção do Atheneu e que ele a elogiou e a incentivou no processo de avaliação. Como resposta, Franco Freire respondeu no dia seguinte, com o artigo “A mulher do piolho” que nos chamou atenção pois na oportunidade o autor se pronuncia inicialmente no sentido de que a necessidade feminina de polêmica é mais forte que a inteligência mas que não era cabível pois a mulher é o símbolo de doçura e amor, aconselhou Maria Rita a perdoar e não ofender mais os homens, visto que para ele essa prática era masculina.

Ora, as formas de confinamento feminino são diversas, e com o texto de Franco Freire, podemos ver mais uma vez tais como “o gineceu, o harém, [...] o convento, a casa de estilo vitoriano, o bordel. É preciso proteger as mulheres, ocultar sua sedução. Cobri-las de véus. O que se teme: as mulheres em público, as mulheres em

movimento” (PERROT, 2019, p. 136), o corpo docente masculino ainda era comum nas escolas sergipanas da época, Maria Rita estava avançando, suas publicações eram os procedimentos utilizados que estavam ao seu alcance para a efetivação dos seus direitos, o que notadamente não era bem visto por alguns membros do magistério da instituição de ensino.

Impedir que as mulheres se manifestassem publicamente, e defendessem seus direitos, lutando pela ampliação de sua relação aos problemas sociais, construindo seu processo de profissionalização, em favor de um discurso de valorização das virtudes e atitudes femininas com a reclusão, a caridade, a tolerância, a passividade, a dedicação ao outro, a complacência, o amor, o respeito, o silêncio, a humildade, a compreensão, a beleza, o medo, a ingenuidade, era anacrônico além de preconceituoso. (FREITAS, 2003, p.160)

Apesar da tentativa, Maria Rita não silenciou e representou Franco Freire judicialmente no dia 26 de novembro de 1930, junto à 1ª Vara da Comarca de Aracaju. Em sede de audiência, Freire confessou autoria do artigo anônimo e o diretor do jornal responsável pela publicação confessou ter induzido a publicação de forma anônima, o processo foi arquivado pois as partes evidenciaram a existência de inimizade, possibilidade em que a lei não admitia denúncias.

Por ter feito uso da imprensa para buscar defender seus direitos e dar publicidade aos fatos que vinham ocorrendo, Maria Rita foi processada por injúria e difamação por Leandro Diniz, diretor do Atheneu, sua estratégia de defesa consistiu em apresentar provas de todas acusações feitas no primeiro artigo escrito, direcionado ao diretor.

Nesta defesa Maria Ritta citou e anexou o Relatório de Inspeção Extraordinária de Bernardino José de Souza, Delegado Especial do Departamento Nacional do Ensino, produzido após fiscalização ocorrida no Atheneu Sergipense no ano de 1926. Apresentou algumas arbitrariedades do diretor Leandro Diniz comprovadas por meio de cópias das atas da Congregação, a saber: suspensão do professor Clodomir Souza e Silva, perseguição à docentes e alunos, falta de sinceridade nos exames, entre outros. Também juntou ao processo documentos referente à representação arquivada que foi interposta à direção da instituição, além de cópias das páginas do Diário Oficial do Estado de Sergipe e dos Jornais “A Ordem” e “O Norte”. No entanto, o Promotor Enoch Santiago, no dia 19 de Janeiro de 1931, advertia que “A defesa escripta e a documentação que a denunciada vem juntar não lhe excluia a responsabilidade de seus crimes capitulados na denúncia” (SOUZA, 2016, p. 213).

Maria Rita foi absolvida no dia 29 de janeiro de 1931 e o juiz Olympio de Mendonça entendeu que ela foi motivada pela necessidade de delatar ao Governo as irregularidades que vinham ocorrendo no Atheneu. O promotor Enock Santiago recorreu da decisão no dia 18 de fevereiro de 1931 assim escrevendo em sua peça.

A argumentação que de início fizemos em nossa denuncia, como era de comprovada evidencia e acentuada demonstração, o intuito da **jovem e irrequieta** denunciada em calumniar e injuriar **o engenheiro** Leandro Diniz de Faro Dantas, no correndo processo que lhe instauramos pela requisição da autoridade ofendida, no seu character de Director do Atheneu Pedro II, desta capital, mais e mais se acentuou, com a linguagem da defesa prévia, onde a par de uma **incontida verbosidade, mais se busca deprimir o conceito do antigo funcionario.** [...]

Se na denuncia referida, o engenheiro Leandro Diniz do Faro Dantas é um relapso no exercicio das suas funcções; politiqueiro oportunista; um algoz; um desposta; um injusto, etc, na defesa das doze folhas maiores injurias são atiradas sobre elle pela denunciada.

Ora, se ella tentasse dizer que o seu intuito e o seu animo não fôra jamais injuriar o engenheiro Leandro não se poderia no entretanto dar credito a ele, taes as expressões novas e intencionalmente procuradas para offendel-o. [...] Basta emprehender a sua leitura para que se chegue á evidencia desse facto, pela continuidade de expressões injurias com que a denunciada se atira contra administração e a pessôa do seu antagonista.

Não havemos de acreditar que ella tenha perdido a serena comprehensão dos factos, e que, com um desatino improprio de sua posição social, lustre de sua classe de mulher inteligente e elevada sobre o nível das demais, pelo pergaminho que lhe realça o nome e attesta o invejavel talento, ao mesmo passo que a ennobrece no seio dos advogados patricio, se atenha ao mister de porfiadamente, atacar ao seu mestre de outr'ora, attencioso e delicadissimo para a mocidade, nome hoje tradicional no ensino publico.

Por que a porfia?

Não queremos faser à jovem doutora a injustiça de acreditar que ella esquecesse que o mais certo caminho para o seu desgosto em não ter visto compensado o esforço do seu concurso para a livre docência da cadeira de Literatura seria uma acção intentada contra a Fazenda para compelir o Estado ao dever, se elle o tivesse, de lavrar sua nomeação.

Nunca, jamais, **essa attitude de Joanna d'Arc libertadora do Atheneu, com ella se faz crer, pois que, com a liberdade de sua linguagem apenas patenteia a intenção directa de uma vingadora, que pondo de lado o que o seu direito tem de defensavel entra pela verêda do que elle tem de indefesavel.** [...]

Expostas dessa breve maneira de pensamentos deste Ministerio, estamos certos que elle nada significam ante o elevado descortino desse augusto tribunal, que fará, como sempre a sua indefectível justiça (SANTIAGO *apud* SOUZA, 2016, p. 215, grifos meus).

Podemos notar no discurso do Ministério Público o quanto a capacidade era mais uma vez questionada, inicialmente mesmo já sendo advogada foi descrita como jovem, irrequieta, com conduta que não condizia com sua formação que a tornava mulher com um nível de inteligência mais elevado que o das demais, enquanto na mesma oportunidade, Leandro Diniz foi descrito como engenheiro atencioso e delicadíssimo com a juventude.

Maria Rita se defendeu mais uma vez e na oportunidade “retomou as denúncias pronunciadas, citou o recurso interposto [...] e nos parágrafos finais apelou ao Interventor Federal para tomar as necessárias providências diante do caso, pois se tratava de uma mulher contra os poderes de uma escola pública conhecida e reconhecida em todo estado de Sergipe” (SOUZA, 2016, p. 216). A absolvição veio em 26 de fevereiro de 1931 mas, antes disso, ela foi nomeada pelo interventor Augusto Maynard Gomes, em 11 de maio, para exercer o cargo de professora.

O trabalho de Freitas (2003), já descrito aqui nas seções anteriores, trouxe uma carta datada de 18 de maio de 1931, de Maria Rita destinada a Bertha Lutz, presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Carmem Portinho, presidente da União Universitária Feminina e engenheira civil e Maria Luiza Bittencourt, advogada baiana que se encontrava no Rio de Janeiro.

Carmen, Bertha e Maria Luiza:

Viva a Revolução! Viva Sergipe! Viva Maynard! Estou arrebatando de contentamento! Quero um abraço grande, forte, de Vocês três ao mesmo tempo. Venci a minha causa, a minha grande causa! **Sou hoje a professora de Literatura do Atheneu Pedro II.** Isto dito assim, não parece nada. Mas, só eu sei o que me custou.

Com um concurso feito desde outubro de 1929, eu tinha contra mim, o Director do Atheneu, o Fiscal, o Prof. Franco Freire um genro de um sogro que o deixou rico, o Dr. Augusto Leite, o melhor cirurgião da família mais poderosa daqui, que estava regendo a minha cadeira, o Dr. Aristides Fontes, outro ricoço e sobre estes o Dr. Carvalho Netto, presidente do Instituto dos Advogados e da Academia de Letras para quem o Dr. Augusto guardava a cadeira. Veêm? Era uma troupe forte dinheirosa de homens contra mim, sozinha, pobre e mulher. Empenhei-me numa lucta tremenda! Fiz uma terrível campanha pela Imprensa contra o Atheneu. Mantive ferrenha polemica com Franco Freire. Só não o chamei, e ao Director do Atheneu de santo e de bonito dentro da denúncia bem entendido. Fui processada por calúnia e injúria. Processei ao Franco Freire. Defendi-me pela exceptio veritatis. Fui absolvida. E, agora, o Interventor, que é um bravo e justo deu uma lição de civismo a todos. (...) Si vocês soubessem o quanto me custou! Offereceram-me todas as vantagens para eu ceder, mas não cedi um ponto. Reclamei o meu direito à cadeira de Literatura e fiz pé firme: ou ella ou nada. Os meus adversários usaram de todos os ardis: calumnias, injurias, perversidades de todos os quilates. E eu, sozinha, com o meu direito venci-os. O Maynard é, inegavelmente um grande

homem: um herói sobre todos os pontos de vista; um novo patriota. Estou num entusiasmo louco. (...) Para a cadeira de Canto Orpheônico elle nomeou uma moça (...) Waldete de Mello, diplomada pelo Conservatorio d'ahi.(...) Muitos abraços e todos os louvores para o Interventor de Sergipe, que meu deu ganho de causa contra mais de meia duzia de homens ricos, poderosos e (...). Vocês estão notando que não estou muito certa? O contentamento me entontece. Sempre a Maria Ritta (ANDRADE *apud* FREITAS, 2003, p. 167, grifos nossos).

Com base nas nossas leituras, traçamos aqui um panorama sobre a participação feminina em alguns espaços sociais, podemos visualizar que “foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que separava do homem” (BEAUVOIR, 2019, p. 503), uma vez que culturalmente funções naturais diversas lhes são atribuídas: os homens ficam com o trabalho público, desempenhando o papel de provedor, o que é valorizado na sociedade e as mulheres o trabalho doméstico, reprodutivo, na esfera do cuidado.

Ora, o trabalho de ambos não é complementar pois no segundo caso, até os dias de hoje não há uma valorização financeira, “em sua maioria as mulheres que trabalham não se evadem do mundo feminino tradicional, não recebem da sociedade, nem do marido, a ajuda que lhes seria necessária para se tornarem concretamente iguais aos homens” (BEAUVOIR, 2019, p. 504) conseguimos vislumbrar esse fato na história da brilhante Chiquinha Gonzaga que esbarrou com a obrigação natural de ser dona de casa e diante da sua resignação, se viu sozinha com seus filhos a viver da sua música.

Quando o público feminino sai do seio doméstico e vai para a esfera pública, em busca dessa emancipação financeira, se depara com a não valorização principalmente salarial, além de uma hierarquização do trabalho masculino que é sempre mais valorizado que o feminino como foi visto na história do concurso de Maria Rita.

Partindo da nossa exposição sobre a participação feminina em alguns ambientes sociais, abriremos para a exposição de Maria Rita sobre o tema em sua tese.

3.1 A literatura e o papel da mulher

O conceito de Literatura é abordado por Maria Rita logo no primeiro capítulo da sua tese, para a autora, Literatura “é arte, isto é: espírito, alma, emoção” (ANDRADE, 1929, p.4), corroborando com esse pensamento temos as contribuições de Aristóteles na antiguidade clássica na obra chamada “Poética”, para ele, literatura seria fazer arte

com palavras, a ponto de questões religiosas do autor não serem percebidas no texto “a matriz religiosa dos atos poéticos dificilmente transparecerá na própria literatura” (ARISTÓTELES, 2008, p.94).

Na obra, Maria Rita aduz que seu texto possui a finalidade de divulgar a mentalidade feminina, bem como concorrer à livre docência da cadeira de literatura do Atheneu Pedro II, assim, entendemos que seu texto não é literário, considerando seu objetivo informativo assim como os textos de jornais, revistas e do livro didático. Textos artísticos são aqueles que o autor se preocupa com a estética e deles a literatura se interessa e a autora os utiliza em sua obra, sem deixar de expor seu ponto de vista sobre as questões sociais.

Divergindo do posicionamento de Aristóteles acima exposto, entendemos que a literatura possui também a função histórica, pois o autor passa para a escrita, ainda que fortuitamente, seus preconceitos, crenças e ideias, atingindo o leitor ao longo do tempo. Na publicação, Maria Rita atribui à literatura apenas o papel recreativo, “o fim da leitura é recreativo. São os devaneios do espírito nas páginas memoráveis dos bons livros as mais preciosas recreações do homem.” (ANDRADE, 1929, p.15) a literatura seria entretenimento, alimento da alma.

Alguns autores usam seus textos como meio de denúncia, grande exemplo é Castro Alves que fez inúmeros poemas denunciando o problema da escravidão, Maria Rita entendia que “não se consegue misturar política, economia, ciências e as demais artes com literatura” (ANDRADE, 1929, p.8), visto que para ela, literatura é arte, envolve emoção enquanto a ciência trabalha com base no raciocínio, questionamentos e deduções.

A autora utilizou o segundo capítulo para se posicionar inicialmente sobre a capacidade intelectual feminina, para tanto, resolve contrapor o argumento de Jellinek²¹ que defendia a inferioridade feminina tal como “os fisiologistas do final do século XIX, que pesquisam as localizações cerebrais, afirmavam que as mulheres têm um cérebro menor, mais leve, menos denso” (PERROT, 2019, p. 96), de forma contrária pensava o intelectual sergipano Tobias Barreto que resguardava a igualdade intelectual humana.

²¹ Georg Jellinek (Lípsia, 16 de junho de 1851 — Heidelberg, 12 de janeiro de 1911 (59 anos)) foi um filósofo do direito e juiz alemão.

A educação feminina foi apontada por Maria Rita como instrumento de promoção de igualdade em prol da sociedade, sem distinção de gênero.

Antes mesmo de lermos Tobias, quando ainda não podíamos bem discernir, já nos vinha a mente o pensamento, depois lido no mestre, ao ouvirmos, o que, infelizmente, ainda hoje soe acontecer, um desses muitos psicólogos de algibeira que povoam o mundo, falar categoricamente das faculdades inferiores da mulher. Conforta-nos, todavia, a ascensão da humanidade, o progresso da civilização, que nos promete, pela nova orientação que se vem dando à educação feminina, pela salutar educação que se quer dar ao homem, um futuro melhor, um grandioso futuro, onde, desprezadas as futilidades mundanas, as hierarquias materiais, a vida será a do espírito, a supremacia social será dos intelectuais, homens ou mulheres (ANDRADE, 1929, p.21)

Nesse diapasão, Maria Rita indica alguns nomes femininos de grandes feitos sociais ao longo do tempo tais como Joanna D'Arc, Rainhas Anna, Elizabeth e Victoria, a engenheira e matemática Carmem Velasco Portinho, no campo da medicina Nize Silveira e Itala Silva de Oliveira, no Direito trouxe Myrtes de Campos, Horminda Bastos, Alice Cardoso como representantes, assim como Bertha Lutz e Maria Lacerda Moura na política. A autora atribui o sucesso de todas as representantes à auto-educação e instrução femininas, reforçando a característica emancipatória, aproveita para justificar que “não é, porém, do nosso programa, esse estudo; constitui ele matéria para muitos volumes e o nosso tempo mal nos permitirá ligeira dissertação sobre o assunto de nossa tese: ‘A mulher na literatura’ [...]” (ANDRADE, 1929, p.24).

Ocupar a posição de escritora, para as mulheres não foi e continua não sendo tarefa fácil, no século XIX elas escrevem nos jornais e em revistas femininas, publicam obras de educação, tratados de boas maneiras, biografias de mulheres reconhecidas socialmente e romances e embora fosse uma prática que não demandasse grandes investimentos financeiros visto que “um escritor não precisa de pianos nem de modelos, nem de Paris, Viena ou Berlim, nem de mestres e amantes.” (WOOLF, 2020, p. 10) mas ainda esbarram na maternidade, dentre outras demandas que a sociedade atribuiu de forma natural à mulher.

A mulher ingressa na literatura com a escrita de romances, Maria Rita chama atenção para a diferença da escrita literária feminina da masculina, a primeira tem mais emoção, enquanto no segundo caso temos como resultado livros sem sentimentos, emoções e são descritores de natureza doentias e amores eróticos masculinos.

Por fim, a escritora justifica a escolha de alguns personagens para seu texto, alegando que delas restou atraída “[...] pelo espírito e pela cultura, mais nos atraíram a conhece-las, estuda-las e senti-las, na França, em Portugal, na Itália, na Espanha e na América Latina, especialmente no Brasil. (ANDRADE, 1929, p.24).”, sendo sua obra também uma reflexão sobre a forma que o público feminino venceu barreiras de até caminhos que nominalmente estavam abertos para elas como veremos a seguir.

Maria Rita escreveu oito capítulos, descreveu neles traços de obras femininas pertencentes à França, Portugal, Itália, Espanha e Brasil, ao longo do texto “[...] citou mais de 290 autoras ao longo da tese, oriundas de diferentes países, da Renascença à década de 1920. Sendo que entre as brasileiras e sergipanas ele identificou 140 escritoras e poetisas” (FREITAS, 2003, p.155). Desta feita, resolvemos organizar os capítulos da obra em duas subseções: Literatura Internacional e Literatura Brasileira.

3.2 A mulher na literatura internacional

O campo destinado à mulher na literatura internacional foi uma categoria criada por nós, objetivando concentrar aqui o conteúdo da obra de Maria Rita destinado à mulher na literatura internacional qual seja: Mulher na literatura Francesa, Mulher na literatura Italiana, A Mulher na literatura Portuguesa, A Mulher na literatura Hispano-Americana.

3.2.1 Mulher na literatura Francesa

Maria Rita aborda a literatura francesa partindo do século XVI e se estende até o século XX, assevera que a França teve uma lenta iniciação literária e a primeira manifestação foi o canto da poesia na obra *Canções do Gesta* que foi

[...] primeira manifestação literária laica em língua francesa, constituíam uma forma de divertimento para a aristocracia cavaleiresca dos séculos XI-XIII. Eram cantadas/recitadas em feiras, torneios, cortes principescas e acampamentos militares por jograis. Por vezes os próprios cavaleiros se punham a cantá-las para excitar a coragem antes das batalhas. Apesar do seu caráter de diversão essa poesia épica continha em suas narrativas um pensamento político baseado no ‘agostinismo’ desenvolvido nos meios clericais, o qual foi adaptado e difundido pelos líderes laicos dos diversos principados franceses, a partir do século XI. Nela estavam representadas as relações entre o monarca e seus vassalos, tanto as harmônicas quanto as conflituosas. (ARIAS, 2012, p. 35)

Aponta ainda que a França do século XVI se envolve na cultura intelectual com o governo de Francisco I, a quem chama de rei poeta, diretamente influenciado por sua irmã, Margarida de Navarra, a quem chama de Imperatriz da Inteligência.

Nascia em 1492, depois do feudalismo, viveu na corte, no reinado de seu irmão [...] **Vencendo todas as dificuldades da época, educou-se intelectualmente**, aprendeu as línguas neo-latinas e já aos quarenta anos (facto singular!) se dedicou, ao estudo grego.

Graças à influência de sua cultura e de seu espírito, **a França tomou amor às letras e aos letrados**, muito concorrendo para isso o Colégio de França. Criado por Francisco I que, com o de Coqueret, foi a principal fonte de instrução do século. (ANDRADE, 1929, p.4, grifos nossos)

Percebemos que no referido período, independentemente da classe social que a mulher ocupava ela já enfrentava obstáculos para conseguir ter acesso à educação, e assim como Lucília Villa-Lobos, Margarida influenciou diretamente uma figura masculina conhecida que brindou a sociedade da época, nesse caso, com uma grande fonte de instrução, que para Maria Rita assegurou a liberdade de pensamento, incentivando a Renascença.

A ideia sobre liberdade está expressa no trecho abaixo, que em tradução livre descreve o quanto a liberdade do corpo e da compreensão faz feliz o ser, independentemente de ser homem, pássaro ou animal.

Tout le plaisir et le contentement
 Qui peut avoir um gentil coeur honnête,
 C'est liberte de corps, d'entendement,
 Qui rend heureux tout homme, oiseaux ou bete!
 (NAVARRO, apud, ANDRADE, 1929, p.35)

Frise-se que no período em questão aconteceram grandes reformas religiosas, as ideias de Lutero e Calvino que estão ligadas ao conceito de renascimento, o ser humano passa a criticar valores, inclusive dogmáticos da idade média, de questionamento do mundo, a burguesia comercial está em pleno crescimento, fazendo o mercantilismo e se recusando a continuar pagando impostos para a igreja, a reforma protestante surge para equilibrar a questão religiosa da época, Lutero, monge agostiniano criticava a venda de indulgências²² e a simonia²³.

²² O perdão.

²³ Venda de artefatos religiosos falsificados.

A Reforma Protestante estava ligada às questões políticas, na Inglaterra foi criada a Igreja Anglicana, por Henrique VIII que, motivado por seu interesse em ter um herdeiro homem para o trono, separou da sua esposa Catarina de Aragão que havia concebido uma filha, diante da impossibilidade católica do divórcio, houve o rompimento com a igreja e posteriormente acabou casando com uma protestante, chamada Ana Bolena.

O século XVI é o século da colonização da América, em 1534, Portugal estabeleceu as capitanias hereditárias, o primeiro sistema administrativo da colônia e em 1549 foi estabelecido o governo geral, criando vilas e promovendo a exploração do território com inicialmente o plantio da cana-de-açúcar.

Já o século XVII foi marcado pela “influência da mulher na evolução intelectual se torna mais evidente, pondo em relevo essas criaturas [...] que moralizaram a linguagem e os costumes, que fizeram da França a pátria do cavalheirismo e da galantaria.” (ANDRADE, 1929, p.47) e mais uma vez os reflexos sociais positivos foram obtidos graças ao protagonismo de uma mulher, a Marquesa de Rambouillet, influente anfitriã e figura central do estilo literário das *precieuses* que consistia no “[...] primeiro salão dos muitos que na França se abriram para o entretenimento intelectual, e que tão grande e proveitosa influência tiveram na evolução literária e científica do país que se tornou o expoente máximo da intelectualidade latina.” (ANDRADE, 1929, p.38).

A autora enfatiza que foi o Hotel de Rambouillet que ensejou a criação da Academia Francesa, existente até os dias de hoje, composta por quarenta membros de notório saber no campo do idioma francês e que tem como função, regulamentar o uso, vocábulo e gramática da língua “a Academia foi uma consequência das reuniões da Rambouillet, é a Marquesa deste nome, italiana, a quem deve a França o mais alto grau de perfeição literária a que chegou” (ANDRADE, 1929, p.40) e que acabou inspirando o Brasil a criar a Academia Brasileira de Letras.

Caro leitor, importante lembra-lo que nesse período a França era uma sociedade desigual dividida em primeiro, segundo e terceiros estados, os dois primeiros eram compostos pelo clero e nobreza respectivamente, constituindo uma aristocracia privilegiada francesa e o terceiro estado era formado por trabalhadores urbanos, camponeses e a burguesia, sofriam com a tributação que os levavam a uma situação precária de vida, ao mesmo tempo que o primeiro e o segundo estado

ostentavam uma vida luxuosa. O modelo desigual gerou uma crise orçamentária na França que passou a ser também política e social.

No período conhecido pela Revolução Francesa, no século XVIII, os salões se multiplicaram: o de Mme. Lambert, Sceaux e o de Mme. Tencin frequentados por personagens como Rousseau e Fontenelle na primeira metade do século e o de Mme. Du Deffand, frequentado por Voltaire e Montesquieu durante a segunda metade do século. Os assuntos das reuniões diziam respeito à filosofia, política e o social, “a literatura feminina não teve, no século XVIII, o brilho, do anterior” (ANDRADE, 1929, p.40) a atuação feminina estava restrita, segundo a autora, aos salões enquanto anfitriãs mas na literatura não vão além da escrita das epístolas que tinham como tema os assuntos das reuniões.

No século XIX, surge a burguesia na Europa, nova classe social com o poder aquisitivo da nobreza mas com os mesmos prestígios da plebe, ela financiava navegações e comércios com outros países, os burgueses passaram então a comprar títulos dos nobres falidos e seus interesses influenciaram a revolução francesa. No contexto da arte, esta ficou mais livre, os artistas se expressavam da forma que mais lhe agradava.

O século XIX foi agitado por fortes mudanças sociais, políticas e culturais causadas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa do final do século XVIII. Do mesmo modo, a atividade artística tornou-se mais complexa. Assim, podemos identificar nesse período vários movimentos que produziram obras de arte segundo diferentes concepções e tendências. Por isso, quando estudamos a arte do século XIX, entramos em contato com movimentos artísticos muito diferentes, como é o caso do Romantismo, do Realismo, do Impressionismo, do Pós Impressionismo. (PROENÇA, 2000, p.126)

Focaremos aqui no Romantismo, movimento que se situa entre 1820 e 1850, que teve como característica “mais marcante do Romantismo, a valorização dos sentimentos e da imaginação como princípios da criação artística. Ao lado dessas características mais gerais, outros valores compuseram a estética romântica, tais como o sentimento do presente, o nacionalismo e a valorização da natureza.” (PROENÇA, 2000, p 126).

Maria Rita reconhece que o romantismo teve seu surgimento influenciado pela Revolução Francesa e que as ideias de Montesquieu e Rousseau (Rousseau???) influenciaram na organização social da época “mas não foi com Rousseau (Rousseau???) que o Romantismo nasceu e se tornou uma escola.” (ANDRADE,

1929, p. 54) e indicou Mme. de Staël, intelectual opositora das ideias de Napoleão, fruto do salão de sua mãe Mme. Necker onde conseguia participar das conversas de Rousseau, como a iniciadora do movimento romântico na literatura francesa.

O primeiro texto de Mme. de Staël foi “*De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*”, escrito em 1800, nele, “a crítica mais sincera, as imagens mais pitorescas, os pensamentos mais elevados, a linguagem simples e rica e, sobretudo, a independência de estilo, e a sociedade de formas, lhe deram a honra de firmar a transformação literária do século” (ANDRADE, 1929, p. 56) mas ele foi considerado percussor do Romantismo, o que pode ter causado um descontentamento à autora “não foi ainda o ideal de perfectibilidade desse livro que fez sucesso no mundo civilizado de então; não foram as suas ideias liberais, o seu estilo independente e original que marcaram definitivamente a era romântica.” (ANDRADE, 1929, p. 57), foram eleitas como marcos iniciais do Romantismo: *Atala* de Chateaubriand e *Delphine e Corine* de Staël.

A ideias de Staël contrárias à Napoleão fez com ela fosse banida em 1803 para uma distância de 64 km de Paris. Durante o seu período de afastamento viajou pela Alemanha e em 1819 escreveu *De l'Allemagne*, obra que retratava os costumes alemães, literatura e arte. A obra lhe rendeu perseguições por parte do governo e “que se **teve de expatriar novamente** e viu **destruída toda a edição** de seu livro, que **sua independência e coragem** fez reeditar logo após na Inglaterra” (ANDRADE, 1929, p. 57, grifos nossos).

Outros nomes vieram com a inspiração de Staël e são exemplificados na obra de Maria Rita: Mme Krüdner, Mme Cottin, Mme de Genlis, Mme. Duras, Mme Souza. Nos chamou atenção o quanto a literatura foi libertadora e benéfica para o público feminino na segunda fase do Romantismo

[...] um vulto de mulher aparece, lutando para vencer uma vida triste e indesejável, reagindo para fugir a ideia da libertação pelo suicídio, cultivando o espírito pela leitura habilmente selecionada e consegue, difundindo seus romances as vibrações se su'alma excessivamente sentimental, dar a palma da vitória a própria razão, e transformar aquela vida triste e inerte, numa colmeia de ideias e realizações, de arte e emoção, como toda colmeia núcleo de atividade proveitosa, onde todos nós, ainda hoje, vamos sugar o succulento mel espiritual que nos fornecem os seus romances naturalmente escritos e profundamente sentidos (ANDRADE, 1929, p. 64).

A França do século XX estava dividida em conservadores e reacionários, “intelectuais laicos, de um lado, católicos, de outro, defenderam a censura de obras

literárias, de exposições, de artistas” (MOLLIER,2018, p.1), as mulheres concorriam intelectualmente com os homens, contamos com Mme. Curie e as contribuições no campo da radioatividade e outras mulheres que segundo Maria Rita estavam “vencendo todos os entraves anti-feministas, saírem galardoados com a mais brilhante vitória” (ANDRADE, 1929, p. 70).

A participação feminina na literatura da França abordada por Maria Rita se contradiz com o conceito de literatura defendido pela autora já aqui abordado anteriormente, uma vez que as intelectuais elencadas na obra trabalhavam questões políticas em seus textos, diálogos e ações. Embora seja uma obra escrita em 1929, a abordagem da mulher a partir da literatura francesa, deixa a mensagem para o leitor da obra o quanto as possibilidades intelectuais da mulher são imprevisíveis e como elas podem influenciar o futuro político e social de onde elas vivem.

3.2.2 Mulher na Literatura Italiana

A sociedade italiana é vista pela autora como culta por, segundo ela, tratar bem o público feminino “a mulher italiana é hoje um real fator do progresso nacional, o que **não a priva de alimentar a mais viva fé cristã [...]**” (ANDRADE, 1929, p. 79, grifo nosso). Importante lembrar aqui que em 1929, momento em que a “these” foi escrita, os Estados Unidos enfrentavam uma crise que posteriormente afetou o mundo inteiro, a Itália, estava sob o governo fascista de Benito Mussolini, que no mesmo ano assinava o Tratado de Latrão, que dava total autonomia para o Vaticano e tornava o catolicismo a religião oficial da Itália. A crise de 1929 afetou o país, fazendo com que Mussolini iniciasse seus planos imperialistas, buscando novos mercados consumidores e aumentando sua influência em outras regiões.

Importante salientar que o fascismo tem como características o nacionalismo exagerado, o antiliberalismo e a contrariedade ao sistema democrático, para Mussolini, as pessoas deveriam estar organizadas sob domínio de um Estado autoritário, somente assim a Itália poderia regressar aos seus tempos de glória, retornando a ser um Império Romano. Podemos elencar o fim da luta de classes como um dos objetivos do fascismo, o Estado passaria então a mediar os conflitos entre patrões e funcionários, ou seja, um sistema corporativista e para isso o apoio da igreja católica era essencial.

Notamos o quanto o a religiosidade era forte e relevante politicamente na época, o que foi ressaltado por Maria Rita que não deixou de reconhecer o talento de

Amalia Guglielmetti, escritora que foi educada em colégios religiosos, iniciou a escrever em folhetins dominicais, partindo posteriormente para a escrita de romances e peças de teatro mas seu “estilo todo seu, uma independência admirável, impondo-se pela fortaleza e convicção de suas ideias muitas vezes já condenadas pela Igreja” (ANDRADE, 1929, p. 85).

Não devemos esquecer que a autora optou falar sobre algumas mulheres dentro da história da literatura com quem ela se familiarizava de alguma forma, e como jornalista, trouxe para o leitor as contribuições de Margherita Sarfati, jornalista italiana, filha de advogado judeu, que para Maria Rita, vinha contribuindo com a sociedade ao estudar problemas sociais e divulgar suas reflexões de forma rápida.

A autora não deixa de olhar para aquelas que contribuíram com seus textos para o que ela chama de desenvolvimento da língua, essa característica estava presente em textos das escritoras que conseguiam “no exprimir as paixões humanas e no traduzir por palavras o sentido das coisas” (ANDRADE, 1929, p. 82), elenca no as contribuições de Vittoria Colonna no século XVI, que deu continuidade à escola dos salões da França, na Itália, também foi escritora reconhecida pela “poesia e, das suas produções se destacam os sonetos, cantos de amor e saudade ao Marques de Pescara, que morreu deixando-a viúva em plena mocidade” (ANDRADE, 1929, p. 80), outras também foram reconhecidas por seus textos como: Elvira Simonatti Spinelli, Margherita Colleno, Bianca de Maj e Grazia Deledda, as duas últimas ganhadoras dos prêmios Trenta de literatura e o Nobel de Literatura respectivamente.

Por estarmos vinculados ao campo da educação e por Maria Rita também ter sido educadora, nos chamou atenção o foco educacional na trajetória de duas autoras abordadas na obra: Ida Bancini e Anna Vertua Gentile. A primeira, que no início da carreira dividia a escrita com a sala de aula de uma escola primária na cidade de Florença, publicou seu primeiro livro infantil, *Memorie di un pulcino* (em tradução livre: “Memórias de uma garota”) em 1875 e depois da sua gestação passou a seguir integralmente a carreira literária “escreveu obras de educação, foi um espírito afeito à convivência infantil” (ANDRADE, 1929, p. 91).

Anna Vertua Gentile, por sua vez, se dedicou a escrever histórias infantis, romances, contos e peças curtas para crianças, se dedicando especialmente a esse cenário. Nesse sentido, Maria Rita chama atenção para a necessidade da instrução infantil e atribui à mãe essa responsabilidade, ficando a cargo da Literatura infantil preencher essa lacuna quando tornar-se inviável:

[...] assim o cremos, em que as mães, melhor instruídas e educadas, compreenderão que devem ser elas as primeiras educadoras dos filhos, que precisam da mais sólida cultura para não entregarem a estranhos a formação intelectual daqueles a quem deram o ser e educa-los de modo que possam as próprias crianças revelar aos de sua idade as mil travessuras, os trêfegos pensamentos, as aspirações e impressões multiformes da infantilidade. Todavia, enquanto isto não sucede, espíritos originais e abnegados como de Ana Vertua Gentile, vão preenchendo a lacuna, escrevendo para os pequenitos (ANDRADE, 1929, p. 84)

Conseguimos ver aqui já um movimento de mudança do papel da mulher na sociedade italiana, utilizando a literatura como ponto de partida, saindo do ambiente doméstico para o público através do trabalho, percebemos que os resultados são diversos, elas passam a ganhar prêmios de reconhecimento do trabalho, a direcionar a escrita para o público infantil, para a informação.

3.2.3 Mulher na Literatura Portuguesa

Sobre a Mulher na Literatura Portuguesa, Maria Rita evidencia a participação literária delas em dois momentos: a Renascença e no Romantismo, neste último, mais recente dos dois momentos artísticos citados, já caracterizado anteriormente, a corte portuguesa havia se transferido para o Brasil dando início a um trabalho de reestruturação do país.

A autora indica como representantes femininas do Romantismo: D. Leonor de Almeida, escritora conhecida por usar pseudônimos; D. Cláudia de Campos, autora de *Elle*; D. Maria Amália Vaz de Carvalho, autora de dissertações biografias, casada com poeta brasileiro Gonçalves Crespo; D. Virginia de Castro e Almeida, escritora de alguns livros destinados à economia doméstica e D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, professora da Universidade de Coimbra.

Já na Renascença (meados do século XV e final do século XVI), o homem passa ser protagonista, a razão humana passa a ser mais explorada pela ciência e pelas artes, os prazeres materiais e sensoriais são sobrepostos, surge o sentimento de otimismo para os europeus e nesse período “a evolução intelectual surgiu e tomou incremento em Portugal” (ANDRADE, 1929, p. 94). Apesar dessas características, a autora chama atenção para os feitos na literatura de Soror Mariana Acoforado, freira de Beja, encaminhada à igreja muito jovem por decisão seu pai, se apaixona por um comandante de um regimento francês escreveu “cinco cartas luminosas [...] nessas

cartas de amor, onde su'alma, sua imaginação se transfudiram a mais pura e virginal beleza" (ANDRADE, 1929, p. 97).

Nesse período, marcado por muitas mudanças na cultura e sociedade, Luís de Camões é um nome conhecido por nossa doutrina mas junto a ele, Maria Rita reconhece a importância da atuação de D. Maria, filha de D. Manuel I e de D. Leonor de Áustria, anfitriã de reuniões acadêmicas ocorridas em sua residência, frequentada por diversos intelectuais e artistas da época, dentre eles o próprio Camões, o formato dos salões franceses se repetia também em Portugal.

As reuniões seguiam sendo frequentadas pelo público feminino, a autora elenca Publia Hortensia de Castro, escritora, doutora em filosofia pela Universidade de Coimbra, "deixou cartas, poesias portuguesas e latinas, tendo sido elemento de significativa influencia na evolução literária" (ANDRADE, 1929, p. 95) e Paula Vicente, compositora de peças de teatro, filha de Mecília Rodrigues e Gil Vicente, poeta considerado primeiro dramaturgo português.

Nos chama atenção a crítica tecida pela autora sobre a vida da também escritora e frequentadora de reuniões D. Luisa Sigéa, poetisa, enviada por seu pai para a corte da rainha D. Catarina junto com sua irmã Ângela Sigéa, como moças de câmara, onde serviam a infanta D. Maria de Portugal, irmã do rei, dedicavam-se à escrita e música mas Luisa "pelos seus vastos conhecimentos literários e linguísticos, como mestra da infanta, cargo esse que deixou, porque aos loiros com que cobriam seu nome como intelectual correspondiam vencimentos insuficientes para a vida" (ANDRADE, 1929, p. 96). A falta de reconhecimento salarial ainda é um fantasma que assombra as relações de trabalho da mulher nos dias de hoje, distanciando o público feminino da autossuficiência econômica libertadora que tanto Simone de Beauvoir defendeu.

As mulheres conquistaram mais direitos em relação a salários e cargos como resultado de protestos feministas, mas isso não eliminou completamente a discriminação por gênero. Hoje, em várias salas de aula de faculdades, estudantes, tanto mulheres quanto homens, argumentam que o movimento feminista já não é relevante, uma vez que as mulheres agora têm igualdade. Eles e elas nem sabem que, em média, a maioria das mulheres ainda não recebe salário igual para função igual, que para nós ainda é provável receber US\$ 0,73 para cada US\$ 1 que um homem recebe. (HOOKS, 2020, p.82)

Ora, o trabalho por si só não é capaz de libertar a mulher da dominação masculina, elas podem aderir o pensamento feminista, objetivarem a libertação, mas ainda estão presas economicamente ao patriarcalismo,

O que, infelizmente, ainda hoje, em pleno século XX, soe acontecer em quase todo mundo civilizado: quando uma mulher sobressai pelo talento, pela cultura, energia de vontade e capacidade de trabalho, cobrem-na de elogios e...só... como se a mulher vivesse de lisonja e não tivesse, muitas vezes, todos os encargos de família que precisam ser providos com os proventos de seu talento e de seu trabalho. (ANDRADE, 1929, p.96)

A autora fala direcionado para as mulheres capacitadas que não recebem um retorno financeiro condizente com a sua preparação no cenário educacional, hoje essas são grupos de mulheres privilegiadas que tiveram acesso a empregos satisfatórios que possibilitam a autossuficiência econômica que todas merecem, nesse sentido, para aquelas que não conseguem ter esse privilégio, “desmanchar o sistema de assistência social em nossa sociedade privarão mulheres pobres e indigentes do acesso às necessidades mais básicas da vida: abrigo e comida” (HOOKS, 2020, p.85).

Assim, autossuficiência econômica como instrumento de liberdade feminina é uma pauta social que reforça, ainda nos dias atuais, a necessidade de informar os homens que as mulheres não são suas inimigas no mercado de trabalho.

3.2.4 Mulher na Literatura Hispano-Americana

No capítulo denominado “Mulher na Literatura Hispano-Americana”, o foco de Maria Rita é direcionado para o uso da língua espanhola nas obras de representantes femininas na Espanha, na Península Ibérica e na América Latina “o espírito espanhol tem produzido joias de arte literária, tesouros de filosofia, educação, ciência e civismo” (ANDRADE, 1929, p. 106).

Na Espanha, ganhou destaque Santa Tereza de Jesus, também conhecida como Santa Teresa de Ávila, freira carmelita canonizada em 12 de março de 1622, escritora, fundadora de vários conventos com uma rígida forma de vida, trabalho e silêncio, foi eleita pela autora como fenômeno social por sua vida e obra.

A autora caracterizou a sentimentalidade uma característica da arte literária feminina da Península Ibérica, reforçando em mais um tópico da obra a sensibilidade como atributo natural feminino mas que nesse caso, junto com a “inteligência e a atividade femininas se vem afirmando na Espanha, **prometendo um melhor futuro à pátria de Santa Teresa, porque quando o homem e a mulher produzirem igualmente pelo progresso social, outros, muitos outros, serão os destinos da humanidade**” (ANDRADE, 1929, p. 109, grifos nossos).

Na América Latina, Maria Rita elegeu alguns nomes de mulheres contemporâneas da literatura: Juana Ibarbourou (Uruguai), Raquel Sáenz (Uruguai), Gabriela Mistral (Chile), Delmira Agustini (Uruguai), Maria Eugenia Vaz Ferreira (Uruguai), Luisa Luisi (Uruguai) e Afonsina Storni (nascida na Suíça, foi morar na Argentina com 4 anos de idade).

Das sete mulheres citadas, todas se dedicaram à escrita principalmente de poesias, exceto Gabriela Mistral, Maria Eugenia, Luisa Luisi e Afonsina Storni que cumulavam essa tarefa com a dedicação às salas de aula mas todas são consideradas na obra como “personalidades mentais inconfundíveis que elevam sobremodo a capacidade intelectual espanhola, manejando com elegância e simpleza a língua” (ANDRADE, 1929, p. 108).

As contribuições dessas mulheres vão além da contribuição do desenvolvimento da língua espanhola através dos textos, Gabriela Mistral, pseudônimo escolhido por Lucila de María del Perpetuo Socorro Godoy Alcayaga, foi poetisa que retratava em seus textos o amor, dor e mágoa, além disso era educadora, diplomata e feminista, foi a primeira escritora latino-americana a receber o prêmio Nobel de Literatura de 1945.

As contribuições de Gabriela Mistral e Delmira Agustini foram vistas de formas distintas pela autora que afirmou ser “mais dignificante que a mulher se deixe absorver na *Desolacion de Gabriela Mistral que nos Astros e Abysmos de Delmira Agustini*” (ANDRADE, 1929, p. 112). Ora, enquanto a primeira tratava em seus textos de amor, dor e mágoa, Delmira Agustini também se dedicou à poesia, se especializou em sexualidade feminina e retratava as imagens sexuais em seus textos, em uma época em que o mundo estava dominado por homens.

Afonsina Stori também foi reconhecida por seu trabalho na época “conquistando primeiro lugar no concurso municipal de Buenos Aires” (ANDRADE, 1929, p. 113) em que pese também dividisse seu tempo exercendo seu papel enquanto operária, atriz e professora.

Assim, o mesmo texto que inicia lamentando que até aquela época as pessoas não se dedicavam a aprender o espanhol, que valoriza a utilização da língua de forma correta nas expressões literárias e critica o modo individualizado de expressão nessas obras, não leva em consideração que cada autora se expressava, de formas distintas em períodos históricos bem próximos, influenciadas por questões pessoais e sociais que não invalidam suas contribuições para a sociedade como um todo.

3.3 A mulher na literatura Brasileira e Sergipana

O campo destinado à mulher na literatura Brasileira e Sergipana foi uma categoria criada por nós, objetivando concentrar aqui o conteúdo da obra de Maria Rita destinado à mulher na literatura nacional e Sergipana, que na obra são capítulos distintos que totalizam 46 páginas.

3.3.1 A Mulher na Literatura Brasileira

A educação e instrução feminina foram de fundamental importância para o desenvolvimento da escrita, o que para muitos da sociedade significava fugir das suas obrigações matrimoniais. Podemos ainda informar que durante muito tempo a educação não era para todos, poucas eram as instituições escolares, e as existentes eram exclusivas para os homens, as poucas mulheres alfabetizadas eram de famílias ricas que poderiam pagar por um tutor, e mesmo educadas, prevalecia a ideia de que elas tinham que aprender corte e costura, culinária e outras atividades para enfrentarem o casamento.

A sociedade patriarcal impedia que as mulheres participassem da política e expressassem suas ideias, o que impedia a divulgação dos seus escritos. Foi defendendo a igualdade da participação na vida pública que Maria Rita iniciou o capítulo destinado às mulheres na literatura brasileira, para ela, ambos possuem capacidade e podem competir na vida pública desde que devidamente instruídos e educados.

No cenário brasileiro, a autora denuncia a insuficiência da educação feminina que pudesse proporcionar essa igualdade de participação, o que refletia profissionalmente no público feminino dificultando seu crescimento profissional.

No Brasil, em verdade, no que tange às manifestações intelectuais, levada em **conta a insuficiência da educação e instrução femininas**, a hostilidade do **meio que nem sempre permite à mulher a natural expansão do espírito**, o **homem e a mulher se equivalem em inteligência**. E a literatura brasileira tem na mulher, como reconheceu o grande cientista e literato Dr. Sylvio Romero, **um real fator de sua magnitude**. (ANDRADE, 1929, p.121, grifo nosso)

No Brasil, a publicação dos escritos femininos iniciou no século XIX, no Romantismo, a primeira a publicar foi Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-1863), pioneira que usou a ficção para debater ideias feministas o seu livro, “Diálogos” defendia a participação feminina nos assuntos nacionais principalmente os que envolviam questões políticas.

Em que pese a importância de Ana de Barandas, Maria Rita iniciou a tratar do cenário feminino literário brasileiro por D. Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça (1896-1971), poetisa brasileira, tradutora e feminista carioca, foi eleita primeira presidente da União Nacional dos Estudantes e primeira mulher membro de um tribunal eleitoral do país. Segundo a autora, ela “tirou do ostracismo em que jaziam vários nomes femininos que ilustraram as letras nacionais, vamos viver um pouco com as almas das nossas antepassadas que nos legaram algo de seus espíritos nas suas produções artísticas” (ANDRADE, 1929, p.121).

Devemos lembrar ao leitor que o critério de escolha dos nomes femininos tratados na “these” foi justificado por Maria Rita devido a similitude com sua vida, como já apresentamos anteriormente, nesse sentido, acreditamos que a autora optou por iniciar a escrita por Anna Mendonça pela semelhança desta na defesa dos direitos das mulheres já que ela também atuou em iniciativas promovidas pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e dentre outras contribuições participou da associação Damas da Cruz Verde que posteriormente criou a maternidade Pro Matre.

A autora reconheceu a importância das poetisas Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira (1759-1819), Ângela de Amaral Rangel (1725-data do falecimento desconhecida) e Delphina Benigna da Cunha (1791-1857), nos séculos XVIII e XIX

Barbara Heliodora Guilhermina da Silveira, que sentiu em Minas o movimento da Inconfidência e se tornou heroína e mártir do amor e da pátria, **Ângela de Amaral Rangel**, a poetisa cega, que foi não obstante esse mal irremediável, um grande espírito, e manejou igualmente bem o espanhol e o português; **Delphina Benigna da Cunha**, que já no século XIX, também privada desse órgão imprescindível que é a visão, viveu incontentada, chorando a sua desgraça em versos profundos e expressivos (ANDRADE, 1929, p. 122)

Bárbara da Silveira, além de poetisa, foi ativista política brasileira envolvida na Inconfidência Mineira em virtude do seu casamento com o Inconfidente Alvarenga Peixoto, um dos principais articuladores do movimento. Ângela Rangel apesar de deficiente visual desde seu nascimento, foi escritora e poetisa, única mulher a participar da Academia dos Seletos, na cidade do Rio de Janeiro.

Delphina da Cunha, por sua vez, escrevia poemas aos doze anos de idade quando já estava alfabetizada com base em uma educação vinculada à cultura clássica e portuguesa, o que encaramos como desafiador diante da sua deficiência

visual desde que tinha um ano e oito meses de vida, vista por Maria Rita como “uma alma precocemente desgraçada, que viu apenas vinte vezes a lua, nessa existência de um gênio manietado pelo mais cruel dos destinos” (ANDRADE, 1929, p. 123).

O patriotismo esteve presente no capítulo em análise pelos nomes de D. Lourença de Tavares Holanda (século XVII) e D. M. Clemencia da Silveira Sampaio (1789-1862). Em que pese ambas viverem em tempos históricos distintos, ambas eram escritoras, a primeira viveu no século XVII, era senhora de engenho, contou com dois irmãos envolvidos na Guerra dos Mascates ela esteve “com os que sofrem, para dar sempre a sua mão amiga aos desgraçados, tornando-se, junto aos próceres do governo português, a defensora dos nossos patrícios encarcerados por ordem desse governo” (ANDRADE, 1929, p. 122). Maria Clemência foi a pioneira da escrita poética no estado do Rio Grande do Sul, “primeira épica, compôs e declamou versos patrióticos” (ANDRADE, 1929, p. 123), sua escrita glorificava a Casa Imperial mas também aproveitava a oportunidade para manifestar reivindicações da província.

As mulheres acabaram conquistando mais espaço no cenário das letras na virada do século XIX para o XX, a primeira jornalista profissional do Brasil foi Narcisa Amália (1858-1924), trabalhou na luta por direitos e valorização das mulheres, mas seus ideais não refletiram em seu livro de poesias que seguiu o estilo do romantismo.

No cenário do jornalismo brasileiro, Maria Rita trouxe como representantes D. Maria Luisa Duarte “professora, colaboradora de revistas e jornais” (ANDRADE, 1929, p.125) e D. Anna Theophila Filgueiras Autran (1856-data de falecimento desconhecida), estreou com dez anos na literatura, pressupondo uma educação precoce “maravilhosa precocidade, que foi poetisa e jornalista” (ANDRADE, 1929, p.124), importante mencionar que produziu série de artigos publicados no Diário da Bahia entre 15 de julho a 15 de novembro de 1871 com tema voltado à mulher e a literatura.

No campo da educação, Nísia Floresta (1810-1885) foi destaque na obra, “foi escritora, poliglota e filósofa, tendo mantido com Augusto Comte, que muito influenciou na formação de seu espírito, valiosíssima correspondência. Deixou livros em francês, italiano e português.” (ANDRADE, 1929, p.127) dentre as contribuições, podemos citar que em 1847 foi publicada a obra “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens” ela se baseava na ausência de vaidade pelas mulheres, no cristianismo e na obediência aos pais, mesmo assim, ela trouxe à tona em sua obra todas as imposições e

dificuldades que as mulheres encontravam dentro do ambiente doméstico. Chegou a fundar uma das primeiras escolas só para mulheres na cidade do Rio de Janeiro.

Vários são os nomes femininos que podemos indicar a contribuição no cenário educacional, Maria Firmina dos Reis (1822-1917) é um desses que não pode ser esquecido, nascida em São Luís do Maranhão, foi criada por uma tia após o falecimento de sua genitora, estudou, nunca casou-se, foi professora, e após a aprovação em concurso público foi lecionar na cidade de Guimarães onde faleceu cega e pobre.

Maria Firmina contribuiu ativamente com a imprensa, escrevendo crônicas, ficções curtas e até mesmo enigmas e charadas, lutou ativamente pela abolição da escravidão e contra a desigualdade social em sua época, depois que se aposentou em 1880 acabou abrindo a primeira escola mista para moças e rapazes que também funcionava no Maranhão e que foi fechada após dois anos de funcionamento. Na literatura, ela fez algumas publicações, dentre elas “A escrava” com a temática abolicionista e posteriormente o livro “Ursula” (1859), primeiro romance abolicionista do Brasil e primeira obra publicada por uma mulher negra na América Latina, que apesar de ter uma protagonista branca, nos moldes das heroínas do romantismo, apresenta três personagens negros (Túlio, Mãe Suzana e Antero) que retratam, de forma fiel, a situação dos afrodescendentes da época, é na voz desses personagens que são feitas muitas críticas e reflexões sobre a questão da escravidão e da abolição.

No contexto abolicionista, Maria Rita trouxe D. M. Amelia de Queiroz (século XIX), professora “propagandista excelsa da abolição” (ANDRADE, 1929, p. 127), fez parte do grupo de fundadoras da Ave Libertas, associação composta por mulheres que lutava contra a escravidão.

Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), foi um outro nome ligado à educação presente na obra, ela foi a primeira escritora a publicar livros infantis no Brasil, também escreveu peças de teatro e foi cortada do grupo que idealizou a Academia Brasileira de Letras mesmo seu nome estando incluso na lista dos primeiros imortais, foi substituída na oportunidade por seu esposo, tendo em vista que os demais componentes da Academia acreditavam que o Brasil deveria seguir os moldes da academia francesa, que contava apenas com homens entre seus imortais, o que durou no Brasil até 1977, quando Rachel de Queiroz (1910-2003) se tornou a primeira mulher escritora a ocupar uma vaga.

Os romances, contos e novelas de Julia Lopes eram lidos por todo o país “com louvores os mais justos e sinceros [...] a obra de Julia Lopes, mesmo quando ela só quer fazer literatura, é semente de educação moral e social” (ANDRADE, 1929, p.138) e seu monólogo denominado “Elles e Ellas” “é, em geral, o casamento atual nesse período de transição em que o homem procura se manter senhor absoluto e a mulher se debate para lhe ser igual na vida pública e particular, com os mesmos direitos e deveres morais e sociais” (ANDRADE, 1929, p.138).

Defensora da criação de uma Academia Feminina de Letras, integrante da Academia de Letras de Manaus e defensora do voto feminino, Albertina Bertha de Lafayette Stockler (1880-1953) é lembrada na obra de Maria Rita como autora de sucesso por suas contribuições agradarem o público masculino, foi colaboradora dos jornais: O Jornal, Jornal do Comércio, O País, O Malho e Anoite e da revista literária feminina Panóplia.

Reconhecemos que possui a escritora todos estes predicados; desejaríamos, apenas, que este seu estilo tão pessoal, embora fazendo menos sucesso, viesse em auxílio do alevantamento moral da nossa sociedade, que espera da mulher, principalmente da mulher de talento, o tônico renovador que a fará transpor sem mais quedas este momento transitório e chegar a esse futuro melhor que auguramos, em que todos se entenderão, homens e mulheres, pela igualdade de instrução e educação, de direitos e deveres, pela igual pureza de sentimentos e de vida. (ANDRADE, 1929, p. 141)

No começo do século XX, dentro do movimento simbolista, que buscava despertar sensações através dos versos, surge a carioca Gilka Machado (1893-1980) que se tornou a primeira mulher a escrever e publicar poesia erótica no Brasil, o que pelo ponto de vista feminino podemos considerar como uma libertação do conservadorismo, que proibia as mulheres de sentirem prazer no sexo.

REMEMORANDO

Sob o céu, sobre o mar, dentro de um profundo
Silêncio de ermo, em meio às rochas nuas,
Aninhamos na noite, como duas
Aves, ébrias de nós, longe do mundo.

Em teus olhos de treva ardiam luas
Errava um cheiro, não sei de onde oriundo:
E minhas mãos, de tuas mãos no fundo,
Tinham desejos de morrer nas tuas...

Sangrando luz, pendendo a trança flava,
Uma estrela do além se despenhava...
Sorríste olhando-a, entristeci-me em ve-la.

Com a alma em fogo pela noite fria,
 Em vertigens de amor eu me sentia
 Rolar no abismo, como aquela estrela...
 (MACHADO apud ANDRADE, 1929, p. 146).

Foi com sua obra que Gilka Machado foi premiada em 1922 pela Academia Brasileira de Letras, além disso lutou muito na esfera política pela valorização das mulheres, sendo uma das principais defensoras do direito ao voto feminino nas eleições públicas.

Muitos são os nomes de escritoras brasileiras inseridas no capítulo em questão, que segundo a autora “enriquecem as letras pátrias com o fulgor de seu talento e o brilhantismo de suas penas respeitáveis”(ANDRADE, 1929, p. 131), podemos enumerar algumas tais como Inês Sabino de Pinho Maia, Maria Clara da Cunha Santos, Adelina Lopes Vieira, Julia Cortines Laxe, Elisa Abreu, Maria Eugenia Celso, Julia Lopes de Almeida, Iracema Guimarães Vilela, Francisca Bastos Cordeiro, Iracema Guimarães Vilela, Leonor Posada, Auta de Sousa.

Poetisa brasileira da segunda geração do romantismo, Auta de Sousa (1876-1901) foi autora de “Horto”, “a órfã, mirrada pela doença, que cedo a fez sucumbir. Teve uma existência triste, e viveu sempre a dar expansão a essa melancolia, nos seus versos, onde se vê de continuo a preocupação com a morte” (ANDRADE, 1929, p. 128) sua obra é marcada pela religiosidade, orfandade, morte trágica dos seus pais, irmão e seu amor João Leopoldo da Silva Loureiro pela tuberculose.

Não és? Minh'alma é como a pena branca,
 Que o vento amigo da poeira arranca
 E vai com ela assim, de ramo em ramo
 Para um ninho gentil de gaturamo...
 Leva-me, o coração, com esta pena,
 De dor em dor, até a paz serena.
 (SOUSA apud ANDRADE, 1929, p. 128).

A autora reconhece que várias são as intelectuais que brindam a população com seus trabalhos literários, “devemos mesmo ter cometido alguma injustiça, esquecendo nomes que, obscurecidos pelo excesso de modéstia, pelo pudor de aparecer, de sobressair na vida pública e intelectual, que, infelizmente não chegaram até nós e ficaram esquecidas com suas próprias produções” (ANDRADE, 1929, p.132), aproveitamos o ensejo para trazer alguns nomes junto com suas contribuições que nos inspiram:

- Tarsila do Amaral (1886-1973) e Anita Malfatti (1889-1964) foram protagonistas da Semana de Arte Moderna, importante salientar que nenhuma mulher participou da parte literária do evento em 1922.
- Rachel de Queiroz (1910-2003), nascida no Ceará e é uma das principais representantes do Neorrealismo, que por meio do regionalismo denunciava a situação das classes sociais menos favorecidas no interior do país, o primeiro livro foi publicado foi “O quinze” e retrata uma grande seca que assolou seu estado no ano de 1915.
- Carolina de Jesus (1914 – 1977), catadora de materiais reciclados, viveu durante muito tempo em uma favela em São Paulo, entre 1955 e 1960 ela fez várias anotações em cadernos que ela encontrava no lixo e essas anotações deram origem à obra chamada “Quarto de Despejo”, obra traduzida em vários idiomas e a lançou à categoria de grandes autoras da literatura brasileira.

Nos chama atenção o campo da pesquisa abordado nesse capítulo através de Esther Ferreira Viana “que estuda a literatura popular e o Folk Lore brasileiro, muito vem sobressaindo como prosadora e poetisa” (ANDRADE, 1929, p. 141) e em especial Maria Junqueira Schmidt, educadora, historiadora e escritora brasileira que viveu no início do século XX, suas obras, em especial “a publicação de Amelia Luchtemberg – a segunda Imperatriz do Brasil e parece nos promete desvendar, com sua vida de estudiosa da nossa história, grande número de vultos dignos hoje esquecidos” (ANDRADE, 1929, p. 140) evidenciando, portanto, já a sua contribuição no campo da História das Mulheres.

Levando-se em conta o que foi apresentado e observado, visualizamos que para Maria Rita, todo o tipo de contribuição intelectual feminina é de relevância para a sociedade e por meio de algumas representantes, defendeu que “hoje, a mulher brasileira tem representantes dignas da mentalidade de um povo culto e civilizado” (ANDRADE, 1929, p. 132), tendo em vista que o mundo da contemporaneidade da autora passou a exigir que os atributos femininos não se restringissem apenas ao campo da beleza, mas que conseguissem alcançar também o intelecto e nesse sentido conseguimos ver a educação feminina como instrumento de promoção de justiça social e igualdade humana.

3.3.2 A Mulher na Literatura Sergipana

Sergipe, menor estado da Federação, “havia sido palco de revoltas tenentistas na década de 1920, passou também a ser governado por antigos revoltosos. Depois de um breve período de governos provisórios, viveu-se o tempo das interventorias, interrompido por um interregno de dois anos e meses de governo constitucional” (DANTAS, 2012, p.17). No contexto do recorte aqui já estabelecido, é pertinente situar o leitor sobre a administração sergipana de 1929, de Manoel Correia Dantas iniciada a partir de 1927 e finalizada com a Revolução de 1930, nesse período, “os grupos oligárquicos que controlavam a sociedade política sob a chefia de religiosos, civis e militares enquadravam- -se na ideologia e nos interesses materiais da classe dominante, organizando-a sob a hegemonia da fração ligada ao açúcar” (DANTAS,2012, p.25).

A participação dos militares no governo de Manoel Dantas foi importante para o entendimento entre o tenentismo sergipano e a oligarquia agrária, relação que durou até a Revolução de 1930 quando o tenente Augusto Maynard Gomes, tomou posse no cargo de governador provisório (16 de novembro de 1930), passando posteriormente a interventor do Estado em (19 de dezembro de 1930), o que desagradou a classe dominante, visto que a mesma passou a se sentir menos vinculada ao poder, assim, de um modo geral.

Num primeiro momento (1930-35), uma política com raízes no **movimento tenentista da década de 1920 apresentou tendências inovadoras**, caracterizadas **através de práticas reformistas**, na medida em que estiveram voltadas para **a extensão e modernização do aparelho de Estado e para a defesa de interesses parciais dos trabalhadores urbanos**. Enquanto o **Estado adquiria certa autonomia em face da classe dominante, especialmente a fração açucareira** que perdeu o controle hegemônico, **a sociedade civil, que foi se tornando mais dinâmica e participante, estimulou esse mesmo Estado a assegurar o direito à sindicalização, bem como a liberdade de suas manifestações, inclusive o direito de greve**. (DANTAS,2012, p.229, grifos nossos)

No campo da educação, importante mencionar a importância do movimento pela sindicalização, quando em Junho de 1931, na cidade de Aracaju, foi organizado pelo primeiro sindicato operário de Aracaju uma reunião que contou com a presença de alguns auxiliares do governo, Manuel Cruz (na qualidade de bom patrão), Costa Filho (consultor jurídico dos Operários), escreveu posteriormente sobre as questões e interesses surgidos durante a reunião para Augusto Maynard, que assim respondeu:

Acuso com especial agrado, o recebimento de sua carta apresentando moção de apoio e solidariedade ao meu governo, votada pelos operários desta capital, que ora promovem organização do 1º sindicato sergipano, nos moldes de Dec. 19.770 de 19 de março, expedido pelo Governo Provisório da República. Peço-lhe significar aos dignos operários que firmam aquele documento, como aos companheiros de classe por ele representados, não só o quanto me sensibilizou essa manifestação de sua bondade como a disposição em que me encontro de prestar amparo oficial de que carecem para a realização do seu nobre desiderato. **Diga-lhes igualmente que o bem-estar do proletariado da minha terra constitui uma das minhas preocupações de governo. Como demonstração concreta dessa assertiva, queira anunciar-lhes que em breve prazo empreenderei a construção de um abrigo infantil à Av. Independência que é o centro da maior população obreira da capital. Essa instituição terá por objetivo prestar assistência a menores, filhos de operários, durante as horas de trabalho nas fábricas e nas oficinas, fornecendo-lhes alimentos e administrando-lhes ali educação e instrução absolutamente gratuitas.** Como esta, outras obras de utilidade e proveito para o operariado pretendo realizar, desde que tanto permitam as possibilidades financeiras do Estado. (MAYNARD apud DANTAS, 2012, p. 101, grifos nossos)

Através do assistencialismo demonstrado no texto escrito por Maynard, podemos ver que por meio da educação, o governo “indica uma atenção aos trabalhadores que não encontrou precedentes nos governos anteriores. Porém o que se foi tornando mais importante aos trabalhadores foi o respaldo político em sua luta pelo cumprimento da legislação social, estimulando a organização.” (DANTAS, 2012, p. 101) a interventoria passou a prestigiar as cerimônias dos trabalhadores, sempre discursavam no sentido de apoiar a causa dos trabalhadores de modo que a legislação trabalhista não ficasse apenas no papel.

No pleito de 1934, a educação fez parte do programa do Partido Aliança Proletária de Sergipe ao se comprometerem pleitear junto aos poderes públicos, a educação dos seus filhos e dos operários em geral, com criação de escolas e institutos profissionais destinados a eles.

O cenário mudou com a saída de Maynard do poder, prefeitos do interior do Estado foram demitidos junto com membros de Conselhos Consultivos, delegados, integrantes de comissões de ensino “vale a pena notar que a máquina burocrática foi ampliada. Novos serviços foram atribuídos ao Estado, inclusive na área da saúde, educação, transporte etc. Com a criação do Departamento de Estatística, construía o Estado condições no sentido de inteirar-se melhor de sua realidade” (DANTAS, 2012, p. 140).

O ensino misto não era muito bem visto, não é muito bem vista pela sociedade apesar de ser uma alternativa mais econômica que oportunizava também o exercício feminino enquanto profissionais da educação mas, “tendo em vista os riscos de aproximação entre os sexos, esta medida acaba sendo adotada muito mais por questões econômicas e em escolas localizadas em municípios distantes da capital e dos centros urbanos mais importantes.” (FREITAS, 2003, p.180).

Nesse cenário, que em 1929, Maria Rita inaugura o último capítulo da sua obra que diz respeito à literatura feminina em Sergipe, já denunciando que embora homens e mulheres tenham as mesmas faculdades mentais, para as mulheres, “acontece, porém que a sua educação, até pouco, não lhe permitia desenvolver essas faculdades; para os nossos, a compreensão e educação da mulher não podia nem devia ultrapassar as necessidades materiais do lar; não lhe permitiam o direito de cultivar o espírito” (ANDRADE, 1929, p. 153), a necessidade de uma educação feminina estava vinculada à “modernização da sociedade, À higienização da família e à formação dos futuros cidadãos. A ênfase na escolarização feminina vinculava-se à função social de educadoras dos filhos” (FREITAS, 2003, p.180).

Novos conceitos científicos foram introduzidos na educação feminina através da criação de novas disciplinas “nos cursos normais já existentes e em cursos específicos recém-criados, novas disciplinas foram incluídas nos currículos, tais como: puericultura, psicologia e economia doméstica” (FREITAS, 2003, p.180). O acesso ao ensino superior passa a ser regulamentado pelo Código de Ensino Epiácio Pessoa (1901) e no tocante ao ensino profissionalizante, Sergipe passa a receber mais alunas nas instituições durante as duas primeiras décadas: Escola de Aprendizes e Artífices (1910), Escola de Comércio Conselheiro Orlando (1923), Liceu Profissional Coelho e Campos (1923) e Instituto de Química Industrial (1926).

Várias foram as tentativas de implantação do ensino superior neste período, em Sergipe, no entanto, todas foram muito efêmeras, como por exemplo, a Faculdade de Direito inaugurada de forma solene e festiva em 1925, não obteve a equiparação e acabou por não vingar; a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1926) que receberia alunos de ambos os sexos, também durou apenas um ano. Apenas da década de 40, é que as primeiras faculdades serão implantadas de forma isolada, sendo posteriormente aglutinadas para instituir a Universidade Federal de Sergipe, em 1968. (FREITAS, 2003, p.181)

Nesse sentido, sem fazer referência a algum movimento literário, a autora nos apresenta alguns nomes de intelectuais sergipanas do sexo feminino, a primeira delas foi a professora da Escola Normal, Penélope Magalhães dos Santos (1886-1982),

Natural de Laranjeiras, [...] onde fez os seus estudos. Foi professora na Escola Americana, na sua cidade Natal. Estudou na Califórnia, no período de 1898 a 1910. Ao retornar ao Brasil, lecionou na Colégio Ponte Nova, da igreja presbiteriana. Em seguida, voltou a Sergipe. Foi e participou da implementação e organização do Jardim de Infância Augusto Maynard. (NASCIMENTO apud MARTIRES, 2020, p. 46)

Já Graziela Cabral (1897-1987), nascida na cidade de Capela-SE, “fez o curso normal em Aracaju-SE. Mudou-se para São Paulo, onde estudou música e, em seguida, fixou residência no Rio de Janeiro. No entanto, a sua especialidade foi a arte da declamação de poesias, realizando turnês por todo o país.” (MARTIRES, 2020, p. 160) ser professora e musicista fez com que Maria Rita a reconhecesse como sendo “a Embaixatriz da Inteligência Sergipana. Talentosa e culta, vai de Estado a Estado, elevando a nossa mentalidade feminina” (ANDRADE, 1929, p. 159).

Também foram destacadas as professoras da Escola Normal: Leonor Telles(1890-1976), Norma Reis (1888-1985) e Quintina Diniz (1878-1942) personalidades conhecidas naquele momento histórico por Maria Rita entre as intelectuais sergipanas acreditamos que seja diante não apenas do conhecimento de cada uma, mas pela sua difusão do mesmo e conseqüente influência social.

Leonor Telles, “natural de Aracaju [...] estudou na Escola Normal e foi professora deste estabelecimento de ensino. Notabilizou-se pelo seu vasto conhecimento na língua portuguesa. Escreveu vários discursos e poemas.” (MARTIRES, 2020, p. 46), já Norma Reis, “nasceu no povoado Campinhos, município de Cristinápolis-SE, [...] estudou no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e Escola Normal. Foi professora de Francês da Escola Normal, criou o Colégio América (instituição particular de ensino), (MARTIRES, 2020, p. 46).

Quintina Diniz, professora e poetisa, foi a primeira mulher eleita Deputada Estadual de Sergipe com apoio da Sociedade Brasileira pelo Progresso Feminino e pela União Universitária Feminina, foi nomeada em 1911 como professora de Pedagogia e Psicologia da Escola Normal “natural de Laranjeiras-SE, [...] realizou os seus estudos na cidade onde nascera. Iniciou o magistério no Colégio Santana, na cidade de Laranjeiras. Mudou-se para Aracaju, transferiu o Colégio Santana para a

capital, foi professora da Escola Normal. Participou da luta em defesa do voto e da elegibilidade feminina, foi a primeira deputada estadual, em 1934. (MARTIRES, 2020, p. 46), importante salientar também que ela estava ao lado de Etelvina “após a eleição de Quintina Diniz, Maria Rita e Cesartina promovem um “grande banquete” (jantar de adesões) em homenagem à ilustre deputada, em nome da União Universitária Feminina e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fato noticiado na imprensa sergipana” (FREITAS, 2003, p.192).

Outros nomes citados foram os de Maria Conceição Perdigão Ferraz (1895-1915) e o de Etelvina Amália de Siqueira (1862-1935). A primeira, também conhecida como Concita Ferraz, “filha de Deusdedith da Silva Ferraz e Maria Amélia Perdigão. Na sua infância mudou-se para o Maranhão e, em seguida, para o Amazonas. Destacou-se como poetisa e redatora.” (MARTIRES, 2020, p. 46), já a segunda, nascida na cidade de Itabaiana-SE, foi “primeira mestra, poetisa e prosadora” (ANDRADE, 1929, p. 156), “mudou-se para Aracaju, concluiu o curso normal em 1882, exerceu o magistério em colégios da capital e do interior, participou ativamente na campanha abolicionista por intermédio de seus artigos em jornais e no desempenho das suas funções de professora na Sociedade Libertadora Cabana do Pai Thomaz, organizada por Francisco José Alves.” (MARTIRES, 2020, p. 46).

Importante mencionar que as duas mulheres citadas fizeram parte do primeiro grupo de intelectuais sergipanos chamado Hora Literária, que objetivava criar a primeira academia sergipana de letras, Maria Perdigão enquanto patrona e Etelvina Siqueira como acadêmica, “entretanto, quando da fundação da Academia Sergipana de Letras, em primeiro de junho de 1929, as mulheres foram deixadas de lado na composição da agremiação literária” (MARTIRES, 2020, p. 52), situação que somente foi modificada com a participação de Núbia Marques (1927-1999) em 1978, ela que apesar de não citada na obra de autoria de Maria Rita, foi professora e pesquisadora da cultura popular, “fez parte de uma geração de mulheres que objetivaram a transposição de um modelo vigente dos papéis femininos na sociedade.” (MARTIRES, 2020, p. 119).

A exclusão feminina na formação do primeiro grupo de intelectuais que formou a Academia Sergipana de Letras nos chamou atenção para a referência aos homens no último capítulo da obra, eles passam a figurar de alguma forma como auxiliares das mulheres e nesse sentido podemos citar inicialmente Tobias Barreto, citado em toda a obra, conhecido pela defesa da emancipação feminina; a atuação de João

Passos Cabral, que, como já exposto na segunda sessão, a autora afirma que ele estava disposto a analisar e corrigir os textos femininos; Costafilho, por sua vez, em 07 de Fevereiro 1915, à porta da redação do “Diário da Manhã”, abordou Placeres Mota que transitava na rua e lhe pediu “canta-me em versos” (ANDRADE, 1929, p. 158), o autor conta que Placeres Mota imediatamente entrou na sede do jornal, onde estavam todos os redatores e escreveu o soneto que segue, que faz referência À uma filha de Costafilho chamada Maria:

CHROMO

(A Costafilho)

Agora mesmo um poeta
 Pediu-me, por um gracejo:
 -“Canta-me em verso, Violeta!
 “É tão grande meu desejo!...

Mas não encontro um arpejo,
 Nem uma canção diletta...
 Meu verso ficar eu vejo
 Na pena desta caneta”

Canta-lo conseguiria,
 Se a feiticeira Maria,
 Sua filhinha formosa,

Poisar junto a mim viesse,
 E no seu lábio trouxesse
 Muita rima cor de rosa!...
 (MOTA, apud ANDRADE, 1929, p. 158)

A presença masculina na obra é vista como aliança, o que, nos movimentos feministas sempre aconteceu na luta feminista por justiça social com equidade de gêneros, nesse sentido Bell Hooks nos alerta que,

Em momento algum acreditei que o movimento feminista devesse ser, e que fosse, um movimento só de mulheres. No mais íntimo do meu ser, sabia que nunca teríamos um movimento feminista bem-sucedido se não conseguíssemos incentivar todo mundo, pessoas femininas e masculinas, mulheres e homens, meninas e meninos, a se aproximar do feminismo (HOOKS, 2020. p.6)

Na primeira onda feminista brasileira, quando se buscava o direito ao voto, é possível ver homens dentre as mulheres da classe média instruídas, tais como médicas, advogadas, professoras. A estratégia de disseminação das ideias feministas era através dos jornais, quando muitas vezes homens assinavam artigos, reivindicando os direitos das mulheres, sobretudo em relação à educação.

A segunda onda feminista brasileira (1930/1940-1975), período que também contou com a ditadura militar quando as mulheres passam a incorporar sensivelmente a essa luta pela democracia junto aos partidos políticos, a ala progressista das igrejas e os movimentos sociais. Mulheres continuaram editando jornais, promovendo conferências e congressos sobre educação que contavam com a presença do público masculino.

O debate sobre a participação masculina no movimento feminista veio surgir na década de 1980 quando, o jornal feminista “Mulherio”,

Surgiu como uma proposta de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas em criar um instrumento que pudesse sistematizar e fazer circular informações sobre o então chamado campo de estudos sobre a condição feminina no Brasil. O jornal foi publicado de 1981 a 1988, quando passou a se chamar: Nexo, Feminismo, Informação e Cultura e teve ainda dois números publicados. (AZEVEDO; MEDRADO; LYRA, 2022, p. 14)

O primeiro número do jornal indica a existência do que pode ter sido o primeiro grupo formado apenas por homens chamado “Grupo Masculino de Apoio à Luta de Mulheres” era formado por intelectuais, escritores e jornalistas, organizado em apoios individuais e esporádicos.

Aloisio Mercadante, então professor universitário escreveu um artigo na revista que falava sobre o direito à paternidade conquistado pelos professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o autor ficou assustado diante da vibração feminina pela conquista e em oposição a isso, um certo silêncio do público masculino a partir disso, o machismo era não só prejudicial para as mulheres, como também aos homens, e que o machismo estaria afetando a vida afetiva e emocional dos homens. O autor convida os homens a transformar essa relação homem-mulher e chama o público masculino para essa responsabilidade.

No artigo intitulado “Ser macho é cinza”, Mercadante coloca seu espanto frente ao silêncio dos homens em relação à conquista de um direito que os beneficia diretamente, em contraposição à vibrante reação pública das mulheres. Segundo ele, isso se deve ao fato de que a vontade de repensar os termos da relação homem-mulher tenha sido historicamente uma preocupação feminista/feminina, já que são as mulheres as diretamente prejudicadas pelo machismo. Mercadante passa então a discorrer sobre como o machismo também traz prejuízos à vida dos homens, especialmente nas questões emocionais e afetivas (AZEVEDO; MEDRADO; LYRA, 2022, p. 16)

Duas edições depois, o jornal publicou uma carta do leitor Lúcio Teles que morava no Canadá e fazia parte de um grupo de homens em Toronto denominado de “Homens de Toronto Contra o Sexismo”. Na carta, o leitor escreve direcionado ao jornal, alega que Mercadante tinha razão que os homens também são afetados pelo patriarcado, mas é bom lembrar que as mulheres são as principais vítimas dele, e como são elas essas vítimas “seu grupo em Toronto reconhece que cabe às mulheres a luta contra a opressão que sofrem e que a questão de como os homens devem participar consiste numa das mais controversas dentro do grupo” (AZEVEDO; MEDRADO; LYRA, 2022, p. 16)

Em um outro artigo publicado no mesmo ano, denominado de “Feminismo e separatismo”, a educadora Maria Malta Campos defende que as mulheres devem superar o separatismo com os homens e que diante da consolidação do feminismo, é importante que exista um diálogo com o público masculino.

O movimento feminista abandonar o que ela afirma ser uma estratégia separatista em relação aos homens. Segundo a autora, ao se organizarem, os grupos minoritários passam por uma fase inicial de introspecção em busca de sua identidade. Entretanto, durante o processo de luta por transformação, os embates também se transformam, alianças são feitas e desfeitas. Ainda segundo Maria Malta Campos, o movimento feminista já teria, naquela época, atingido um grau de maturidade em que o separatismo em relação aos homens não faria mais sentido, pois esse não é um objetivo do movimento enquanto tal. (AZEVEDO; MEDRADO; LYRA, 2022, p. 17)

O debate se encerra nas páginas do jornal com Danda Prado, em um artigo sem título “aberto com uma ilustrativa charge em que um homem está na porta de uma pequena casa onde se lê a inscrição: ‘Clube da Luluzinha’, e que tem afixado na porta um cartaz escrito que ‘Homem não entra.’” (AZEVEDO; MEDRADO; LYRA, 2022, p. 17), ela defende que a participação dos homens no movimento feminista não depende das mulheres, mas sim dos próprios homens reconhecerem os próprios privilégios que eles usufruem e buscar transformar esse reflexos sociais destes.

Esses debates foram importantes na formação de grupos sobre masculinidades na década de 1990, “é no âmbito desses estudos que surge o termo ‘homens pró-feministas’, utilizado por autores que consideram que pelo fato de os homens não terem necessariamente acesso às experiências de opressão como as mulheres, não podem se declarar feministas, mas sim apoiadores do movimento” (AZEVEDO; MEDRADO; LYRA, 2022, p. 23).

A participação masculina é aceita no movimento feminista, o que se discute é a liderança desses homens nesses movimentos, primeiramente porque se busca combater a posição de poder, voz e liderança masculina, sendo assim, pode ser mais viável a utilização das denominações “homens pró-feminismo” ou “homens aliados ao feminismo”.

Bell Hooks (2020) que defende que o feminismo é para todos, e convida todos e convida toda a sociedade a combater o patriarcado, a dominação masculina e o sexismo. A autora entende que o patriarcado é um sistema de hierarquia que está dentro da ética da dominação onde os poderosos podem dominar aqueles que não têm poder e usar qualquer tipo de meio para subordina-los, é contra essa ética da dominação que o feminismo deve se voltar.

O pensamento de Bell Hooks é um convite para uma reflexão, mostrando que o problema não são os homens, mas sim a relação de abuso de poder estruturada pelo patriarcado assim, podemos encontrar homens machistas como também mulheres machistas, embora muitos homens possam possuir uma consciência política e ser contra o machismo, como também muitas mulheres possam possuir uma consciência política contra a prática machista.

Assim, entendemos que produção de uma consciência política não é natural ao indivíduo de modo que ele já venha ao mundo suprido dela, um homem pode não conseguir definir instantaneamente as demandas do movimento feminista, mas ele pode contribuir auscultando, entendendo, defendendo e denunciando os problemas gerados pelo patriarcado, o que torna importante a aliança entre os gêneros na luta por direitos tais como igualdade e justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, nesta dissertação, trazer as contribuições de Maria Rita Soares de Andrade no campo da História das Mulheres em Sergipe, ela, que mesmo sendo filha de operários, foi a terceira mulher na história da Faculdade de Direito da Bahia a formar-se em Direito na Universidade Federal do referido Estado, no ano de 1926, exerceu a Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe, foi professora, editora da Revista

Renovação, foi Juíza Federal no antigo Estado da Guanabara, entre 1968 e 1972, quando se aposentou e foi administrar um conceituado escritório de advocacia localizado no Rio de Janeiro. Ou seja, foi uma mulher pioneira em vários campos da sociedade.

Trata-se aqui de uma manifestação ligada ao movimento de renovação da nossa própria história já que a pesquisa no campo da História das Mulheres, trata do silêncio, ausência e invisibilidade das mulheres na história, o que significa preocupar-se com uma coletividade excluída do que pelos grandes heróis para que possamos ver a evolução da sociedade, distanciando-se, assim, da história tradicional de cunho positivista que se impôs no século XIX interessada mais pelos individuais que pelo coletivo.

Observando a História Tradicional, notamos que o foco estava na política, que nos é tradicionalmente representada como atividade pública exclusiva dos homens, no Brasil. As mulheres passaram a participar da política através do voto no governo Vargas, mas essa foi uma conquista feminina, fruto do movimento sufragista, iniciado no século XIX e conforme, publicação do jornal “A Tribuna”, foi uma prática incentivada no Estado de Sergipe pela Liga Eleitoral Católica de Sergipe que “acalmou” a população ao defender que o voto não distanciaria as obrigações femininas destinadas ao lar.

Com a Nova História, iniciou um movimento interessado por aspectos da atividade humana, pela história daqueles que estavam ausentes, abrindo caminho para uma inclusão posterior das mulheres nas pesquisas históricas.

Notavelmente, a história que nos é tradicionalmente contada é baseada na improdutividade feminina, justificando a ausência e sua invisibilidade e é escapando dessas amarras históricas que Maria Rita usou diversas ferramentas que teve acesso para dar voz aos anseios femininos pela sua inserção social, a imprensa foi uma delas, através da revista Renovação da qual era editora.

Focados nas manifestações que envolviam o público feminino, analisamos as publicações da Revista Renovação e nos jornais de circulação sergipana: o Diário da Tarde (1933-1937), o Jornal de Notícias e A Tribuna, na década de 1930, que utilizamos como fontes para essa pesquisa.

Maria Rita, na edição nº 1 da revista, apresenta como objetivo principal da revista Renovação educar o povo indistintamente de gênero, já a partir da edição n.2 da referida revista algumas críticas surgem e se estendem ao longo das demais

edições quais sejam: a ausência feminina no início da República, nos negócios públicos (cargos de responsabilidade, voto, presença da mulher no júri) reclama acesso ao ensino superior, denuncia as preferências masculinas em concursos públicos, denuncia a falta da representação feminina no governo de Vargas.

Visualizamos que o corpo de colaboradores da revista *Renovação* era formado tanto por homens como também por mulheres, que poderiam contribuir na escrita de textos, poesias, anúncios de produtos e serviços e até mesmo conselhos. Notamos também na referida revista algumas propostas de uma educação feminina emancipatória, a mulher deveria ser vista de forma igualitária, ao menos intelectual, com os homens mas ainda estavam associadas pela revista à educação doméstica, ao cuidado do lar e da família, considerando o casamento também como um símbolo emancipatório ao promover seções destinadas à conselhos sobre casamento, organização da casa, economia doméstica e temas de caráter sentimental.

Importante refletir sobre esses espaços privados que Michelle Perrot aponta como sendo prisões femininas, mas que ressaltamos serem também espaços de resistências e sonhos, que ensejaram escritos de autoria dessas mulheres já que a escrita trata-se de uma prática de baixo custo e que não a desfocaria das atribuições domésticas.

Percebemos que os jornais analisados contavam com homens em sua edição, apenas o jornal *Diário da Tarde* franqueou espaço na primeira página para aquelas mulheres que quisessem ali escrever sobre qualquer tema desde que não fugisse das regras morais impostas pela sociedade e ratificadas pelos impressos, o que rendeu apenas em uma publicação de uma normalista que possivelmente retratou em seu texto seus sentimentos e percepções que envolviam o seu contexto social e emocional na instituição.

Ora, retratar o feminino através do olhar masculino significa revelar o seu imaginário que durante muito tempo estabeleceu através dos discursos uma mulher naturalmente restrita ao campo da vida privada, associada aos seus atributos biológicos, voltada espontaneamente para a maternidade e reprodução, papéis sociais que pela matriz filosófica grega as colocava enquanto seres naturalmente imperfeitos, menos valiosas e que naturalmente deveriam ser submetidas aos homens.

A afirmação acima pode ser vista no cenário destinado ao casamento e até mesmo nas representações iconográficas retiradas dos jornais analisados que retrata

as mulheres enquanto cuidadoras do lar, enquanto os homens vestem terno e estão preparados para o trabalho. Assim, ao homem pertence a vida voltada para o mundo público, o dever de “proteger” a mulher dos problemas do mundo fora de casa, enquanto para a mulher é destinada uma vida doméstica, a maternagem, ou seja, o cuidando da família e administrando a casa, poupando o homem dos problemas pertencentes ao cotidiano da sua família.

É pertinente afirmar que o sexo masculino é preparado e já educado para a competição exigida pelo mercado de trabalho, ao passo que o sexo feminino já é condicionado a serem dóceis, passivas, cordiais e prestativas com todos, principalmente com seus familiares o que pode ensejar o descuido pessoal como nos casos de violência doméstica e até mesmo sexual quando até os dias de hoje, a vítima tem dificuldade em pedir ajuda e ainda carrega uma sensação de responsabilidade e culpa por situações que não tiveram origem de suas ações ou de sua livre vontade.

A partir daí é importante que possamos refletir sobre uma educação emancipatória sustentada por Maria Rita, pois durante muito tempo a cultura separou a esfera privada da esfera pública, sendo a primeira, como já posto anteriormente, a esfera reprodutiva destinada às mulheres e a segunda, um espaço destinado aos homens. Por muitas vezes, durante muito tempo, se tratou de forma mais eficaz da violência na esfera pública que na esfera privada, o que fez com que a violência doméstica fosse naturalizada até que as próprias feministas sustentaram a inviabilidade dessa separação entre essas esferas, visto que o pessoal também é político.

Notadamente, a dificuldade feminina de independência econômica e a dependência afetiva com seu agressor impossibilita que elas se libertem do seu “cativeiro”, Maria Rita sustenta que a falta de instrução feminina é uma das causas da infelicidade das mulheres no casamento, por talvez torna-la dependente e essas causas se arrastam até os dias atuais em que a mídia e as redes sociais ainda retratam a mulher sob a perspectiva masculina em propagandas, novelas por exemplo, restando aos homens no papel de sujeitos, enquanto o papel de objeto passa a ser do público feminino, o que vincula a existência das mulheres à necessidade dos homens.

Maria Rita em seus editoriais e demais textos jornalísticos, reconhece a necessidade da existência de um aparato legal que possa dar o suporte necessário para que haja uma participação feminina na vida pública da sociedade, denuncia o

preconceito da sociedade contra a mulher culta e empoderada a ponto de defender seus direitos, denuncia também a situação de descaso no tocante a educação brasileira, apontando a necessidade de investir em uma educação popular, e na edição nº 8 da revista comenta a necessidade de criação de um "Jardim de Infância" em Aracaju.

Antes de outras profissões, a escrita feminina pode ter sido a primeira profissão das mulheres a partir desse contexto analisamos a partir da obra de Maria Rita denominada "A Mulher na Literatura" o olhar da autora sobre os modos e condições de inserção e participação social feminina que se assemelhava à luta pela abolição da escravatura onde o povo figurava como agente opressor.

A igualdade de gênero também foi defendida por Maria Rita na obra analisada, mas os textos legais vigentes na época, que ela teve contato no exercício da advocacia trazia de forma legalizada a desigualdade entre homens e mulheres, as redações elaboradas por homens eram mais um resultado do imaginário e necessidade masculino, o que sem dúvida geravam um predomínio injusto masculino sobre o sexo feminino. Como já exposto no início da sessão três, a defesa legal masculina era pautada em suas "necessidades" naturais.

É nesse mesmo cenário que temos na mulher professora, aquela que quase sempre era solteira, deveria sempre estar em consonância com as regras de igreja católica, se sujeitava a receber menos que os homens e que é frequentemente nomeada para cargos em lugares distantes. Maria Rita fugiu a essa regra, ela lutou no judiciário em causa própria por seu direito à nomeação ao cargo de professora, fez uso da imprensa para buscar defender seus direitos e dar publicidade aos fatos que vinham ocorrendo, e acreditamos que como forma de retaliação por seu barulho, acabou sendo processada por injúria e difamação por Leandro Diniz, diretor do Atheneu.

Maria Rita foi absolvida e nomeada professora mas conseguiu através de sua obra fazer algumas reflexões sobre a participação social da mulher na sociedade ao longo dos oito capítulos, utilizando seu texto para também fazer críticas sociais, iniciando ao se posicionar inicialmente sobre a capacidade intelectual feminina, indo de encontro ao posicionamento de Jellinek que sustentava a inferioridade feminina e indicando a educação feminina como instrumento de promoção dessa igualdade que irá beneficiar a sociedade como um todo.

No capítulo destinado à Literatura Francesa, Maria Rita evidencia a dificuldade do acesso feminino à educação no início do seu marco histórico, mas deixa a mensagem para o leitor sobre as diversas possibilidades intelectuais da mulher e dentre elas está a de influência do futuro político e social. A participação feminina na literatura da França abordada pela autora vai de encontro com o conceito de literatura defendido por ela e já abordado aqui anteriormente, uma vez que as intelectuais elencadas na obra trabalhavam questões políticas em seus textos, diálogos e ações.

No capítulo seguinte destinado à Literatura Italiana já conseguimos ver que a autora aponta um movimento de mudança do papel da mulher na sociedade italiana, utilizando a literatura como ponto de partida, onde as mulheres saem do ambiente privado/doméstico em direção ao público e usa o trabalho como ferramenta para alcançar esse objetivo e os resultados são diversos, elas passam a ganhar prêmios de reconhecimento pelo trabalho, a direcionar a escrita para o público infantil, para a informação.

A autossuficiência econômica como instrumento de liberdade feminina é um assunto que já tratamos acima, é também trabalhado por Simone de Beauvoir e também reforçado no capítulo destinado à Literatura Portuguesa, a autora reforça, a importância de informar aos homens que as mulheres não são suas inimigas no mercado de trabalho.

A importância da utilização da língua materna de forma correta nas expressões literárias é abordado no capítulo destinado à Literatura Hispano-Americana, ressaltando mais uma vez a importância de uma educação feminina.

Já a Literatura Brasileira e Sergipana é um convite para refletirmos sobre a importância da participação masculina nas demandas do movimento feminista, entendemos que, um homem pode não conseguir definir instantaneamente essas necessidades do público feminino mas ele pode contribuir auscultando, entendendo, defendendo e denunciando os problemas gerados pelo patriarcado, tornando importante a aliança entre os gêneros na luta por direitos tais como igualdade e justiça.

Conseguimos verificar, então, que a atuação de Maria Rita enquanto mulher sufragista e intelectual foi justamente romper barreiras, evidenciando em sua obra a evolução da luta feminina estrangeira e brasileira, reconhecendo tanto através da revista Renovação como também pela tese, que a referida evolução parte desde o reconhecimento da educação e o letramento como instrumento de mudança, afinal, quando investem em sua educação e capacitação, passam a conhecer seus direitos

e reconhecer suas responsabilidades, passam a ter maior segurança para defender e expor o que querem e até onde querem sobre os mais diversos assuntos tais como seu próprio corpo, carreira, salários justos e até mesmo quando passam a ocupar cargos de poder e decisão, servindo de inspiração para outras mulheres.

Essa foi e ainda é a realidade de muitas mulheres que precisam de empoderamento, alcançando mais liberdade, autonomia e influência, que sentem a necessidade de se sentirem capazes de decidir sobre assuntos relacionados à sua vida, corpo, casa, trabalho, educação, ciência, lazer...cidade, Estado, país, mundo... e que sem dúvida precisam das contribuições daqueles que buscaram e buscam incessantemente, transpor os mais diversos obstáculos e conseguem tornar visível aquelas que podem mudar o entendimento da história da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS:

Bibliográficas

ANDRADE, M. R. S. **A mulher na literatura**. Aracaju: Casa Ávila editora, 1929. (These de concurso apresentada ao Atheneu Pedro II para concorrer à livre docência da cadeira de literatura).

ANDRADE, M. R. S. Apresentando. **Renovação**. Aracaju: Ano I, n.1. Janeiro de 1931. p.1.

ARIAS, Ademir Aparecido de Moraes. CANÇÕES DE GESTA E IMAGENS DA REALEZA: TRÊS EXEMPLOS. **Imagens da Educação**, Periódicos UEM, ano 2012, v. 2, p. 35-44, 9 out. 2012. DOI 10.4025. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/download/18783/9903/#:~:text=As%20Can%C3%A7%C3%B5es%20de%20Gesta%2C%20primeira,e%20acamparamentos%20militares%20por%20jograis>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ARISTÓTELES. **POÉTICA**. 3.a edição. ed. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. ISBN 978-972-31-1077-7. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5737102/mod_resource/content/1/Arist%C3%B3teles_%20Po%C3%A9tica%20%282008%2C%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Calouste%20Gulbenkian%29.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

AZEVEDO, C. B. **Maria Eugenia Celso: Entre o impresso feminino, a casa e o espaço público (1920-1941)** 26/03/2015 154 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: REDE SIRIUS.

AZEVEDO, Mariana; MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Homens e o Movimento Feminista no Brasil:: rastros em fragmentos de memória. **Cadernos pagu** , [s. l.], 19 out. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/xdt6YwKxhCtkpskQHwBY3Qv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 out. 2022.

BEZERRA, Felte, Abdias Bezerra: traços psicológicos de um educador sergipano. Aracaju: [s/n], 1947.

BOYES-Watson, C: Pranis, K: **No Coração da Esperança: Guia de Práticas Circulares**. Tribunal de Justiça do RS, 2011.

BORGES, M. T. T; BARBOSA, R. H. S. **As marcas de gênero no fumar feminino: uma aproximação sociológica do tabagismo em mulheres**. Ciência & Saúde Coletiva, [s. l.], 2009. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/WNrL6kNSsbZ4mbx5mxn8hhd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.

CARVALHO, M. L. G. C. **A construção de uma discursividade feminista: a revista renovação na década de 1930**. 2008, 173 f. Tese (doutorado). Universidade Federal de Alagoas. Maceió (AL)

CAPELATO, M. H. R. **A Imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, M. H. R. **Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas, SP: Papiurus, 1998.

CAPELATO, M. H. R. **Os Arautos do Liberalismo: Imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989

COTA, C. A. S. **O Discurso sobre o papel das mulheres no âmbito do Programa Mulheres Mil'** 29/09/2017 97 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió (AL).

CRUZ, M. T. J. O; SILVA, F. R. S. **Alice Ferreira Cardoso: vestígios da trajetória de vida da primeiro bacharel em direito de Sergipe (Brasil – séculos XIX e XX)**. In: *Historiae*. Rio Grande, 7 (1). 2016, p. 113-147.

CHARTIER, R. **A História Cultural – entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.

DANTAS, José Ibarê Costa. **A Revolução de 1930 em Sergipe**. Dos tenentes aos coronéis. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012, 246 p. ISBN: 978-85-7822-327-4

DOSSE, F. **A história em migalhas: dos “Annales” à Nova História**; tradução Dulce da Silva Ramos; prefácio Elias Thomé Saliba. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

FARIA, M. A. O. **Como Usar o Jornal na Sala de Aula**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1995.

FREITAS, A. G. B. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. 2003, 289 f. Tese (doutorado). Universidade de Campinas, Campinas (SP).

FREITAS, A. G. B. **“Vestidas de azul e branco”:** um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003.

FREITAS, A. G. B. **Propostas de educação feminina veiculadas pela revista renovação, em Sergipe, no início da década de 30**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS - HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL. 15 ANOS - TRANSFORMAÇÃO DO CAPITALISMO, DO MUNDO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO, 5., 2001, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: UNICAMP, 2001. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario5/c_proposta_s_anamaria%20gon%E7alves.doc>. Acesso em: 24 de fevereiro 2022.

FREITAS, A. G. B. de. MULHERES SERGIPANAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: EDUCAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 14, p. 177-197, 2003. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v14i0p177-197. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75314>. Acesso em: 24 de fevereiro 2022.

GUIMARAES, Danielle, Virginie Santos. Do ponto à forma; a disciplina de desenho no Atheneu Sergipense. (Orientadora Eva Maria Siqueira Alves) – São Cristóvão, 2012. (Dissertação de Mestrado)

HOOKS, Bell. **O Feminismo é para todo mundo**: Políticas arrebatadoras. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2020. 176 p. ISBN 9788501115591.

MACHADO, M. C. C. **ESCRITA DE MULHERES IDOSAS: identidade e empoderamento**' 10/06/2016 135 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, São Luís Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA

NAVARRETE, E. O cinema como fonte histórica: diferentes perspectivas teórico-metodológicas. **Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar**, – Maringá – Paraná – Brasil, ed. 16, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/THAYANE/Downloads/3539-Texto%20do%20artigo-14961-2-10-20200528.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ORLANDO, E. A; MESQUITA, P. **Intelectuais e Educação: contibiuições teóricas à História da Educação**. [S. l.]: Fi, 2021. 176 p. ISBN 9786559171606. Disponível em: <https://www.editorafi.com/160intelectuais>. Acesso em: 31 mar. 2022.

LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. 22. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LE GOFF, J. **A História Nova**. 5ª ed. São Paulo: Martins, 2005

LUCA, T. R. “**História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos**. In. PINSKY, Carla Bessanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 115-153.

MARTIRES, JOSÉ GENIVALDO. **DO CAPELO AO FARDÃO: A INSERÇÃO DE PROFESSORAS NA ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS NO SÉCULO XX**. Orientador: Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição. 2020. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2020. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14769/2/JOSE_GENIVALDO_MARTIRES.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

MOLLIER, Jean-Yves. Os intelectuais e a censura na França no século xx. **Política e Sociedade**: Revista de sociologia política, [s. l.], v. 17, ed. 39, 29 jul. 2018. DOI <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v17n39p63>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v17n39p63>. Acesso em: 12 ago. 2022.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. 2 ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto 2019.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In: **Dossiê História das Mulheres**. Tradução de Ricardo Augusto Vieira. Cadernos Pagu (4), 1995, p. 9-28.

PINSKY, C. B. **Fontes históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

PROENÇA, Graça. **História da Arte**. 16. ed. [S. l.]: Ática, 2000.

PROST, A. **Doze Lições sobre a História**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012

REBOLLO, J. G. Antropología, visualidad y refracción: Una aproximación a las representaciones de género en hollywood bajo el código hays (1940-1968) / anthropology, visibility and refraction: an approach on gender representations in hollywood cinema by the hays code. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 50, 28 dez. 2017.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte(MG):Letramento: Justificando, 2017.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio, ou Da Educação (Livro Primeiro)**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTANA, J. S. **Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no orfanato de São Cristóvão e na escola da Imaculada Conceição (1922-1969)**. 2011. 185 f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2011.

SANTOS, E. S. **No compasso, ligeiro, da pianista Helena Lorenzo Fernandez: entre práticas pedagógicas, concertos e diplomacia musical brasileira (1931-1985)** / Elias Souza dos Santos; orientação |de| Prof. Dr. Cristiano Ferronato. – UNIT: Aracaju, 2020.

SANTOS, T. S. **Escola Normal em Sergipe: Formação e Profissionalização feminina (1870-1935)**. Orientadora: Prof.^a. Me. Maria Izabel Ladeira Silva. 2019. 26 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12062/2/Thais_Souza_Santos.pdf. Acesso em: 3 mar. 2022.

SILVA, E M. **MULHERES, EMANCIPAI-VOS! Um Estudo sobre o Pensamento Pedagógico Feminista de Nísia Floresta**. 21/08/2014 215 f. Mestrado em Educação Contemporânea Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Caruaru Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL – UFPE.

SIRINELLI, J. Os intelectuais. In: RÉMONOD, René (Org.). **Por uma história Política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 231-269.

SODRÉ, N. W. História da Imprensa no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Suely Cristina Silva. "**Habilitado**" ou "**inabilitado**": os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe (1875-1947). Orientador: Eva Maria Siqueira Alves. 2016. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_92bc4a4b482fcf97630602ba9339a43a. Acesso em: 29 out. 2021.

SOUZA, M. C. C. C. de. (1992). **Mulher e divórcio em São Paulo na Primeira República (1890-1930)**. Psicologia USP, 3(1-2), 37-44. <https://doi.org/10.1590/S1678-51771992000100004>.

TEREZINHA J. O. Cruz, M., & Marcella de Carvalho, A. (2022). **Sob os Raios da República: Mulheres Pioneiras no Ensino Superior Jurídico no Brasil e em Portugal**. EDUCAÇÃO, 11(2), 82–96. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2022v11n2p82-96>.

TOLVO, F. J. **A representação das mulheres nos livros didáticos de História na visão de docentes'** 30/01/2016 82 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA, Ribeirão Preto Biblioteca Depositária: Josephina de Souza Lacerda

VASCONCELOS, L. M. **ESCULPINDO CORPOS E FORMANDO HÁBITOS: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-EDUCACIONAL SOBRE AS CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NA IMPRENSA PARAIBANA (1913-1932)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Charliton José dos Santos Machado

V REUNIÃO CIENTÍFICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS, 2009, Campinas. **Anais ABRACE [...]**. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/view/2427/2562>. Acesso em: 11 abr. 2022.

VIEIRA, L. M. M. O USO DO JORNAL COMO FONTE DE PESQUISA. **Anais XVII SEMANA DE HISTÓRIA – UECE História, Teoria e Metodologia: Entre práticas e saberes**, [s. l.], 1 mar. 2022. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/xviiisemanadehistoriauece/anais/trabalhos_completos/75-9838-27092013-100137.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

Filmes

A DIVORCIADA. [S. l.: s. n.], 1930. Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x22t0lc>. Acesso em: 16 dez. 2020.

FEMINISTAS: o que elas estavam pensando?. Direção: Johanna Demetrakas. Produção: Lisa Remington. Estados Unidos: Netflix, 2018. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/80216844>. Acesso em: 16 dez. 2020.